

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES

PÂMELA ROCHA VIEIRA

MARCAS NARRATIVAS DA CULTURA DO ESTUPRO NO CIBERESPAÇO –
ANÁLISE DA MISOGINIA CONTRA DILMA ROUSSEFF

VITÓRIA

2018

PÂMELA ROCHA VIEIRA

**MARCAS NARRATIVAS DA CULTURA DO ESTUPRO NO CIBERESPAÇO –
ANÁLISE DA MISOGINIA CONTRA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Santos Alves

VITÓRIA

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas da Ufes para ser confeccionada pelo autor

V657 VIEIRA, PÂMELA, 1994-
m Marcas Narrativas da Cultura do Estupro no Ciberespaço -
análise da misoginia contra Dilma Rousseff / PÂMELA
VIEIRA. - 2018.
110 f. : il.

Orientadora: GABRIELA ALVES.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

I. ALVES, GABRIELA. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

PÂMELA ROCHA VIEIRA

**MARCAS NARRATIVAS DA CULTURA DO ESTUPRO NO CIBERESPAÇO –
ANÁLISE DA MISOGINIA CONTRA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada por Pâmela Rocha Vieira ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha Práticas e Processos Comunicacionais, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Vitória, 13 de março de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Gabriela Santos Alves

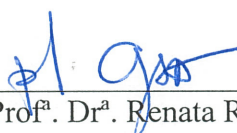
Orientadora

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. José Antonio Martinuzzo

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof.^a Dr.^a Renata Rezende Ribeiro

Universidade Federal do Espírito Santo

2018

Às mulheres que lutaram, em todo o mundo, para que hoje eu pudesse ser uma voz ativa e estudiosa de luta. Às mulheres que me antecederam em sangue, suor e lágrimas: minha bisavó Francisca, minhas avós Maria José e Marlene e minha mãe Rose.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela saúde que me permitiu atravessar esses dois anos de mestrado e chegar ao final dele com a sensação de que fiz o melhor que pude – e talvez seja esse, afinal, o propósito da vida.

Aos meus pais, que me proporcionam diariamente a segurança e a tranquilidade simbólica e material para que eu tenha a chance de fazer o que eu amo e lutar pelo que eu acredito. Eles são a base de sustentação que eu tenho para me fortalecer, me preparar e encarar o mundo – e também a certeza do porto seguro no retorno.

À minha irmã, Débora, meu maior e mais louco amor dessa vida, que todo dia me oferece um lembrete da minha razão de prosseguir.

À minha orientadora Gabriela Alves, uma das mulheres mais justas e generosas que já conheci. Gabi, muito obrigada pela orientação-abraço e pela capacidade de ressignificar o percurso acadêmico para muito além da titulação. Você é incrível!

Ao meu sempre ídolo José Antônio Martinuzzo e à maravilhosa Renata Rezende, por toparem o convite para compor minha banca e contribuírem com críticas construtivas, recheadas de conhecimento brilhante, mas também de paciência e caridade. Ao lado da Gabi, vocês me inspiram à construção de uma Universidade mais acessível, justa e comprometida com o povo que financia nossos estudos.

Aos meus amigos, que confiam em mim como se eu fosse a mais incrível pesquisadora e entendedora superpoderosa de Comunicação e Feminismo em todo o planeta. Em especial às Princesas, ao Gabriel, à Paula e à Jana. É incrível poder contar com vocês!

Ao Sergio Denicoli e ao Miguel Gravato, pelas contribuições do tipo “vi isso e lembrei da sua pesquisa”, mas principalmente pelo respeito ao meu tempo de estudo e aos momentos em que alguma preocupação com o mestrado afetou meu trabalho. A compreensão de vocês foi essencial para a conclusão desta pesquisa e por isso sou eternamente grata.

Por fim, à Mônica Souza e ao Marcelo Grasseli, minha dupla dinâmica imbatível na luta pela saúde mental. Saber que vocês têm as mãos estendidas em meu socorro é um privilégio pelo qual agradeço diariamente.

"Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

(...)

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

"Não estamos alegres, é certo,

Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?

O mar da história é agitado

As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,

Rompê-las ao meio,

Cortando-as como uma quilha corta
(...) "

(Trecho final do discurso de *impeachment* proferido por Dilma Rousseff)

"No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal." (Simone de Beauvoir, 1946).

“Viver não cabe no *Lattes*”. (Autor desconhecido)

RESUMO

Este trabalho dissertativo investiga as marcas narrativas da cultura do estupro contra a primeira mulher a ocupar o cargo da presidência do Brasil, a petista Dilma Rousseff. O espaço do ciberterritório, com ênfase nas Redes Sociais na Internet constituem nosso foco de análise, na busca por compreender manifestações simbólicas de violência contra a mulher, especialmente quando essas mulheres ocupam espaços de poder e desafiam o estereótipo de gênero, sofrendo retaliações vinculadas ao conceito de cultura do estupro.

Palavras-chave: cultura do estupro, violência simbólica, misoginia, discurso, redes sociais.

ABSTRACT

This dissertation investigates the narrative marks of the rape culture against the first woman to occupy the position of the presidency of Brazil, Dilma Rousseff. The cyberterritory space, with an emphasis on Social Networking on the Internet, is our focus in the search for understanding symbolic manifestations of violence against women, especially when these women occupy spaces of power and challenge the gender stereotype, suffering retaliation related to the concept of rape culture.

Keywords: rape culture, symbolic violence, misogyny, discourse, social networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Adesivo de carro em alusão ao estupro.....	11
Figura 2 – Anúncio da cerveja Skol.....	44
Figura 3 – Marcela Temer, descrita pela Veja como “Bela, Recatada e do Lar”.....	46
Figura 4 – Dilma Rousseff, descrita pela IstoÉ como “fora de si”.....	47
Figura 5 – Adesivo de carro em alusão ao estupro.....	58
Figura 6 – Comparação pejorativa entre Dilma Rousseff e Kolinda Grobar.....	59
Figura 7 – Cartaz em manifestação pró-impeachment.....	59
Figura 8 – Ataque pejorativo aos gastos com salão de beleza.....	59
Figura 9 – Adesivo de carro em alusão ao estupro.....	70
Figura 10 – Post na fanpage da Revista IstoÉ, “As explosões nervosas da Presidente”	76
Figura 11 – Post na fanpage da Revista IstoÉ, “Senado recebe Dilma em clima de tensão”.....	76
Figura 12 – Fotomontagem comparativa de Gaslighting.....	78

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Comunicação e Territorialidades.....	19
1.1 Redes sociais na Internet.....	25
1.1.2 A Conversação em Rede.....	29
1.2. Violência Simbólica e Cultura do Estupro: Manifestações no Ciberterritório.....	33
2. A Biopolítica e o controle dos corpos femininos.....	40
3. “Lugar de mulher...”.....	60
3.1 A invisibilização das mulheres na política brasileira.....	64
3.2 Manifestações das marcas narrativas da cultura do estupro em ataques à Dilma Rousseff.....	69
Considerações Finais.....	103
Referências Bibliográficas.....	106

INTRODUÇÃO

No dia 31 de outubro de 2010 o Brasil elegeu, pela primeira vez, uma mulher ao cargo da presidência da República. Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), levantou polêmicas ao solicitar ser chamada de “presidenta¹”, nomenclatura rechaçada por grande parte da sociedade e especialmente pelos principais veículos de comunicação do país. Mais que uma simples preferência vocabular, a discussão revela a lenta marcha das mulheres na ocupação de espaços tradicionalmente masculinos, como a política. Em 2014, Dilma foi reeleita e a misoginia disfarçada de humor, em piadas constrangedoras, insinuações sobre sua orientação sexual e seu estado civil e também por sua aparência estavam longe de terminar. Num complexo cenário de crise econômica e política, Dilma sofreu um processo de impeachment e foi afastada do cargo no dia 31 de agosto de 2016².

Minha motivação por pesquisar o tema surgiu em 2015, quando em meio aos mais variados ataques sofridos por Dilma – incluindo aqueles que pareciam ter motivação exclusivamente política – passou a circular nas redes sociais um adesivo automotivo mostrando Dilma de pernas abertas sobre o tanque de combustível do veículo, dando a entender uma penetração sexual forçada – conforme ilustrado pela figura abaixo.



Figura 1: adesivo de carro em alusão ao estupro

¹ O uso do termo é amparado por dicionários desde 1925.

Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presidenta-existe-na-lingua-portuguesa-desde-1872/n1597210547562.html>. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o termo “presidenta” como reafirmação da ocupação feminina no espaço político de alto escalão, especialmente em relação a uma palavra que consta no registro padrão da Língua Portuguesa.

² No entendimento da pesquisadora, bem como de uma expressiva parte dos brasileiros que acompanharam esse momento histórico, o processo de impeachment de Dilma Rousseff caracteriza um golpe de Estado, especialmente levando em conta a falta da comprovação do crime de responsabilidade, que constitucionalmente justificaria o impeachment. Dois dias após o afastamento da petista, as “pedaladas fiscais” – motivo central apontado para seu impedimento de governar – foram autorizadas pelo Congresso.

O problema de pesquisa deste trabalho dissertativo surge diante dos ataques e ofensas machistas e misóginas direcionadas à Dilma Rousseff no contexto de agravamento da crise política de seu governo até a conclusão do processo de impeachment. Diante de xingamentos como “puta” e “vaca”, senti-me inspirada a investigar de onde vem esse discurso de ódio tão específico contra a mulher e por que tal discurso é tão usual a ponto de parecer natural.

Levando em conta o grau de violência explicitamente sexual presentes nessas manifestações, considere importante pensar o tema no escopo da chamada cultura do estupro. O termo foi cunhado em 1974, pelas feministas estadunidenses Noreen Connel e Cassandra Wilson. O grupo feminista *New York Radical Feminists* produziu conteúdos de destaque para abordar a cultura do estupro: o documentário *Rape Culture* (1975), de Margareth Lazarus e Renner Wunderlich e o livro *Against our Will: Men and Women Rape*, de Susan Bronwmliller. Foi nessa obra que a autora conceituou a cultura do estupro como um mecanismo social para manter as mulheres na “linha” associando o abuso sexual à violência simbólica, além da agressão física. A autora concluiu que o estupro não é um crime que se baseia simplesmente no desejo sexual desenfreado ou na inexplicável e selvagem vontade de praticar sexo com alguém, conforme ainda é defendido pelo senso comum. O estupro reflete, na verdade, uma relação de poder, na qual todos os homens têm o poder de imprimir em todas as mulheres a sensação permanente de medo (Brownmiller, 1975).

A hipótese levantada, como resposta ao problema delimitado, é que a cultura do estupro, tão presente na sociedade, impõe punições violentas – simbólicas ou físicas – às mulheres que de alguma forma extrapolam os limites de atividades e comportamentos ligados aos estereótipos do gênero feminino, como docilidade, submissão e padrões de beleza.

O objeto de estudo tem seu marco inicial com a imagem do adesivo automotivo que mostra Dilma Rousseff com as pernas abertas sobre a entrada do tanque de combustível do veículo. A partir dali, uma sequência de imagens e discursos misóginos ganhou espaço na imprensa e nas redes. Em seguida, analisamos o texto de uma coluna online da revista Época, intitulado “Dilma e o sexo”. Publicado em agosto de 2015, o texto levantava questionamentos sobre a vida sexual da ex presidenta, insinuando que

sua falta de êxito na administração do país certamente estava ligada à suposta inexistência de sua vida sexual.

Na sequência do escopo de análise, tomamos a matéria de capa da revista IstoÉ, em abril de 2016, sob o título “Uma presidente fora de si”. A imensa repercussão dessa publicação concentrou-se na *fanpage* oficial da revista, em um post que reuniu 7.399 curtidas; 4,1 mil comentários e 6.185 compartilhamentos. Por fim, o estudo analisa uma outra publicação na mesma *fanpage*, esta do dia 29 de agosto de 2016, quando Dilma Rousseff foi ouvida no Senado Federal, pouco antes da votação que formalizou seu *impeachment*. O objetivo central dessa pesquisa dissertativa é verificar e analisar manifestações do discurso misógino e ofensivo contra Dilma Rousseff na conjuntura que marcou a crise de seu governo e culminou no processo de *impeachment*. O estudo pretende compreender as relações de exclusão sofridas pela mulher no território da política partidária, relegando-a ao espaço doméstico como seu território natural.

Os objetivos específicos consistem em entender os mecanismos de operação da cultura do estupro nas representações midiáticas – por meio de conteúdos audiovisuais e textuais. Outro objetivo é elucidar a naturalização do crime de estupro e demonstrar a forte presença da violência simbólica contra a mulher no cotidiano da sociedade.

A pesquisa justifica-se pela atualidade do tema, especialmente no que diz respeito ao crescimento dos debates ligados à teoria feministas na Academia. Entretanto, a representatividade feminina em espaços de poder – como na política partidária – ainda está longe de ser alcançada, de modo que é crucial refletir a respeito dos mecanismos que viabilizam o isolamento das mulheres nos territórios ligados às disputas de poder, principalmente levando em conta o papel da Comunicação nesse cenário.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo pretende discutir as territorialidades no ciberespaço. Tratar a noção de território no campo da Comunicação requer aproximações e diálogos teóricos que metaforizem conceitos da Geografia, da Ciência Política e da Etologia, por exemplo. Neste estudo, priorizamos a concepção territorial de Rogério Haesbaert. Em linhas gerais, o autor defende três vertentes básicas da noção de território: política, cultural e econômica (Haesbaert, 2011).

A vertente política contempla as relações “espaço-poder” de maneira geral, no qual o território é entendido como um espaço delimitado e controlado no qual se exerce poder, geralmente ligado ao poder político representado pelo Estado. A vertente cultural contempla a dimensão simbólica e prioriza os aspectos subjetivos do território. Nesta vertente, o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Por fim, a vertente econômica trata do território como fonte de recursos e contempla os aspectos do embate entre as classes sociais e a importância do território na divisão do trabalho, por exemplo. (Haesbaert, 2011).

Para este estudo, interessa especialmente a dimensão cultural e simbólica do território. Pensamos que nesta vertente residem as reflexões mais interessantes para o campo da Comunicação, priorizando as vivências e fluxos que se dão em determinado território. Ao voltar o olhar para o exame dessas vivências, iniciamos o estudo da territorialidade, que conforme Garcia (1976) “se converte assim em uma análise da atividade humana no que diz respeito à semantização do espaço territorial” (Garcia, 1976, p.94). O uso do termo “semantização” é bastante interessante no contexto e soa quase auto-explicativo, à medida que permite empreender como as vivências humanas em certo território atribuem sentidos e significados aos espaços do qual os seres humanos se apropriam.

Ao compreender a territorialidade como a vida no território, Martinuzzo (2016) corrobora essa percepção e acrescenta que o cruzamento das territorialidades com o campo da comunicação deve-se à indispensabilidade desta para o estabelecimento de hegemonias em uma comunidade e mesmo para a tessitura das relações e práticas cotidianas (Martinuzzo, 2016). Desse modo, entendemos que a comunicação é um fator indispensável à formação das territorialidades, com mais razão no contexto das relações vividas no ciberespaço. Ao pensar o ciberespaço como a interconexão dos computadores ligados em rede e dos vínculos que se estabelecem nessas redes, de modo a permitir a conexão, Levy (1999) enxerga nesse território a capacidade de crescer indefinidamente, com fluidez de movimento e fluxo constante. Assim, é válido avançar em uma reflexão sobre os ciberterritórios e as ciberterritorialidades, examinando de forma cuidadosa as relações interpessoais vividas nessa ambiência digital (Martinuzzo, 2016). A constituição do ambiente simbólico vivido pela sociedade é protagonizada pela comunicação mediada (Castells, 2015). Em um entendimento que é crucial para

esse trabalho, o autor aponta que a moldagem de mentalidades é a mais poderosa das formas de dominação, superando a subordinação por intimidação ou violência física (Castells, 2015). Essa reflexão torna-se ainda mais pertinente nos tempos contemporâneos, levando em conta as transformações trazidas pela comunicação na era digital. Nas palavras do autor:

A transformação mais importante na comunicação dos últimos anos foi a transição da comunicação de massa para a intercomunicação individual, sendo esta última o processo de comunicação interativa que tem o potencial de alcançar uma audiência de massa, mas em que a produção da mensagem é autogerada, a recuperação da mensagem é autodirigida, e a recepção e a recombinação do conteúdo oriundo das redes de comunicação eletrônica são autosselecionadas.

(CASTELLS, 2015, p.29)

Ainda neste capítulo, a partir das investigações sobre ciberterritorialidades, propomos o estudo da violência simbólica contra as mulheres, esmiuçando o contexto que dá suporte ao conceito de cultura do estupro. No caso desse estudo, interessam especialmente as manifestações de violência simbólica que constituem nosso objeto de estudo, no ciberespaço.

A violência simbólica é aquela que se exerce essencialmente por vias puramente simbólicas da Comunicação e do conhecimento (Bourdieu, 2002). Esse tipo de violência se organiza e se expressa por meio de produções simbólicas que legitimam as relações assimétricas, hegemônicas e preconceituosas de todo tipo. Sua complexidade tem uma profundidade cognitiva bastante interessante, que Bourdieu faz questão de assinalar: num sistema simbólico que atende aos interesses da classe dominante, os dominados não dispõem de outras ferramentas para pensar sua relação com ele além dos conhecimentos que ambos têm em comum (Bourdieu, 2002).

Ao compreender a dimensão e profundidade da violência simbólica e o caráter de dominação que determina seus contornos especialmente contra a mulher, levando à naturalização da violência de forma quase invisível, mas que não falha em reafirmar o poder masculino – como elucidado pelo conceito de cultura do estupro – é imprescindível voltar os olhos para os sistemas simbólicos que atuam na

contemporaneidade e identificar como se exerce essa violência. A comunicação, conforme assinalado por Bourdieu (2002) é uma via importante na garantia do exercício da violência simbólica, por meio da linguagem utilizada em anúncios, reportagens e filmes, por exemplo.

A objetificação da mulher nesses espaços funciona como forma de naturalizar a desigualdade entre os gêneros e legitima uma espécie de punição cabível às mulheres que desafiem essa relação de dominação. A cultura do estupro constitui-se como um sistema simbólico que ultrapassa a violência física e material contra a mulher e configura uma relação de poder desigual, dominadora, na qual todos os homens têm a capacidade de imprimir o sentimento de medo em todas as mulheres (Brownmiller, 1975).

Para a adequada compreensão de nosso objeto, é indispensável incluir na discussão desse capítulo a baixa representatividade das mulheres na política partidária nacional e refletir sobre os desafios enfrentados por aquelas mulheres que alcançam cargos políticos expressivos, como foi o caso de Dilma Rousseff. Nas eleições municipais de 2016, apenas 32,5% das candidaturas eram de mulheres. Ainda assim, há fortes indícios de fraudes em diversos partidos, que haveriam registrado candidatas fantasmas, apenas para cumprir a cota legal de 30% das candidaturas femininas.³ Dados de 2015 mostram que o Brasil tem 10,7% das cadeiras do Legislativo ocupadas por mulheres e o número é ainda menor no Executivo: 3,4% de representatividade feminina.⁴ Diante dessa discrepância, é evidente que a decisão sobre leis e políticas públicas que norteiam a vida de todos os cidadãos do país – incluindo as mulheres – é tomada quase que exclusivamente por homens, como ao longo da história (Miguel; Biroli, 2014).

O segundo capítulo trata da normalização e regulamentação que incide especialmente sobre os corpos femininos, na busca por torna-los corpos dóceis – na concepção de Foucault (1987). Partindo desse conceito a autora feminista Susan Bordo (1997) propõe uma apropriação foucaultiana do feminismo e defende a atuação de

³ O fenômeno das candidaturas fantasmas, examinado em uma reportagem da Gênero e Número, é comum desde 2009, com a lei 12.034 daquele ano, que determina o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada gênero em eleições proporcionais. Disponível em: <http://www.generonumero.media/partidos-recorrem-candidatas-fantasmas-para-preencher-cota-de-30-para-mulheres/>. Acesso em 17/01/2017.

⁴ Dados retirados do Relatório da União Interparlamentar “Las mujeres en el parlamento en 2015”. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-s.pdf> Acesso em 17/01/2017.

vestimentas justas, sapatos de salto alto, maquiagens e comportamentos discretos, por exemplo, como dispositivos disciplinares que atuam sobre as mulheres, impondo normas e sanções aos corpos. Dessa maneira, os corpos constroem-se enquanto textualidade, o que determina também as definições dos estereótipos de masculino e feminino. A filósofa francesa Simone de Beauvoir endossa essa percepção e contribui para a reflexão ao afirmar que o uso da maquiagem e do salto alto, por exemplo, funciona como meio de desviar a mulher da praticidade de suas atividades e plastificar o corpo feminino como cativo, à disposição do homem (Beauvoir, 2016).

A docilização dos corpos femininos também é um elemento fundamental para a clausura da mulher, relegando-a ao espaço privado e às atividades domésticas. Nesse cenário, a maternidade aparece como uma obrigação central na vida das mulheres e mais uma vez é possível notar, por meio dos métodos de controle de natalidade e das acaloradas discussões a respeito do aborto, como o corpo das mulheres é alvo de uma pesada disputa disciplinar. No entendimento de Dimen (1997) o controle estatal sobre os corpos femininos regula as formas e materiais disponíveis para a procriação ao mesmo tempo em que trabalha para dar a impressão de que as mulheres são plenamente livres para realizar suas escolhas reprodutivas.

A autora estadunidense Susan Faludi percebeu a pertinência dessa discussão na esfera dos meios de comunicação, conforme explica na obra *Backlash* (Faludi, 2001). Sua grande contribuição é notar o movimento da imprensa norte-americana diante das mudanças do papel social das mulheres na sociedade, especialmente quanto à relação com o mercado de trabalho, o casamento e a maternidade. A autora identificou, em conteúdos de TV, cinema e revistas, um movimento de contra-ataque às conquistas femininas, associando a luta por igualdade dos gêneros à frustração que angustia as mulheres contemporâneas.

Por fim, o terceiro capítulo deve debruçar-se sobre a análise de conteúdo do objeto, com o suporte da Análise do Discurso foucaultiana. Optamos por esse método em virtude da centralidade historicização do discurso para o autor. Na concepção de Foucault, a análise do discurso é uma análise das condições históricas que tornam alguns enunciados possíveis e impossibilita a emergência de outros (Foucault, 2007). No caso desta dissertação e mais especificamente deste capítulo, interessa-nos analisar

as marcas narrativas da cultura do estupro na manifestação de internautas contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, no espaço de comentários do Facebook.

Interessa-nos especialmente a análise dos discursos misóginos, de violência simbólica contra Dilma Rousseff e, grosso modo, contra as mulheres, na ambiência do ciberespaço. Ao refletir sobre a violência discursiva e simbólica no contexto das conversações em rede, Recuero (2013) defende a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre as interações na internet, afinal, os laços sociais e grupos sociais são constituídos a partir dessas relações. Ao propor uma reflexão sobre a sociabilidade no ciberespaço, Castells (2015) afirma que houve um crescimento da sociabilidade, mas com características próprias, com a facilidade e dinamização proporcionada pelas redes sociais da web. Dando prosseguimento ao raciocínio, o autor oferece um indicativo interessante para pensarmos os discursos de ódio e preconceito nas redes sociais digitais: os sites de redes sociais são transformadores da cultura, pois oferecem a possibilidade do compartilhamento com um custo emocional baixo, economizando energia e esforços (Castells, 2015). Desse modo, é possível concluir que minorias como as mulheres, os negros e os homossexuais, por exemplo, estão sujeitos aos discursos de ódio que já circulavam antes mesmo da existência da web, mas com a potencialização do alcance e o baixo custo emocional para quem profere essas ofensas.

A partir dessas questões e hipóteses, parti para a construção desta dissertação sem pretensões acadêmicas de brilhantismo ou reconhecimento. Pessoalmente, meu objetivo é desnaturalizar o senso comum que repete a todas nós, mulheres, o quanto somos incapazes de protagonizar a vida pública e o quanto somos culpadas pela incapacidade de conciliar nossas próprias conquistas – sob a força do *backlash*. Assim, enquanto pesquisadora, meu desejo é apresentar uma pesquisa consistente, digna e merecedora do título que vim pleitear por meio desta dissertação, mas acima de tudo pretendo oferecer um documento histórico que dê às mulheres a chance de disputa narrativa. Uma reflexão, apoiada em um arcabouço teórico pertinente e respeitado, na busca por explicar alguns dos sentimentos que diariamente recaem sobre as mulheres, aparentemente sem explicação.

Esta pesquisa deseja ser, ainda que em humilde e pequeno grau, essa tal explicação.

Capítulo 1 – Comunicação e Territorialidades

As discussões teóricas sobre os conceitos de territórios e territorialidades chegam à Comunicação por meio de algumas aproximações com estudos da Geografia, mais tarde utilizados pelas Ciências Sociais. Para a construção desta dissertação, partimos da concepção do geógrafo Rogério Haesbaert (2011), que reconhece os conceitos de território e territorialidade como focos dos estudos da Geografia, visto que dizem respeito à espacialidade humana, mas com abordagem também em outras áreas das Ciências Humanas, em perspectivas diversas. O autor utiliza como exemplo o uso dos conceitos pela Psicologia, no debate sobre a construção da subjetividade do indivíduo. Já a Antropologia destaca a dimensão simbólica dos conceitos, pensando mais especificamente no estudo das sociedades ditas tradicionais (Haesbaert, 2011).

Em sua síntese para o estudo das noções de território e territorialidade, Haesbaert preconiza três vertentes que ele considera básicas: a vertente política, a vertente econômica e a vertente cultural ou simbólico-cultural. Além dessas, o autor faz breve menção à abordagem naturalista, pouco utilizada atualmente, que propunha uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, levando em conta os níveis rudimentares de apropriação do espaço (Haesbaert, 2011).

A vertente política examina as relações de poder, inclusive as institucionalizadas e consiste na abordagem do território como um espaço delimitado e controlado por essas relações, com ênfase no poder político do Estado (Haesbaert, 2011). A vertente econômica toma o território como fonte de recursos para as relações econômicas, com ênfase no embate de classes sociais e na relação capital-trabalho (Haesbaert, 2011). Por fim, a vertente cultural ou simbólico-cultural é aquela que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert, 2011).

Como desdobramento dessas vertentes básicas, o autor propõe um raciocínio mais amplo e também mais filosófico em torno da conceituação de território, de acordo com a conjugação de duas variáveis: o binômio materialismo-idealismo e o binômio espaço-tempo (Haesbaert, 2011).

O binômio materialismo-idealismo confronta a visão que poderia ser denominada “parcial”, no sentido de priorizar uma das dimensões do território em detrimento de outras, sem explicitar essa abordagem. A perspectiva integradora, que propõe uma análise do território a partir do cruzamento entre suas diversas esferas – econômica, política, simbólica e naturalista – também é pontuada pelo autor. Por sua vez, o binômio espaço-tempo evoca duas considerações: o caráter absoluto-relacional, confrontando a materialidade do espaço físico material com a dinâmica temporal, relativizadora e a historicidade do território, isto é, um componente ou condição geral de qualquer sociedade inscrito em determinado contexto histórico.

No entanto, Haesbaert pontua como evidente que a resposta a esses referenciais depende do posicionamento filosófico adotado pelo pesquisador. Um marxista, por exemplo, certamente priorizaria a dimensão material, sobretudo econômica do território. Como pesquisadoras do campo da Comunicação, em um estudo que se propõe a traçar aproximações e metaforizações entre esse campo e o conceito de territorialidades, esta dissertação prioriza a abordagem simbólica da noção de território.

É na vertente cultural ou simbólico-cultural, que inserimos o campo da Comunicação como essencial para a significação de determinado território, o que leva ao conceito de territorialidade. No entendimento de Haesbaert (2011), a territorialidade é um componente indissociável da condição humana, visto que no momento que um grupamento humano ocupa um território, passa a ter acesso também às suas “realidades invisíveis” – como rituais religiosos, questões éticas e comportamentos de senso comum. É dessa carga de simbólico, ideal e invisível que o conceito de territorialidade pretende dar conta e é nesta proposta que nosso estudo se encaixa, levando em conta as manifestações simbólicas em determinados territórios. Ao falar-se em territorialidade, prontamente se admite a ênfase ao caráter simbólico do território, ainda que reconhecendo que esse aspecto não esgota as características de um território (Haesbaert, 2011).

Ao aprofundar o exame dos aspectos simbólicos do território e, via reflexa, do conceito de territorialidade, Haesbaert (2011) evoca as contribuições do antropólogo José Luis Garcia, em *Antropologia del Territorio* (1976), que chama a atenção para um ponto crucial: a semantização do território. O autor afirma que não são as características físicas do território que determinam sobre a vida e as relações ali estabelecidas, mas sim

a sua semantização. Nesse sentido, acrescenta que o território semantizado é aquele culturalizado e socializado, visto que tudo aquilo se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado; por essa razão é impositivo pensar o território como as ideias e concepções que se intermpõem entre o meio físico e o homem (Garcia, 1976).

Assim, podemos pensar o território semantizado, por exemplo, de uma sala de aula: o espaço físico simples, composto por algumas cadeiras enfileiradas poderia ser apenas mais uma construção. No entanto, o tipo de reunião que comumente acontece nesse espaço, o objetivo daqueles que o frequentam e o tempo disponível para a aprendizagem torna a sala de aula um território amplo, convidativo e cheio de subjetividades que estrapolam aquelas fronteiras físicas. Desse modo, podemos compreender a territorialidade como a construção simbólica, narrativa e afetiva dos grupos humanos nos territórios que ocupam. Por esse motivo, Garcia (1976) conclui que o estudo das territorialidades é, na verdade, uma análise das atividades humanas no que diz respeito à semantização do espaço territorial.

Outro autor fundamental no estudo das territorialidades é o brasileiro Marco Aurélio Saquet. Bem como Haesbaert e Garcia, que mostramos até aqui, Saquet também dedica parte de sua atenção para a territorialidade enquanto construção de sentido. O autor propõe o reconhecimento de três níveis do conceito: nível da vida social, da vida animal não humana e da espiritualidade (Saquet, 2015). Neste estudo, detemo-nos ao nível da vida social, também compreendido como a territorialidade humana. Desse modo, consideramos simultaneamente a sociabilidade, a animalidade e a espiritualidade, com destaque para a primeira dimensão, mas sem desconsiderar as outras duas (Saquet, 2015). Essa observação de Saquet parece crucial para evitar uma postura etnocêntrica do pesquisador e alertar para a combinação de diversos fatores e interferências na formação da sociabilidade humana que tanto nos interessa, a partir da análise da territorialidade como construção de sentido.

Na tentativa de oferecer uma apresentação direta e objetiva do conceito, Saquet determina o seguinte:

A territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes (...) Relações, apropriações e práticas construídas e redefinidas ao

longo do tempo, a partir da síntese unitária existente entre nossa sociabilidade-animalidade e espiritualidade cotidiana (...)

(Saquet, 2015, p.33)

Se a territorialidade humana compreende essa ampla gama de relações, ela só se constitua a partir da partilha de significados, da troca de valores e ideias, ou seja: a partir da comunhão de bens simbólicos. É nesse espectro que entendemos a Comunicação como uma área de conhecimento constitutiva e fundamental para as territorialidades, do mesmo modo que percebemos o conceito de territorialidade como crucial para o entendimento da Comunicação como poderoso campo de sentidos para a vida humana. Para Martinuzzo (2016), o estudo das territorialidades e da Comunicação necessariamente se cruzam, visto que a constituição da vida humana, por meio de suas tessituras e práticas sociais, se concretiza nas mediações dos processos comunicacionais.

O sociólogo espanhol Manuel Castells afirma que a constituição do ambiente simbólico vivido pela sociedade é protagonizada pela comunicação mediada (Castells, 2015). Em um entendimento que é crucial para este estudo dissertativo, o autor aponta que a moldagem de mentalidades é a mais poderosa forma de dominação, superando a subordinação por intimidação ou violência física (Castells, 2015). Essa reflexão torna-se ainda mais pertinente na contemporaneidade, levando em conta as transformações trazidas pela Comunicação na era digital. Avançando nesse ponto, é possível lançar um olhar atento às conexões pessoais propiciadas pela internet, de modo a enxergar no ciberespaço territórios e territorialidades (Martinuzzo, 2016). Nesse sentido, é possível apontar a existência de ciberterritórios e ciberterritorialidades, ou seja:

(...) afetos à vivência articulada no ciberespaço, uma ambiência surgida da interconexão computacional mundial, numa rede de relações interpessoais mobilizadas pela comunicação digital. (Martinuzzo, 2016, p.14)

Em um estudo específico sobre a cibercultura, que entendemos como um sinônimo para a ciberterritorialidade, o autor Pierre Lévy defende a emergência do ciberterritório como um movimento social. Portanto, o ciberespaço não se limita a uma estrutura técnica de telecomunicação, mas diz respeito a uma certa forma de usar essa

infraestrutura, impregnando-a de significados e relações, por mais imperfeitas e disparatadas que sejam (Lévy, 2010). O autor afirma que a formação do ciberespaço é um exemplo de como a infraestrutura de comunicação pode ser investida por uma corrente cultural que produz modificações e desdobramentos sobre aquela estrutura, transformando seu significado social e simultaneamente estimulando sua evolução técnica (Lévy, 2010). Despertar para essa reflexão é interessante e leva a uma preocupação fundamental no percurso deste trabalho de dissertação: que significados e relações simbólicas construímos no ciberespaço? Mais especificamente, para o escopo deste trabalho: quais as marcas narrativas construímos no ciberterritório a respeito da cultura do estupro, ao longo do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff? São essas indagações que movem nosso mergulho nas ciberterritorialidades, onde praticamos nossa sociabilidade e damos à fria estrutura da internet o calor das discussões acaloradas sobre questões de política e gênero, nesse caso.

Em prosseguimento à discussão do ciberterritório como um movimento social, Pierre Lévy (2010) identifica três princípios que orientam o crescimento inicial do ciberespaço: interconexão, comunidades virtuais e inteligência coletiva. O princípio da interconexão diz respeito ao valor das conexões no ciberespaço, de modo que o estabelecimento de relações entre os atores é sempre preferível ao isolamento. Nas palavras do autor, “a conexão é um bem em si” (LÉVY, 2010, p.129). Assim, a partilha de informações online é norteadada pela construção do “universal por contato” (LÉVY, 2010, p.129) ou seja: quanto mais intensa e volumosa for a presença online, mais unidos estarão aqueles internautas, apresentando mais características em comum.⁵

As comunidades virtuais, que constituem o segundo princípio de construção do ciberespaço, consistem no grupo formado sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos e de projetos mútuos, por meio de relações de cooperação ou troca. Ao contrário do propagado pelo senso comum por muito tempo, as comunidades virtuais não pressupõem a frieza ou a ausência de sentimentos em suas relações (Lévy, 2010). Pelo contrário: as relações online não excluem, de modo algum, as emoções fortes e as paixões individuais que já apareciam nas relações offline e continuam marcadas no ciberespaço. A reboque desses sentimentos, as responsabilidades individuais e o

⁵Essa discussão é brilhantemente aprofundada por autores que discutem os conceitos de hibridismo e hibridação, como Nestor Garcia Canclini e Stuart Hall. Suas contribuições, preciosas para o campo, não são foco de nossa problematização nesta dissertação, visto que o teor discursivo e narrativo das conversações situadas no ciberterritório é o que nos interessa especialmente.

sentimento de julgamento tampouco são irrelevantes ao longo da convivência no ciberespaço. A respeito dessas interações, Recuero (2016) pontua certa surpresa em relação ao impacto das discussões em sites de redes sociais na prática cotidiana offline. A autora destaca que a interação, no ciberespaço, passou a transcender apenas as ações verbais e se constitui de todo tipo de troca que sinalize a participação ou a legitimação do discurso nos sites de redes sociais (Recuero, 2016).

Nas comunidades virtuais analisadas por Lévy, o dia-a-dia transcorre repleto de conflitos que também são comuns nas vivências off-line. No entanto, o autor reconhece que esses conflitos se exprimem de forma “bastante brutal” (LÉVY, 2010, p.131) e tal intensidade também pode ser observada nas relações de amizade e cooperação estabelecidas por meio das conversações em rede, geralmente a partir dos interesses e habilidades em comum.

Por fim, a inteligência coletiva aparece como o objetivo final da cibercultura e consiste no ideal de colocar em sinergia o conhecimento acumulado por todos aqueles que formam a conexão em rede, a tessitura do ciberterritório. Na visão de Lévy (2010), o conceito de inteligência coletiva faz sentido visto que o movimento social da cibercultura não converge sobre um conteúdo particular, mas trata de uma forma de comunicação interativa, transversal e rizomática (Lévy, 2010). Desse modo, é nítido que as relações no ciberespaço avançam muito além da pluralidade temática, impondo novos modos de lidar com as informações, a cultura e outras fontes de conhecimento e valores simbólicos – antes centralizados por veículos de comunicação tradicionais.

Ao examinar a possibilidade de larga disseminação de informações por meio da internet, o sociólogo Manuel Castells chama a atenção para o envio de mensagens “de muitos para muitos”, o que difere do modelo de comunicação de massa, no qual a emissão da mensagem estava centrada nos grandes veículos de comunicação (Castells, 2015). Em atenção a essa transformação, o autor cunha o conceito de autocomunicação de massa (Castells, 2015).

A autocomunicação de massa diz respeito ao modo como os indivíduos buscam e transmitem informações na contemporaneidade, no contexto da sociedade em rede. É de massa porque tem o potencial de atingir um público global; é autocomunicação porque a produção da mensagem é autogerada, a definição dos receptores potenciais é autodirecionada e a recuperação de conteúdo é autosselecionada (Castells, 2015). O

fenômeno da autocomunicação de massa desloca as discussões tradicionais de mídia para a comunicação em geral, levando em conta os aspectos interativos proporcionados por avanços tecnológicos que desenvolveram a Web 2.0 e a Web 3.0, oferecendo suporte à proliferação de espaços sociais na internet (Castells, 2015). A título de exemplificar o peso da comunicação via internet em nossa sociabilidade, o autor pontua que nós não apenas assistimos à internet, mas vivemos com ela. Dessa forma, a web é o tecido de comunicação de nossas vidas (Castells, 2015). A par dessa percepção, é inevitável pensar no ciberespaço como um território preenchido por relações complexas, carregadas de sentimentos e opiniões, levando à consolidação de uma ciberterritorialidade com características próprias, mas viabilizadas pelo fenômeno da autocomunicação de massa.

Em analogia às transformações trazidas pela incorporação da energia elétrica na sociedade industrial, Manuel Castells afirma que o poder comunicativo da internet se distribui por todas as esferas da vida social, caracterizando a formação de redes horizontais de comunicação (Castells, 2015). Essas redes contam com duas características precípuas, em semelhança às comunidades virtuais conforme definidas por Lévy (2010); são elas: a construção em torno dos interesses dos usuários; os traços multimodais, incorporando diversos tipos de documentos e arquivos (Castells, 2015). A formação dessas redes horizontais de comunicação caracteriza o início do que conhecemos por redes sociais atualmente, que concentram a maior representação do que entendemos como espaços sociais nas redes e também como ciberterritórios: a formação de uma sociedade virtual diversificada e abundante na rede. As comunidades online se desenvolvem para além do mundo virtual, mas como “uma virtualidade real integrada a outras formas de interação em uma vida cotidiana cada vez mais híbrida” (CASTELLS, 2015, p.116).

1. Redes Sociais na Internet

Apesar da atual associação quase automática do termo “redes sociais” aos estudos da internet, as primeiras incursões nesse tema datam do início do século XX, com foco na perspectiva sistêmica: a ciência voltou seus olhos para a compreensão total dos fenômenos e suas respectivas conexões, não mais apenas para fatos isolados (Bertalanffy, 1975). A metáfora de rede foi utilizada pela primeira vez pelo matemático Leonard Euler, para ilustrar o enigma das pontes de Königsberg: a cidade contava com

sete pontes e o objetivo do enigma era atravessar toda a extensão local utilizando cada ponte apenas uma vez. Euler demonstrou que seria impossível alcançar tal intento e ilustrou seu argumento por meio de um teorema em rede, mostrando os nós e as arestas que conectam esses nós. Essa representação em rede ganhou força também nas Ciências Sociais, principalmente em abordagens que propunham entender grupos de indivíduos conectados como rede social e traçar propriedades estruturais e funcionais de sua vivência empírica (Recuero, 2009). No início dos anos 2000, os estudos de redes sociais ganharam novo fôlego, partindo de estudos da Universidade de Toronto, no Canadá, liderados por Barry Wellman, já com foco na abordagem em rede voltada para as vivências no ciberespaço. Nesse aspecto, a abordagem de redes sociais tem seu valor na observação sistemática de padrões no ciberespaço, buscando verifica-los e teorizar sobre eles. Assim, o estudo das redes sociais busca compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais (Recuero, 2009).

Em uma tradução livre de Recuero (2009) para a definição de Gayton, Haytorntwaitte e Wellman (1997), uma rede social é aquela em que uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações. No entendimento de Recuero (2009), o advento da comunicação mediada pelo computador (CMC) trouxe profundas mudanças nas formas de organização, identidade, conversação e mobilização social; elucidando um contexto no qual a abordagem de rede fornece aspectos únicos e bastante caros à compreensão do ciberespaço. Dentre todas as transformações sociais trazidas pelo advento da internet, a autora compreende a possibilidade de expressão e sociabilização online – sintetizada sobremaneira nas redes sociais – como a mais expressiva mudança nesse contexto. A grande contribuição dessa ferramenta consiste em viabilizar a construção, interação e comunicação dos atores entre si, de modo que esses atores deixem rastros que permitem o reconhecimento do padrão de suas conexões e a consequente visualização de suas conversações e o mapeamento de suas redes por meio desses rastros (Recuero, 2009). Ou seja: é no ciberterritório das redes sociais que a internet ganha muito de sua carga simbólica e cultural, na construção do que já apontamos como ciberterritorialidade. Neste estudo, adotamos a concepção de Raquel Recuero sobre as redes sociais na internet, sobretudo pela compreensão dessas redes como espaços de conexão de pessoas e importante fator de mobilização também do mundo offline, recusando a ideia das redes sociais digitais como espaços

desterritorializados. Interessa-nos, sobretudo, as relações sociais e a produção simbólica nesse território.

As redes sociais na internet são formadas pela conjugação de dois elementos, grosso modo: os atores e suas conexões. Atores são as pessoas, instituições ou grupos – os nós das redes – e as conexões são as interações ou laços sociais estabelecidos entre esses atores. A abordagem em rede tem seu foco na estrutura social, o que não permite isolar os atores sociais de suas conexões (Recuero, 2009). Desse modo, estudos de redes sociais devem se prestar à análise conjunta desses elementos.

Os atores são as pessoas envolvidas na rede social que se analisa. No caso das redes sociais na internet, os perfis – ou páginas de personalidades e instituições – são as representações de atores sociais. Como representações, temos que os atores das redes sociais na internet estão sempre em construção de si, por meio da narração do eu (Recuero, 2009). Desse modo, os perfis pessoais funcionam como apropriações individuais do ciberespaço, com características de local público e privado. Nesse contexto, é nítido que a existência está condicionada à visibilidade, trazendo o chamado imperativo da visibilidade (Sibilia, 2003), de modo que a constituição do indivíduo como parte da sociedade em rede depende de sua visibilidade no ciberterritório, amplamente viabilizada e tecida pelas redes sociais na internet. Apesar dos esforços suscitados pelo imperativo da visibilidade, é certo que a CMC carece de algumas informações que geralmente permeiam a interação face a face: trejeitos, gestos, entonações e afins. Dessa forma, é bastante comum que os atores sejam percebidos, avaliados e julgados por meio de suas palavras (Recuero, 2009). Esse ponto abre um leque considerável, que será adequadamente discutido mais a frente, com o foco nas conversações em redes sociais na internet. Aqui, já chamamos a atenção para a força de legitimação dos grupos sociais de acordo com as palavras usadas nas interações em rede. Um bom exemplo disso, pertinente ao nosso estudo, é o uso do termo “feminazi”. A palavra, cunhada de maneira pejorativa para taxar negativamente as militantes feministas, passou a ser apropriada e usada ironicamente também para reafirmar a presença do feminismo nas redes. Assim, de acordo com a observação de outras características do perfil de um ator nas redes sociais, pode-se concluir que ele seja avesso à militância feminista, por exemplo. Essa exposição das opiniões, paixões e gostos pessoais é crucial no processo de individualização dos perfis de atores sociais,

lançando as bases para as impressões que outros atores e grupos constroem desse perfil e assim iniciam sua interação.

As conexões nas redes sociais são formadas dos laços sociais, que por sua vez se constituem por meio da interação social entre os atores (Recuero, 2009). As interações podem ser percebidas graças à possibilidade de manter os rastros sociais dos atores, que permanecem ali. Essa observação é fundamental para a noção de estudos de redes sociais na internet, inclusive para esta dissertação. Nossa análise das marcas narrativas de cultura do estupro são feitas por meio de publicações e comentários ligados a eventos específicos do processo de impeachment de Dilma Rousseff, mas que continuam disponíveis nas páginas em que foram publicados. Essa permanência também é essencial para viabilizar as chamadas conversações assíncronas, muito comuns em comentários do Facebook. Isso significa dizer que os atores podem travar longos debates em um longo espaço de tempo, sem a necessidade de estar simultaneamente online, sem que o diálogo se perca.

Por sua vez, as conexões são formadas por três partes: interação, relação e laços sociais (Recuero, 2009). A interação é a matéria-prima das relações e dos laços sociais, em que a ação de um ator depende da reação de outro, com orientação em relação às expectativas que podem resultar de tal troca. No caso da conversação, por exemplo, a ação de um ator social depende da percepção sobre o que o outro ator está dizendo. Assim, a interação carrega um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo.

Ao considerarmos as redes sociais na internet como organismos dinâmicos, em constante mutação ao longo do tempo e tecido por meio de transformações a partir da interação entre os atores, é essencial pontuar três elementos para a compreensão da dinâmica das redes: a cooperação, a competição e o conflito. O processo de cooperação é o formador das estruturas sociais, portanto, essencial para a constituição da sociedade enquanto agir organizado. A competição é o elemento que compreende a luta, mas não o conflito. Pode gerar, por exemplo, a cooperação entre atores de uma determinada rede no sentido de suplantarem os atores de outras redes. O conflito, por sua vez, pode gerar hostilidade, desgaste e até mesmo a ruptura da estrutura social. Muitas vezes, vem marcado pela violência e pela agressão. Em certa medida, o conflito pode fortalecer as estruturas de um sistema, caso contribua para a união dos atores em caso de uma

polarização contra outros atores (Recuero, 2009). Esse último exemplo, de aumento da união em uma rede para força contrária à outra, no contexto de polarização, faz bastante sentido para as discussões políticas fervorosas que tomaram conta das redes sociais na internet no Brasil, desde a última eleição presidencial – em 2014. Esse clima exaltado, rico em conflitos no ciberterritório, diz muito sobre a ambiência em que se dão as análises desta dissertação.

O comportamento emergente também pode ser apontado, junto à tríade cooperação, competição e conflito; como elemento indispensável para a compreensão da dinâmica das redes sociais na internet, levando em conta suas possibilidades de apropriação e características disruptivas. Na concepção de Recuero (2009), as redes sociais na internet frequentemente apresentam comportamentos emergentes, como a propagação de memes, a adaptação e a auto-organização dos atores. Em suma, o comportamento emergente que percebemos, diariamente, ao acessarmos as redes sociais na internet, comprova a constituição das ciberterritorialidades nesses espaços. O comportamento emergente demonstra as apropriações das ferramentas das redes pelos atores, com sua popularização em outras redes sociais na internet e também em esferas da sociabilidade *offline*.

1.1.2 A conversação em rede

Ao pensar o conceito de conversação em rede neste trabalho, adotamos a concepção da autora Raquel Recuero, que prioriza a ideia de apropriação do espaço das redes sociais na internet em seu potencial comunicativo (Recuero, 2014). As ferramentas da Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) foram ressignificadas diante dos interesses e motivações dos grupos sociais, a ponto de figurar como elementos constitutivos do cotidiano. Desse modo, nosso trabalho faz questão de sublinhar que essas redes tornaram-se espaços conversacionais, onde a interação com outros indivíduos busca estabelecer ou manter laços sociais. Sobre a conversação em rede, Recuero define:

São essas conversas públicas e coletivas que hoje influenciam a cultura, constroem fenômenos e espalham informações e memes, debatem e organizam protestos, criticam e acompanham ações

políticas e públicas. É nessa conversação em rede que nossa cultura está sendo interpretada e reconstruída. (RECUERO, 2014, p.18)

No caso do estudo desta dissertação, tomamos o conceito de conversação em rede como fundamental para compreender a apropriação tecnológica de um território informacional digital como um espaço povoado pela troca de opiniões acaloradas no contexto do impeachment de Dilma Rousseff, principalmente quanto ao preconceito de gênero a ela direcionado, por meio das ofensas que examinamos neste estudo e entre tantas outras que escapam ao nosso recorte. No entendimento do autor André Lemos (2002), a apropriação é um ponto chave da cibercultura e pode ser vista em duas dimensões: técnica e simbólica. A apropriação técnica diz respeito ao aprendizado e uso das ferramentas tecnológicas – podemos exemplificá-la por meio da popularização das filmagens via dispositivos móveis. Por sua vez, a apropriação simbólica é aquela que dá conta da construção de sentido a partir do uso dessa ferramenta, com o exercício de práticas que a desviam do seu escopo de uso. É como uma forma de apropriação simbólica, via conversação em rede, que compreendemos nosso objeto de estudo como a construção de uma ciberterritorialidade repleta de valores machistas e misóginos, mas não sem tensão e embate entre os atores.

A troca de ofensas graves no ciberterritório, com destaque para as conversações em rede, também aparece como uma preocupação para Recuero. Em um artigo intitulado *Social Media and Symbolic Violence* (2015), a autora levanta uma discussão sobre o uso das redes sociais como legitimadoras da violência, com foco no conceito de violência simbólica – que aprofundaremos mais adiante. No entendimento da autora, as redes sociais conseguiram dar “superpoderes” à violência exercida por vias simbólicas, justamente por seu potencial de apropriação para a conversação: as redes sociais na internet viabilizam um espaço propício para a circulação dos mais diversos tipos de discurso, inclusive os violentos. Dessa maneira, é usual que essas conversações terminem por naturalizar e legitimar formas de violência com as quais já convivemos nos territórios *off-line*.

No relatório “Violências de Gênero na Internet: diagnóstico, soluções e desafios”, um documento formulado em parceria entre a CodingRights e o InternetLab – Centro de Pesquisa em Direito e Tecnologia, representando o Brasil para a Relatora

Especial da ONU sobre violência contra a mulher, a naturalização da violência de gênero nos ambientes online a partir da cultura já enraizada nos territórios on e off-line também é um dos destaques.

O documento argumenta que a violência de gênero no Brasil é fruto de um conservadorismo histórico com profundas raízes religiosas colonizadoras, ligadas ao cristianismo. Essas bases culturais que negam a autonomia às mulheres e outras minorias que fogem ao padrão heteronormativo e não-binário vigoram no país em diversos aspectos e não se dissolvem no ciberterritório, mas pelo contrário: tomam outras dimensões (CODING RIGHTS; INTERNETLAB. Violências de gênero na internet: diagnósticos, soluções e desafios, 2017). Em meio a essas condições, a emergência dos debates sobre desigualdades de gênero e ampliação dos direitos civis para minorias como a comunidade negra e LGBTQI aumentaram exponencialmente no país e, por sua vez, nas redes sociais na internet. A resposta dos grupos conservadores veio em forma de discurso de ódio nas redes, dando início a uma série de episódios graves de ofensas aos Direitos Humanos, como é o caso que examinamos nesta dissertação.

A percepção da violência de gênero no Brasil ainda está ligada às mobilizações ativistas, visto que as pesquisas e o registro de dados em fontes oficiais sobre o tema ainda é exíguo. Nesse sentido, as pesquisadoras aproveitam para reforçar a dificuldade em acessar dados e referenciais teóricos já consolidados que tratem especificamente da violência de gênero no ciberterritório. As informações estão sendo construídas cotidianamente, não descoladas das vivências de estudiosas que acreditam pessoalmente em suas pesquisas e as produzem com o objetivo de trazer à tona alguns indícios sobre os ataques nas redes.

Um estudo sobre aspectos gerais da vitimização de mulheres no Brasil, realizado pelo Fórum de Segurança Pública em 2017 aponta que em 1% dos casos registrados a violência é cometida “na internet”.⁶ Um outro estudo, de viés mais qualitativo, conduzido pelo Cetic.br/Nic.br em parceria com a FLACSO Argentina⁷, a respeito do uso da Internet entre crianças e adolescentes sob uma perspectiva de gênero, aponta o

⁶Dado retirado do estudo “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em 02/01/2018.

⁷Conclusões apontadas por debates do 2º Workshop “Impactos da Exposição de Crianças e Adolescentes na Internet”. Disponível em: <http://workshopexposicaonainternet.nic.br/>. Acesso em 02/01/2018.

roubo de imagens íntimas, edição de imagens, assédio, racismo e gordofobia como os principais ataques enfrentados pelas meninas nas redes.

Se a imbricação entre nossas vivências on e off-line muitas vezes parece óbvia ao senso comum, um exame mais atento de nossas relações no ciberterritório mostram ainda certa precariedade em lidar com as expressões de subjetividade nesse espaço. Atualmente, é um desafio para minorias como mulheres, negros e comunidade LGBTQI reconhecer determinadas ações como expressões de violência. Por se desenrolarem nas redes sociais online ou em alguns outros espaços do ciberterritório, as manifestações de violência online comumente são banalizadas, sob a justificativa de que elas são limitadas ao meio digital (CODING RIGHTS; INTERNETLAB. Violências de gênero na internet: diagnósticos, soluções e desafios, 2017). No contexto contemporâneo de sociedade em rede e nossa constante vivência midiaticizada, essa separação entre as expressões online e off-line é um equívoco grave, que muitas vezes constitui um entrave à busca de soluções judiciais.

A respeito dessas expressões acaloradas no ciberterritório, a pesquisadora Renata Rezende destaca experiências de afetação do sujeito, graças às tecnologias de comunicação, informação e imagem, com maior valorização do sensível em detrimento do racional. Na contemporaneidade, as práticas e processos comunicacionais são atravessados pela interferência dos dispositivos ligados à internet, o que pressupõe um fluxo acelerado de informações (Rezende, 2014). Assim, com intensos debates em formato das conversações em rede, a autora acredita no espaço das redes sociais como palco de catarses cotidianas. Ao observar esse tipo de publicação catártica, especialmente no Facebook, a autora afirma que seu principal objetivo é analisar a sociedade contemporânea a partir das práticas atravessadas por meio de comunicação, com vistas à forma como os novos espaços tecnológicos cotidianamente utilizados.

A noção de apropriação simbólica também pode ser paralelamente trabalhada na análise proposta por Rezende, visto que o uso dessas redes como espaço de construção de relatos pessoais, em tom de desabafo ou convite à superação, confirma as novas tessituras entre as tecnologias de comunicação e a sociedade – o que resulta em produção de novas subjetividades e novos aspectos culturais. Ora, é certo que a catarse é muitíssimo anterior ao advento das redes sociais digitais, mas a apropriação simbólica

dessas ferramentas tecnológicas permite a expressão dos indivíduos imersos em experiências cada vez mais sensíveis (Rezende, 2014).

São essas experiências sensíveis que parecem, muitas vezes, afastar a racionalidade dos debates de maior calibre nas redes sociais na internet. Nessas situações, notamos que as conversações em rede não inventaram novos tipos de preconceito, mas impulsionaram manifestações preconceituosas de raízes históricas. Ao pontuar que a emergência das redes sociais digitais nos permite conhecer melhor os outros e suas diversas relações em grupos sociais, Recuero (2013) não desconsidera que muitos atores e outros grupos sociais apropriam-se dos aparatos tecnológicos da CMC para propagar discursos preconceituosos.

a. Violência simbólica e cultura do estupro: manifestações no ciberterritório

Ao adotarmos a concepção do autor francês Pierre Bourdieu sobre as relações de comunicação como relações de poder – mais especificamente, de poder simbólico – vale debruçar-se com atenção sobre esse conceito, que é também o ponto de partida para a construção da ideia de violência simbólica– do mesmo autor – e crucial para os estudos desta dissertação. A relação entre os conceitos de violência simbólica e cultura do estupro é fundamental, visto que ambos se expressam de forma geralmente banalizada, via discurso, imagem ou outros canais de comunicação e geralmente passam como simples piadas pelo crivo do senso comum.

De acordo com Bourdieu, o poder simbólico é aquele que se manifesta de maneira menos explícita, porém é vigorosamente reconhecido, numa relação que o autor denomina como o “ignorar-reconhecer” e que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989). Em seus escritos sobre o tema, Bourdieu afirma que os sistemas simbólicos, via instrumentos de conhecimento e comunicação, exercem um poder estruturante porque são sistemas estruturados. Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer o sentido imediato do mundo, especialmente no âmbito social. No entendimento bourdieusiano, é Émile Durkheim

quem tem o mérito de indicar explicitamente a função social do simbolismo, além da função de comunicação apontada por autores estruturalistas.

Ao perceber os símbolos como instrumentos de integração social (Bourdieu, 1989), o autor confere ao campo da Comunicação um papel central na tessitura dos sentidos que contribuem para a reprodução da ordem social, tornando possível a ideia de consenso – que se manifesta por meio do senso comum, por exemplo. É graças à estruturação dos sistemas simbólicos que a dominação de uma classe sobre a outra, por vias de conhecimento e comunicação, se exerce. A essa dominação, Bourdieu dá o nome de violência simbólica, conceito que aprofundaremos mais à frente neste capítulo. Para o autor, o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes, visto que ao servirem seus interesses na luta interna do campo de produção, os produtores servem, necessariamente, aos interesses dos grupos exteriores aos campos de produção (Bourdieu, 1989). Como consequência dessa luta simbólica entre classes, o autor acredita que as ideologias são duplamente determinadas: devem suas características não só aos interesses das classes que representam, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e às lógicas do campo de produção.

Dadas essas condições, Bourdieu afirma que o poder simbólico é “quase mágico”, no sentido de constituir o dado pela enunciação e “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo” (BOURDIEU, 1989, p.14) com resultados equivalentes aos que podem ser obtidos pela força física ou econômica. Tudo isso é viabilizado, de acordo com o autor, por uma espécie de “eufemização” das relações de força que atuam no poder simbólico, fazendo com que passe despercebido em sua estruturação mas seja reconhecido em sua legitimidade, produzindo “efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1989, p.15).

A produção desses tais efeitos reais é viabilizada com suporte da violência simbólica, por meio do que o autor identifica como paradoxo da *doxa*. Esse paradoxo diz respeito às relações de dominação socialmente estabelecidas sem grandes transgressões ou subversões; mais ainda: tomadas como aceitáveis e, principalmente, como naturais. Ao tratar do assunto, Bourdieu mostra-se verdadeiramente surpreso com as poucas tentativas de romper com as relações de dominação, mas em seguida aponta a violência simbólica como um esteio crucial para explicar essa submissão paradoxal. A dominação masculina, objeto central de uma obra completa do autor (2002), é um

exemplo de submissão paradoxal resultante da violência simbólica. Nas palavras do autor:

(...) violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento e do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2002, p.04)

Seria um equívoco pensar na violência simbólica como uma oposição à violência física, engano que inclusive é bastante comum em tentativas de desmerecer os estudos com foco na dimensão simbólica de quaisquer relações sociais. Atento a isso, Bourdieu frisa que o simbólico não significa o oposto de real (Bourdieu, 2002), mas sim a sutileza dos meios que mantêm a dominação com seus ares naturalizados, distantes de abordagens historicizantes. A dificuldade em pensar as relações de dominação com esse viés vem da falta de instrumentos de conhecimento que o dominado tenha construído por si mesmo, fora da relação incorporada de dominação (Bourdieu, 2002). Todos os esquemas de oposição utilizados para justificar e avaliar a ação dos dominantes, por exemplo: masculino/feminino, branco/negro; resultam da incorporação de classificações socialmente construídas e naturalizadas também em sociedade, sem um espaço hermético isolado, um “fora” ideal que permita refletir sobre a dominação sem estar sob seu jugo.

Diante da falta desse espaço idealmente imparcial e plenamente consciente para a análise das lógicas de dominação, Bourdieu propõe o movimento de desvelar o caráter paradoxal da doxa, de modo a demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza (Bourdieu, 2002). Assim, o esforço do pesquisador nesse contexto deve ser o de mostrar o caráter arbitrário das oposições que obedecem à lógica de dominação, tais quais os desconhecemos – como a diferença entre o masculino e o feminino de modo a desafiar os estereótipos de gênero, por exemplo. Ao analisar a comunidade cabília para a escrita de sua obra, o autor percebeu o que chamou de organização androcêntrica: a divisão das coisas é sexual, de todo modo, a ponto de a força da ordem masculina dispensar justificação e se impor como neutra para aquela sociedade, enquanto uma vasta gama de sistemas simbólicos tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerçam pontos distintos da vida em sociedade, como o trabalho e a ocupação dos espaços, por exemplo.

É assim que a diferença entre os gêneros está sempre presente nas relações sociais, ainda que não de forma explícita. Portanto, como via reflexa, é impossível pensar nas relações sexuais entre homens e mulheres sem levar em conta toda essa ordem social, embasada na violência simbólica, na construção de uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres. Na visão de Bourdieu, a posse sexual é uma relação de dominação no sentido de submeter a seu poder. O assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir, mas sim a dominação ratificada, em seu estado mais puro, do homem sobre a mulher (Bourdieu, 2002). Essa constatação, da violência sexual além de seus atributos físicos, mas como ratificação das violências simbólicas que mantêm as mulheres sob a dominação masculina é especialmente crucial e fundamental para a construção desta dissertação. Esse raciocínio é a base do conceito de cultura do estupro, que motivou nossos estudos sobre os ataques misóginos sofridos pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

Com a popularização dos adesivos de gasolina que mostram Dilma de pernas abertas, sendo forçosamente penetrada por um dispositivo de abastecimento da bomba de combustível, a militância feminista nas redes online passou a debater com frequência o conceito de “cultura do estupro”, muitas vezes com explicações bastante coloquiais, sem referências acadêmicas – nem por isso, sem clareza de explicação.

Historicamente, o conceito nasceu com a feminista estadunidense Susan Browmiller, por meio da obra *Against our Will: men, women and rape* (1975), na qual a autora defende a percepção do estupro como um ato deliberado de poder, dominação e humilhação na qual todos os homens têm a capacidade de imprimir medo sobre todas as mulheres (Browmiller, 1975). Na visão da autora, a capacidade estrutural dos homens para cometer estupros e a vulnerabilidade correspondente das mulheres como vítimas de estupros é definidora das relações entre os sexos como as conhecemos, inclusive quanto às desigualdades de gênero. Defendendo essa visão, a autora acompanha e confirma o que Bourdieu (2002) afirma sobre as relações de dominação e exercício do poder, em seu estado mais puro, dos homens sobre as mulheres. A autora prestou uma contribuição pioneira às discussões sobre o tema, ao propor a análise do estupro além de seu potencial físico de destruição, desmitificando a ideia do homem como predador sexual insaciável e mostrando a eficácia do estupro como um ato capaz de manter as mulheres sempre acuadas, permanentemente amedrontadas, o que se desdobra em consequências no modo como vivem.

O estupro como ferramenta de dominação é muito anterior à abordagem legal do fenômeno, que o enquadra como um crime. Ainda assim, Browmiller frisa que as instituições jurídicas lidam com o estupro como um crime contra a propriedade, muito mais que como um crime contra a pessoa. Graças a essa visão, é tão comum que as mulheres sejam instruídas a andar sempre acompanhadas por algum homem, como se a tutela masculina as protegesse do estupro, visto que é o respeito de um homem por outro que afasta os riscos (Browmiller, 1975).

A erotização da dominação masculina, operada em grande parte por conteúdos comunicacionais, trata a submissão feminina como um *feitiço*, de modo que o estupro ganha aspectos naturalizados e de alguma forma positivos, como uma espécie de jogo de sedução e conquista (Herman, 1988). A mesma autora defende, ainda, que a cultura do estupro é apoiada em dois vetores: homens agem, necessariamente, de acordo com o estereótipo de gênero masculino e as mulheres agem, obrigatoriamente, em consonância com os estereótipos do gênero feminino. (Herman, 1988). Assim, a ideia generalista de que os homens são poderosos, dominadores e conquistadores, fomenta, endossa e naturaliza relações que subjugam as mulheres, mantendo a também ideia generalista do gênero feminino como frágil, dócil e passivo. Nesses termos, a cultura do estupro se verifica mesmo em casos que o crime físico não chega a se concretizar: a sociedade encoraja o estupro ao educar homens e mulheres para naturalizar o comportamento agressivo e violento dos indivíduos de sexo masculino (Herman, 1988).

Na visão de Phillips (2016), apontar a naturalização do comportamento violento masculino foi a grande contribuição histórica da obra de Susan Browmiller: seu trabalho expandiu o entendimento acerca do estupro como uma ofensa psicopatológica individual em direção às críticas de um fenômeno cultural fundado no patriarcado (Phillips, 2016). A autora complementa esse raciocínio ao ironizar a ideia de que aqueles que cometem estupros seriam “malvados monstros alienígenas” que passam a conviver em sociedade, quando na verdade eles são produtos emergentes de uma cultura que incentiva, viabiliza e naturaliza muitas condições de violência contra as mulheres (Phillips, 2016).

Desde a infância, as meninas são orientadas para aceitar seus papéis como potenciais vítimas do estupro. Assim, frases de senso comum, do tipo “comporte-se como uma mocinha”, ou “tome cuidado com aquela rua deserta, principalmente à

noite”, funcionam no sentido de orientar as meninas a prevenir o estupro, transferindo a elas a responsabilidade por um crime dessa envergadura (Brownmiller, 1975). A autora feminista Susan Griffin (1977) também chamou a atenção para a culpabilização das mulheres nos casos de estupro e definiu a cultura do estupro como todo o contexto criado em torno da experiência sexual violenta cujos termos de segurança e proteção devem ser internalizados pelas mulheres (Griffin, 1977), ou seja: o ônus de circular livremente de um atentado sexual é exclusivamente feminino. Histórias como a da Bela Adormecida e da Branca de Neve, ignoram o consentimento da mulher para o estabelecimento de uma relação carnal, além de romantizar a chegada do homem como o salvador, a solução do problema. (Brownmiller, 1975). Para nos aproximarmos de exemplos mais contemporâneos e menos alegóricos, podemos citar os filmes “*O Último Tango em Paris*” e “*E o Vento Levou*”, ambos sucessos comerciais e de crítica, apesar de cenas que violaram o consentimento de suas atrizes.

Ao contrário do que possa parecer óbvio para o senso comum, o fato do estupro, em seu enquadramento legal, ser um crime que motiva tantas revoltas populares, não significa que ele não seja culturalmente viabilizado, encorajado e endossado – por meio do que Bourdieu (2002) identificou como violência simbólica na relação de dominação masculina. A despeito de quaisquer avanços legais em relação ao crime de estupro, Griffin (1977) faz questão de enfatizar que a tipificação legal do estupro não pode ser considerada uma prova de que o estupro não seja encorajado como parte de nossa cultura.

Mesmo entre todas as mulheres que nunca foram estupradas, o medo de sofrer tal violência é tão comum, que Dianne Herman (1979) desdobrou o conceito de cultura do estupro como uma forma de violência contínua, que vem desde “mini-estupros” até o ataque sexual propriamente dito. O que a autora convencionou chamar de “mini-estupros” pode ser enquadrado no conceito bourdieusiano de violência simbólica e consiste, por exemplo, em olhares obscenos de homens para suas interlocutoras mulheres e até mesmo o famoso assobio “fiu-fiu”, frequentemente problematizado e questionado em seu aspecto de violência ou “apenas uma cantada”. Todas essas formas mais sutis de violência, que não causam a repercussão pública de um estupro propriamente dito, aprofundam as desigualdades de gênero e reforçam os estereótipos dos homens como sujeitos dominadores e ativos, enquanto as mulheres seriam figuras frágeis e passivas.

Em um movimento de certa autocrítica, é pertinente mostrar que falar em “mini-estupros” ou em violência contínua pode parecer uma banalização de algo tão grave quanto o estupro. Sobre isso, a filósofa brasileira Marcia Tiburi (2017), pontua que é necessário refletir sobre os aspectos simbólicos que produzem subjetividades capazes de cometer um estupro e de lidar com esse crime de forma tão paradoxal: apesar da comoção e da sede de vingança contra o estuprador, a culpabilização da vítima é frequente nos casos de violência sexual.

Pensar na sociedade patriarcal como o berço da cultura do estupro, graças à difusão naturalizada dos estereótipos de gênero e suas consequentes relações de dominação masculina mostra o peso da violência simbólica na construção da subjetividade dos indivíduos e como isso afeta a vida em sociedade. A forma de violência que Bourdieu (2002) classificou como a mais sutil, porém que ratifica cotidianamente seus efeitos, corrobora a percepção das autoras feministas que analisamos quanto ao conceito de cultura do estupro, especialmente quanto à emblemática definição de Susan Browmiller: o estupro reflete, na verdade, uma relação de poder na qual todos os homens podem imprimir medo em todas as mulheres.

4. A BIOPOLÍTICA E O CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS

A preocupação com o corpo humano não é algo novo. Segundo Foucault (1987), o interesse pelo controle dos corpos e a capacidade de compreendê-los como objeto das relações de poder remonta à Antiguidade Clássica. Porém, a partir da segunda metade do século XVIII, essa preocupação ganha contornos novos e bastante específicos. No contexto do que Foucault conceituou como sociedade disciplinar⁸, o corpo dos sujeitos tornou-se alvo de submissão, utilitarismo, transformação e aperfeiçoamento. Instituições como a escola, o hospital, o presídio e as fábricas cumpriam papel de regulação disciplinar na sociedade, controlando e corrigindo os corpos. Nesse sentido, o autor deixa claro que o grande objetivo da disciplinarização dos corpos é torna-los úteis e produtivos, forjando a máquina necessária para a atividade a ser desempenhada e usa como um de seus exemplos o corpo do soldado: a partir da segunda metade do século XVIII, esse corpo tornou-se algo fabricável, por meio da correção de posturas, da disciplina de automatização dos hábitos, do controle de seu tempo na disponibilidade para o trabalho; dessa forma lhe foi dada a “fisionomia de um soldado”. A empreitada da disciplina tem o objetivo de esculpir um organismo que possui certa flexibilidade à medida que se desenvolve, mas sempre no bojo das normas e regras, constituindo-se como um indivíduo rígido e opaco (Sibilia, 2016). No entanto, nem todos os corpos respondem da mesma forma às regulações disciplinares.

É o conceito de docilidade dos corpos que elucida a grande especificidade da preocupação da segunda metade do século XVIII, no aspecto de suas regulações. De acordo com Foucault (1987), o corpo dócil é aquele que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. No contexto da sociedade disciplinar, a regulação sobre o corpo adquiriu aspecto detalhado, exercendo sobre ele uma coerção cuidadosa e com o objetivo de mantê-lo no mesmo nível da mecânica. Além disso, a sociedade disciplinar toma como objeto seu controle no aspecto ativo, suas forças produtivas e econômicas. Foucault (1987) afirma que ao longo dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram “fórmulas gerais de dominação”. O tipo de disciplina que aqui se inaugura difere-se dos anteriores à medida que forma uma relação direta entre obediência e utilidade. Dessa forma, as disciplinas que atuam sobre o corpo têm o objetivo de torna-

⁸ No entendimento de Foucault, as sociedades disciplinares surgiram no século XVIII e se caracterizam, grosso modo, pela disciplina expressa em regras e pelo confinamento em instituições como a escola, o hospital, a fábrica, o manicômio e o presídio.

lo dócil, de modo que passem a ser mais úteis exatamente à medida que se tornam mais dóceis. Toda a potência e energia do corpo é minada e canalizada na direção da obediência, enquanto o corpo adquire mais força produtiva, canalizada ao utilitarismo econômico. O estabelecimento dessa relação faz compreender que a docilização dos corpos é, em via de mão dupla, objetivo e consequência das disciplinas que os regulamentam.

O controle dos corpos enquanto população, além dos aspectos de disciplinas individualizantes, também foi analisado e conceituado por Foucault (1988). De acordo com o autor, o surgimento da biopolítica mostra o interesse do Estado pelo indivíduo e seus modos de vida, por dispositivos de controle do indivíduo enquanto população. O Estado se ocupa desse controle populacional por entender que manter os indivíduos ativos e produtivos é chave da manutenção da máquina estatal. Sobre isso, afirma: “o Estado tem que se ocupar do indivíduo apenas quando ele pode introduzir tal mudança. É tanto o Estado que lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir como lhe exige morrer” (FOUCAULT, 1988, p. 301).

Em termos práticos, essa regulamentação é feita por meio da gestão da saúde, da higiene e de políticas públicas de controle da natalidade. Essas práticas caracterizam um novo tipo de relação de poder entre a entidade social e o indivíduo, definindo o homem e suas relações como objeto do Estado. Foucault aponta que a partir do século XVIII a medicina exerceu um papel social, no sentido de disciplinar a sociedade. Dessa maneira, nota-se uma biologização do corpo social, por meio de um trabalho de homogeneização, normalização, classificação e centralização dos saberes médicos. (Filho, 2010). O autor conclui que é no corpo, no nível somático, que a sociedade capitalista concentra seus investimentos e regulamentações, de modo a torná-lo adequado à rotina de trabalho e produção, normatizando as longas jornadas nas fábricas e a vigília noturna, por exemplo. Assim, o corpo se constitui como uma realidade biopolítica e a medicina se configura como uma estratégia biopolítica (Foucault, 1979).

No entendimento foucaultiano, a prática cotidiana da polícia é o máximo exemplo da regulamentação estatal sobre a vida e a morte da população. Ao mesmo tempo em que a instituição policial zela pela vida – por exemplo, por meio da organização dos espaços públicos; detém o poder sobre a morte – por exemplo, a possibilidade do massacre em massa. Assim, nota-se que o interesse do Estado e, por

via reflexa, da polícia, é por indivíduos vivos, ativos e produtivos. O Estado deve, antes de tudo, cuidar do homem como população, exercer seu poder sobre os seres vivos e como seres viventes, o que implica necessariamente em uma biopolítica.

Seja com foco no aspecto individual ou no aspecto populacional, é nítida a preocupação dispensada à regulação dos corpos, inclusive com o uso de dispositivos disciplinares que viabilizem a transformação necessária para que os corpos tornem-se docilizados e cumpram suas funções produtivas. A organização do tempo de forma compatível com a rotina da fábrica, a normatização médica a respeito de comportamentos íntimos como a sexualidade e a alimentação, por exemplo, funcionam nesse sentido. Pensando em uma aproximação com o objeto de estudo desta dissertação, cabe pensar a disciplinarização dos corpos femininos, atualmente bem exemplificados por padrões de beleza que muitas vezes encontram justificativa no discurso médico – como a magreza e a prática de atividades físicas, bem como o controle da natalidade, uma responsabilidade cobrada da mulher de maneira quase exclusiva e que muitas vezes envolve o uso de medicamentos.

A autora feminista Susan Bordo, em um de seus estudos, propõe uma apropriação foucaultiana do feminismo (Bordo, 1997). Em concordância com Foucault, a autora afirma que o corpo não é apenas um texto da cultura, mas sim um lugar prático e direto de controle social. Em práticas habituais e aparentemente banais, a cultura “se faz corpo”. Nesses movimentos triviais, por meio da regulamentação do tempo, do espaço e dos hábitos, os corpos são moldados e recebem, inevitavelmente, marcações das formas predominantes de individualidade, masculinidade e feminilidade.⁹

Na concepção de Bordo, os corpos femininos podem ser caracterizados como o que Foucault chamou de corpos dóceis: corpos cujas forças e energias estão sujeitos ao controle externo, constante alvo de transformações e modificações na busca por um ideal de perfeição. Até mesmo alguns dispositivos disciplinares bastante específicos buscam dar conta da docilização dos corpos femininos. Dietas rigorosas, ideais de magreza e definição muscular, regras sobre maquiagem e vestuário propõem um ideal de feminilidade homogeneizante e sempre em mutação, levando a uma busca sem fim por resultados próximos aos padrões estéticos vigentes. A disciplina reguladora dos

⁹ Reconhecemos a importância do trabalho da filósofa estadunidense Judith Butler na discussão de Gênero, por meio do conceito de performatividade. No entanto, este trabalho não aborda especificamente essa seara.

corpos femininos converte as mulheres em sujeitos mais voltadas para o aspecto da automodificação e menos inseridas na esfera pública, nos meios sociais.

Induzidas por essas disciplinas rigorosas, é comum que as mulheres passem desde a infância até a vida adulta acreditando no fracasso de seus corpos, entregando-se às sensações de carência e insuficiência, com a convicção de que não são tão boas quanto deveriam ser. (Bordo, 1997). Esse movimento não é despropositado: na concepção de Simone de Beauvoir, os costumes e a moda são muitas vezes utilizados com o objetivo de afastar a mulher de sua transcendência e das atividades cotidianas que se tornam mais difíceis em cima de um salto alto, com unhas longas e o cabelo disposto em um penteado. A maquiagem e as joias também servem para a petrificação do corpo e do rosto, constituindo na mulher a presença da natureza cativa e moldada à disposição do homem (Beauvoir, 2016). À despeito dos esforços pela automodificação, o envelhecimento surge implacável também para as mulheres, que após a idade fértil, são comparadas com uma planta ao fim da vida: seca, oca e murcha. Os homens experimentam a decadência da carne por meio do corpo da mulher, esse corpo que lhes é destinado e por isso o envelhecimento da mulher suscita aos homens o medo e ódio (Beauvoir, 2016).

Algumas das graves consequências da disciplinarização dos corpos femininos, principalmente tirando proveito dessa insatisfação sofrida pelas mulheres em relação aos seus corpos, são ponto de partida para o desenvolvimento de desordens psíquicas com manifestações físicas, como a histeria, a agorafobia e a anorexia. Bordo (1997) traçou linhas comparativas entre essas desordens, que acometem especialmente mulheres ao longo de diferentes períodos históricos e detectou pontos comuns entre elas. Em primeiro lugar, os sintomas de todas essas desordens revelam-se no corpo feminino como textualidade. A perda da voz e da mobilidade, a incapacidade de deixar o espaço doméstico e a relação de compulsão e recusa pelos alimentos trazem à tona significados simbólicos e políticos no contexto das normas de gênero. De acordo com as conclusões da autora, outra semelhança entre as três desordens é que mulheres acometidas por elas trazem em seus corpos as marcas da disciplina fruto da construção ideológica da feminilidade de cada época em questão.

No caso da histeria, no século XIX, os sintomas de oscilação e dissociação da realidade, obscurecimento da percepção e instabilidade do humor correspondem aos

ideais de feminilidade da época, que descreviam a “dama” como “delicada, sexualmente passiva, emocionalmente instável e caprichosa” (Vicinus, 1972). Quanto à agorafobia, desordem mais comum no século XX, os sintomas de incapacidade da ocupação do espaço público remontam às investidas da ideologia dominante de feminilidade dos anos 60, buscando depreciar a mulher que optava por uma carreira profissional fora de casa, relembrando por meio da imprensa o lugar doméstico das mulheres. Já na anorexia, o corpo excessivamente magro responde como uma caricatura ao ideal contemporâneo da magreza exagerada. Sobre a agorafobia e a anorexia, Susan Bordo destaca uma outra semelhança importante: no contexto histórico que abriga ambas as desordens, o ideal de feminilidade passa a ser propagado, difundido e endossado pela imprensa e com o auxílio de imagens. Dessa forma, mesmo que a mensagem verbal não seja explícita e direta quanto aos ideais de feminilidade, as imagens que ilustram as revistas, os anúncios e as atrizes e modelos que protagonizam os meios audiovisuais reafirmam, a todo o tempo, a representação ideal do que é ser mulher na sociedade contemporânea. Alguns exemplos de peças publicitárias demonstram essa tendência, inclusive corroborando a ideia da mulher como submissa e sexualmente disponível para o homem.



Figura 2: Anúncio da cerveja Skol

O papel dos meios de comunicação na regulação dos corpos femininos foi cuidadosamente examinado pela autora Susan Faludi, que conceituou o fenômeno *backlash*. Trata-se de um contra-ataque às conquistas femininas, por meio de duas premissas: atribuir à independência alcançada pelas mulheres os sentimentos de

angústia e insatisfação, ao mesmo tempo que busca minar gradativamente os avanços femininos em diversos campos. Esse contra-ataque opera especialmente por meio da TV, da indústria de moda e beleza, do cinema e também de políticas conservadoras; vilanizando a luta de igualdade por direitos da mulher (Faludi, 2001). Dessa maneira, o *backlash* denigre as lutas feministas, associando-as às insatisfações mais comuns entre as mulheres e reforça a ideia de que aceitar as desigualdades entre os gêneros seria uma resignação natural. Se tomarmos práticas como as dietas, os ideais de beleza e comportamento e os padrões de vestuário como disciplinas reguladoras que recaem especialmente sobre o corpo feminino, é simples compreender que os meios de comunicação são parte importante dessa lógica disciplinar.

A partir dos anos 80, quando o contra-ataque feminista ganhou força na imprensa, a aparência física das mulheres que buscavam independência pessoal e financeira passou a ser associada às imagens de mulheres carrancudas, com semblantes infelizes ou raivosos (Faludi, 2001). Essa escolha imagética, certamente não por acaso, ainda pode ser observada nos dias atuais. Ao destacar positivamente a aparência de mulheres que se dedicam ao lar e caracterizar como “raivosa” ou “descontrolada” as mulheres que ousam ocupar o espaço público, a imprensa confirma sua postura de exercício do *backlash* e assume o lugar de reguladora dos corpos femininos, classificando-os de acordo com as atividades que desempenham e como essas atividades corroboram ou desafiam o padrão hegemônico de feminilidade da época. O “encasulamento” das mulheres passou a ser reafirmado pela imprensa como uma tendência dos anos 80, relegando o papel social da mulher às atividades restritas ao âmbito do lar. Essa valorização do “encasulamento” também contava com o endosso imagético de mostrar mulheres que se dedicavam à casa como figuras ternas, serenas e adeptas aos padrões de beleza – exemplo de um corpo feminino docilizado.

A imprensa brasileira, nos dias atuais, reafirma com clareza as disciplinas impostas sobre os corpos femininos, tendo como ideal os padrões de beleza e o juízo de valor positivo sobre mulheres que se dedicam às atividades domésticas. Em abril de 2016, um blog mantido pela revista Veja publicou uma matéria com o título “Bela, recatada e do lar”¹⁰, sobre a vice primeira dama do Brasil à época, Marcela Temer. O texto trazia uma entrevista com Marcela e fazia questão de destacar, desde o título,

¹⁰ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 24/09/2016.

aspectos caros à feminilidade hegemônica na contemporaneidade: Marcela é bela, de acordo com os padrões de beleza; recatada, comportando-se da maneira que se espera de uma mulher casada com um homem importante no alto escalão político; do lar, contentando-se com o espaço doméstico reservado às mulheres. Além desses aspectos, que explicitam bem a normatização atuante sobre os corpos femininos, o destaque para a informação de que Marcela pretende ser mãe novamente traz à tona outra regulação social que tange o corpo feminino: a cobrança pela maternidade.



Figura 3: Marcela Temer, descrita pela Veja como “bela, recatada e ‘do lar’”.

A lógica de contra-ataque descrita pelo *backlash* também pode ser bem exemplificada pela imprensa brasileira contemporânea, examinando o objeto de estudo desta dissertação. O modo como a revista IstoÉ caracterizou a ex-presidenta Dilma Rousseff na matéria de capa intitulada “uma presidente fora de si”¹¹ evocam a valoração negativa dispensada às mulheres que “rompem o casulo” do espaço doméstico e se arriscam na ocupação de espaços predominantemente masculinos, como a política partidária. As imagens escolhidas para ilustrar essa publicação reafirmam o movimento já descrito anteriormente por Faludi (2001), que percebeu a associação da imagem de mulheres com semblantes sérios e carrancudos ao descrever trajetórias de carreiras profissionais fora do espaço doméstico. A caracterização da mulher como

¹¹ Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 24/09/2016.

“desequilibrada” e “descontrolada” remonta às características da histeria, conforme descrito por Bordo (1997).



Figura 4: Dilma Rousseff, descrita pela IstoÉ como “fora de si”.

A atribuição dessas características à ex-presidenta Dilma, primeira mulher a ocupar o mais alto posto de governo do país, revela o papel decisivo da imprensa na construção do senso comum de que as mulheres são mais emotivas, irracionais e sujeitas às variações de humor em comparação aos homens. Os aspectos biológicos da constituição feminina são, historicamente, justificativas para o lugar subalterno que a mulher ocupa nas sociedades, através dos tempos. É importante elucidar que o gênero é um conceito ligado às questões sociais e históricas, um processo de construção da existência social do sujeito, que pode ser conforme ou contrário à ideologia cultural dominante (Matos, 2008). Por volta dos anos 80, nos Estados Unidos, o movimento feminista passa a dar espaço para reflexões sobre os papéis de gênero, questionando a naturalização de práticas e comportamentos aceitos como masculinos ou femininos. Esse dualismo busca “encaixotar” homens e mulheres em padrões, partindo de seu sexo biológico e ligando necessariamente o homem ao masculino e a mulher ao feminino. (Louro, 2002). Por meio desse dualismo, a opressão sobre o gênero feminino opera com ares de naturalidade, quando, por exemplo, a menina passa a infância brincando de boneca e casinha, enquanto os meninos pilotam carrinhos e conquistam territórios.

Beauvoir combate a ideia de naturalização no conceito de gênero em sua célebre obra *O Segundo Sexo* (1949). Ao analisar aspectos biológicos, psicanalíticos e históricos da trajetória feminina e seu nicho social ao longo dos tempos, a autora sempre traz à

tona a afirmação contundente de que nenhum desses aspectos pode ser analisado isoladamente, mas sempre em conjunto:

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que temos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da condição que ela ocupa nesse mundo. Mas não é ele tampouco que basta para definir. (...) trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, Simone, 2016, p.65)

Partindo da afirmação de Beauvoir (2016), é possível perceber que o corpo feminino historicamente é alvo de disputas específicas, com medidas reguladoras e disciplinares que funcionam para manter a mulher sob o ideal de feminilidade hegemônico em cada época, conforme mostrado ao longo deste capítulo. Retomando o pensamento de Susan Bordo (1997), desordens psíquicas como a histeria, a agorafobia e a anorexia acometem as mulheres que buscam atender, às máximas consequências, esse ideal de feminilidade hegemônica – construindo a feminilidade como um conjunto de regulações impostas. Em meio às tantas imposições, regulações e disciplinas, Bordo se mostra preocupada com a perda do potencial de luta que cabe ao corpo. Na concepção da autora, o corpo da mulher pode ser um lugar de resistência, reafirmação e proposições contrárias ao patriarcado e não apenas um corpo que sofre as investidas na busca por docilização e utilitarismo. Com vistas a essa forma de resistência, Bordo aponta a necessidade de uma atitude cética das mulheres com relação às propostas de libertação tão oferecidas na sociedade atual, que acabam por impor novas disciplinas ao corpo feminino, sob o pretexto de que mulheres e homens desempenham suas funções sociais de acordo com atributos naturais.

A sexualidade feminina é um dos alvos de regulação sobre o corpo da mulher, também com a alegação de “naturalidade” bastante arraigada. O movimento feminista, por sua vez, propõe uma profunda reflexão sobre o tema e acredita que a sexualidade é construída socialmente, fruto de experiências e vivências que entrecruzam a natureza, a psique e a cultura (Dimen, 1997). De acordo com os papéis de gênero comuns no Ocidente, desde a infância a educação de meninos e meninas é determinante para o exercício da sexualidade de homens e mulheres. Conforme crescem, as crianças

aprendem que a masculinidade está associada à agressividade, dominação, racionalidade e controle das emoções, enquanto a feminilidade está ligada à ternura, passividade, e triunfo emotivo sobre a razão, com descontrole das emoções. Dessa forma, a socialização pautada no sexismo impõe uma dicotomia na qual o papel ativo cabe ao homem e a passividade é designada à mulher. É comum, tanto entre meninos quanto entre meninas, crescer com a certeza de que a sexualidade é algo próprio do universo masculino, do qual às meninas devem ser cuidadosamente preservadas e protegidas, tratando como natural o “incontrolável apetite” masculino – mais uma vez endossando a lógica de dominação, enquanto as meninas são educadas para demonstrar menos interesse pelo sexo – endossando a lógica da passividade.

Nesse contexto em que o protagonismo da sexualidade cabe ao homem, a maioria das mulheres passa a viver uma aversão pelo próprio corpo, negando seus desejos sexuais. Segundo dados de um estudo da psiquiatra e sexóloga Carmita Abdo (2008) 30% das mulheres afirmam que nunca tiveram um orgasmo, 35% afirmaram ter dificuldade de sentir desejo pelo ato sexual e 21% declararam sentir dor durante o ato. Diante desses dados, não é surpresa que o autoconhecimento do corpo feminino e a masturbação feminina sigam como temas tabus, enquanto os homens são encorajados desde criança a conhecer seus corpos, vivenciar a sexualidade de forma plena e desinibida e a praticar a masturbação como uma demonstração de virilidade e reafirmação da sexualidade. O contato com o próprio corpo é algo tão interditado às mulheres que muitas demonstram desconforto até mesmo na realização de procedimentos de saúde que envolvam contato com a genitália e outras partes íntimas – como o autoexame das mamas.

A preocupação médica com os corpos retoma os conceitos de Foucault, trabalhados no início deste capítulo. A preocupação com a garantia da vida da população, mantendo os sujeitos em capacidades produtivas recai sobre todos os indivíduos, mas a regulação dos corpos femininos tem uma preocupação especial: a fecundidade. Os órgãos reprodutores da mulher foram esquadrinhados, patologizados e investigados de maneira a garantir o funcionamento adequado de seu organismo para a procriação, estabelecendo como sadia a mulher capaz de gerar filhos e classificando como doente a mulher que não pode procriar. Ao estabelecer a reprodução como o ponto mais importante da vida das mulheres, a sexualidade feminina é entendida como inseparável da fertilidade. Assim, evitar ou proporcionar a procriação parecem ser

responsabilidades exclusivas das mulheres, apontadas como as responsáveis pela escolha dos métodos contraceptivos e por sua eventual falha, além da culpabilização que recai sobre as mulheres em casos de uma gravidez não planejada.

Dimen (1997) relembra o interesse do Estado – nos moldes da biopolítica foucaultiana – pelo controle da sexualidade feminina. Interessa ao Estado regular o corpo, a sexualidade e a subjetividade das mulheres e assim alcançar também as crianças que elas educam e os homens ou as outras mulheres para as quais são objeto de desejo. O controle estatal sobre os corpos femininos atua em duas frentes. Na primeira delas, regula as formas e materiais disponíveis para a procriação, ou seja, determina políticas e leis sobre formas de contracepção, abortos e partos. A segunda frente busca desmistificar essas políticas, garantindo à impressão de que as mulheres são livres para tomar suas decisões reprodutivas. No entanto, por viverem no Estado, estão sujeitas a leis que regulamentam sua sexualidade, suas escolhas reprodutivas e até mesmo seu acesso ao mercado de trabalho (Dimen, 1997). Mesmo que a relação entre sexualidade e reprodução seja um problema consciente e particular, aparece como parte do inconsciente coletivo no patriarcado. Na cultura ocidental, as mulheres são as responsáveis pela criação dos bebês, não porque os trouxeram ao mundo, mas porque tradicionalmente o gênero feminino é associado ao desenvolvimento dos afetos, dos cuidados básicos para a sobrevivência e à ternura nos cuidados com uma criança.

No contexto do capitalismo contemporâneo, as cobranças sociais pelo papel social da maternidade impõem às mulheres uma contradição fundamental: enraíza a identidade de gênero das mulheres no desenvolvimento coletivo e familiar dos afetos, mesmo quando toda a identidade adulta nas sociedades capitalistas contemporâneas é baseada no individualismo (Jagar, 1997). O destaque dessa contradição é um ponto muito interessante para a construção desta dissertação e remonta a algumas questões comuns no cotidiano, como o sentimento de culpa para mulheres que conseguem destaque na carreira profissional ou optam por não ter filhos e são comumente taxadas de egoístas, por exemplo. Observar a permanência desse conflito através dos tempos é uma nítida confirmação do quanto as mulheres ainda enfrentam a opressão ao ocuparem espaços além da alçada doméstica, mesmo com todos os ideais de consumo e êxito profissional trazidos pelo capitalismo. Partindo dessa forma conflitante de dominação, as mulheres sentem-se fora de contato com o mundo, com assuntos à parte do que é considerado normal. Temas ligados ao corpo feminino, menstruação, gravidez e

sexualidade endossam a ideia de que a mulher é uma figura caótica e até mesmo feia – em oposição à racionalidade e praticidade tão valorizadas no capitalismo

Na esteira desse pudor que rodeia o corpo da mulher, a autora feminista Michelle Perrot (2003) descreve os “silêncios do corpo da mulher”. Em primeiro lugar, pesa sobre o corpo feminino a função biológica, anônima e impessoal de ser um reprodutor. No entanto, discursos artísticos de diversas áreas e também os discursos médicos e políticos aludem com frequência ao corpo feminino – nos dias atuais, observamos essa presença massiva na publicidade, por exemplo. Ainda assim, o corpo feminino permanece como um local de silêncios tensos, carregado de pudor entre as próprias mulheres, geralmente educadas para não falarem sobre os próprios corpos. Notando essa dicotomia, Perrot (2003) defende a comparação entre o corpo da mulher e os dois corpos do rei ¹²(Kantorowicz, 1998): o corpo privado deve permanecer oculto, enquanto o público é exibido, apropriado e carregado de significação. Enquanto significação no espaço público, o corpo da mulher atrelou-se à exibição para prestígio e satisfação masculinos. Sobre isso, a autora destaca:

No palco do teatro, nos muros da cidade, a mulher é espetáculo do homem. Muito cedo a publicidade soube combinar sua imagem à de produto elogiado (...). Ainda hoje, o corpo feminino, silenciado e dissecado, continua sendo o principal suporte da publicidade.

(Michelle Perrot, 2003, p. 14/15).

A exibição para satisfação masculina e mercadológica obedece a moldes cruéis, impondo regulações e disciplinas diárias ao corpo feminino. Certas partes do corpo, como os seios, as coxas e as cinturas são alvos de regulações típicas de cada época, geralmente associadas ao erotismo e vinculadas à ideia de desmoralização da mulher que as exhibe. Outra parte fundamental da disciplina inculcada nos corpos femininos é a valorização da discrição e do silêncio como atributos indispensáveis (Perrot, 2003). Em um contexto de tantas normatizações, não haveria de ser diferente com a vivência da sexualidade da mulher, também cercada de silêncios e limitações para expressão nos espaços públicos. Enquanto a adolescência masculina é festejada, com as primeiras descobertas sexuais celebradas entre o senso comum como uma prova de virilidade e

¹² *Os Dois Corpos do Rei*, obra clássica da historiografia ocidental, escrita por Ernst Kantorowicz. O autor propõe que o rei não tem apenas um corpo. Além do corpo enquanto substrato biológico, comum a todos os seres humanos, o rei possui um corpo místico. Essa instância mística estaria calcada nas ideias de verdade, legitimidade e perenidade.

masculinidade, as meninas se envergonham da primeira menstruação e do desenvolvimento do corpo, sendo incentivadas a guardar-se. A puberdade das meninas, na verdade, as encaminha para o papel de reprodutoras (Perrot, 2003). Em outra fase da vida, a menopausa traz à tona uma caracterização pejorativa da mulher, enfatizando a perda da fecundidade como um demérito.

Compreender as operações das grandes religiões monoteístas ocidentais é essencial para pensar a carga simbólica negativa que recai sobre a sexualidade feminina e o silenciamento que cerca esses corpos, alvos de regulações e disciplinas tão específicas. De acordo com o primeiro livro da bíblia, o Gênesis, foi por meio da mulher – representada na figura de Eva – que a dor e o sofrimento chegaram ao mundo. Na prática religiosa, o sexo costuma ser justificado apenas pela reprodução e deve ser praticado exclusivamente no matrimônio. Ainda assim, a obediência à castidade é aceita como comportamento superior. O uso do véu, até hoje bastante presente na prática religiosa islâmica, foi adotado e difundido pelo cristianismo, marcando o pudor feminino e atestando publicamente a virgindade das mulheres que seguem a vida clerical. O véu representa a tentativa masculina de invisibilizar as mulheres por conta do perigo que elas representariam, (Perrot, 2003) como se fossem vilãs que desviam os homens de suas condutas ilibadas. A representação da mulher nas imagens sacras elucubra esses silenciamentos. As inúmeras representações de Maria segurando no colo o menino Jesus demonstram o laço maternal, doce e pueril entre eles. Nessas imagens, o papel materno é associado ao místico, à santa mulher e a uma experiência maternal que pressupõe um feliz sacerdócio, mas também resignação à dor e ao sofrimento (Abud, 2016).

Aliadas à regulamentação da sexualidade feminina, as regulações estéticas por meio de padrões de beleza constituem outro mecanismo importante de docilizar os corpos das mulheres. Em *O Mito da Beleza*, importante obra da autora Naomi Wolf (1992), essas regulações estéticas são examinadas detalhadamente. No entendimento de Wolf (1992), após conquistas importantes das mulheres na esfera dos direitos civis, especialmente nos anos 1970, as mulheres ocidentais continuam distantes do sentimento de plenitude e liberdade. Essa insatisfação advém do sentimento de frustração experimentado pelas mulheres que não correspondem aos ideais de beleza de sua época, ainda que muitas tenham vergonha de admitir o quanto se preocupam com questões triviais como o vestuário, o cabelo e a maquiagem. O que está em jogo, nesse caso, é

relacionado à liberação da mulher e à beleza feminina. Atenta a isso, Wolf (1992) conceituou o mito da beleza como uma violenta reação às conquistas trazidas pelo feminismo. O mito opera por meio das imagens de beleza feminina como uma arma política contra as conquistas das mulheres. Dessa maneira, o mito da beleza funciona como a versão contemporânea das limitações impostas às mulheres ao longo da história. À medida que a mística da domesticidade, por exemplo, perdeu terreno, o mito da beleza se consolidou.

Para a construção desta dissertação, é fundamental compreender a função reguladora dos padrões de beleza, seja em relação à magreza, à juventude visível ou até mesmo aos ideais de discrição, silêncio e recato, que impõem um contraponto de ordem física às conquistas sociais e políticas alcançadas pelas mulheres. O que o mito da beleza (Wolf, 1992) busca explicar é justamente esse movimento da regulamentação sobre os corpos femininos e os efeitos perceptíveis dessa regulação ainda que muitos obstáculos legais e materiais tenham sido vencidos pelas mulheres, principalmente por meio das mobilizações sociais de pautas feministas. A potência reguladora dos padrões de beleza configura-se, na contemporaneidade, como a única força com reais condições de controlar as mulheres que se tornaram incontrolláveis desde a segunda onda do movimento feminista, na década de 70. Não é à toa que esses padrões foram fortalecidos, assumindo a função de coerção social que vinha sofrendo desconstruções por meio da militância feminista – como os ideais de domesticidade, castidade e passividade da mulher (Wolf, 1992). As diversas configurações assumidas pelos padrões de beleza ao longo da história auxiliam a desconstruir a premissa de que determinadas preferências ou gostos estéticos poderiam ser atribuídos ao natural. O padrão de beleza sequer é algo novo, mas que sofreu mutações históricas, bem como o próprio conceito de “belo”. Quanto aos padrões de beleza que recaem especificamente sobre os corpos femininos, nota-se que esses refletem as qualidades desejáveis nas mulheres de cada época. As qualidades que uma determinada sociedade estabelece como as ideais para as mulheres são absorvidas e refletidas nos padrões de beleza vigentes naquele contexto.

Voltando os olhos à Pré-História, ao tomar como exemplo a célebre escultura paleolítica da Mulher de Willendorf, nota-se uma representação do corpo feminino volumoso, principalmente nas áreas dos seios, da barriga e da vulva. Essa representação demonstra a importância dos atributos femininos da fertilidade e da saúde voltada à

procriação, em uma época em que a perpetuação da espécie era questão de sobrevivência. Na Antiguidade Clássica o ideal de beleza esteve ligado ao ideal da beleza harmônica, retratando a perfeição da natureza. A beleza do corpo humano estava na proporção matemática entre suas partes. O ideal de corpo feminino da época é representado pela escultura da Vênus de Milo, a deusa grega Afrodite. Os seios fartos e quadris largos obedeciam às proporções simétricas e harmônicas com o restante do corpo. Na Idade Média, com o protagonismo da Igreja Católica, a vaidade era condenada e o ideal de beleza da mulher refletia-se na figura da Virgem Maria. Rosto angelical, lábios pequenos e rosados, representando a ligação da mulher com a castidade e a pureza da alma nortearam os ideais de beleza feminina da época.

No contexto do movimento Renascentista, o ideal de beleza feminina esteve estreitamente ligado à riqueza e à vida ociosa dos ricos. Nesse sentido, nota-se o retorno da valorização das formas roliças e voluptuosas, indicando boa nutrição e disponibilidade para o tempo de ócio, distante do trabalho braçal. A partir do século XVII os ideais de beleza femininos ganharam reforços importantes com foco na automodificação, exigindo disciplina para o cuidado com o corpo e a valorização da mulher reservada aos espaços domésticos. A cintura fina, grande ideal da época, costumava ser buscada a custo de espartilhos bastante apertados, muitas vezes feitos de ferro. Há relatos de desmaios causados pela interrupção da respiração e fratura de ossos da costela, consequências da pressão exercida por esses espartilhos.

No século XIX, as formas e curvas avantajadas para representar o êxito econômico, ligado à burguesia, seguiram em alta. Como a cintura fina também continuou sendo valorizada, o corpo ideal era o que tinha o formato de “ampulheta”, novamente recorrendo aos espartilhos bastante justos. A Revolução Industrial ressaltou as diferenças entre as classes sociais, de forma que o ideal de beleza refletia bem a preocupação em parecer rico. O contexto da Revolução Industrial foi crucial para a operacionalização do mito da beleza. Com as tecnologias que permitiam a reprodução imagética massiva, como o daguerreotipo e a fotografia, a difusão do padrão de beleza ganhou uma escala inédita (Wolf, 1992). O mito da beleza, em sua configuração contemporânea, ganhou espaço após as convulsões sociais da industrialização, quando o sistema fabril passou a exigir que o “ganha-pão” da família cumprisse uma jornada de trabalho diária. Nesse contexto surgiu uma nova classe de mulheres, alfabetizadas e ociosas, relegadas ao espaço doméstico. A evolução do capitalismo industrial dependia

da submissão dessas mulheres à domesticidade forçada, em grande parte viabilizada por meio de um contra-ataque às conquistas civis das mulheres e da reprodução em larga escala de imagens mostrando “famílias ideais”, com as mulheres confinadas ao espaço doméstico e exclusivamente ocupadas das tarefas do lar. À medida que as mulheres avançavam nas conquistas sociais e políticas, o mito da beleza passou a trabalhar no contra-ataque (Wolf, 1992). Voltaram a ser impostos aos corpos das mulheres liberadas, em alguma instância, as limitações, repressões e disciplinas ligadas ao aspecto físico, quando as injunções religiosas e tradicionalmente conservadoras já não eram suficientes.

A partir dos anos 50 e 60 do século XX, o ideal de beleza *hollywoodiano* trouxe à tona o padrão de beleza do corpo magro, esbelto. O corpo feminino passou a ser mais exposto, em larga escala – o que, como já comentado anteriormente, é fator fundamental na operacionalização do mito da beleza – além das abordagens explicitamente mais erotizadas nos meios audiovisuais. Atrizes famosas dessa época, como Brigitte Bardot e Marilyn Monroe são também consideradas *sex symbols* da indústria cinematográfica. Pouco adiante, nos anos 70, o ideal da magreza ganhou força, representado pela modelo Twiggy, ícone da beleza na época – com 1,70 metro de altura e 45 quilos. Corroborando o padrão estético da esbeltez feminina nessa época, a autora Paula Sibilia destaca o surgimento da boneca Barbie. Nas palavras da autora, a Barbie é como uma “poderosa máquina de guerra” (Sibilia, 2007) capaz de difundir um ideal de beleza a ser seguido, em escala global. Assim como as modelos superfamosas e retratadas como bem sucedidas, a boneca Barbie une duas características que parecem contraditórias. Por um lado, ilustram a independência feminina; por outro, mostram a busca desenfreada pela adequação do corpo aos padrões de beleza, ainda que isso signifique intervenções tão diversas que levem à transformação do próprio corpo em uma mercadoria.

Nos anos 80, a ideia da busca pelo corpo ideal ligada às questões de saúde ganhou força. Dessa forma, o padrão de beleza passou a ser definido pelo corpo magro e torneado, com músculos bem definidos, resultado das atividades físicas. A mulher conquistou alguns espaços, principalmente no mundo corporativo, que antes eram exclusivamente masculinos e os ideais de poder ganharam força, refletidos no exagero da maquiagem e das roupas usadas na época. Já nos anos 1990 esse ideal foi cedendo lugar ao estilo *heroin chic*, representado pela modelo Kate Moss. O corpo feminino voltou a ser representado pela magreza excessiva, a pele pálida e os cabelos lisos, sem

volume. Por fim, o padrão de beleza feminino no início dos anos 2000 é marcado pela busca do corpo magro e sarado, resultado de exercícios físicos e alimentação regrada. As redes sociais são tomadas por diversas “musas fitness”, de modo que as imagens representativas dos padrões de beleza, atualmente, ganham espaço muito além da imprensa tradicional.

Esse breve percurso histórico confirma que o corpo feminino e suas diversas transformações buscaram corresponder às diferentes imposições de dietas, escolha do vestuário, maquiagens e relações sociais e financeiras, dando origens a novos padrões de gostos, preferências e erotização que muitas vezes parecem naturais e não socialmente construídos. Dessa maneira, conclui-se que o padrão de beleza é uma forma eurocentrada de subordinar o corpo feminino à cultura patriarcal (Wolf, 1992). Nesse sentido, afasta-se a possibilidade de qualquer justificativa legítima da ordem natural ou biológica que explique o motivo de os corpos femininos, historicamente, ocuparem o lugar da normatização e da disciplina de forma mais cruel que os homens. Essa percepção também é partilhada por Beauvoir (2016), que identifica um ponto permanente entre as variações conjunturais do ideal de beleza feminino: o corpo da mulher deve oferecer as qualidades inertes e passivas de um objeto, de modo que não se conteste seu lugar histórico do destino a ser possuída. Do mesmo modo, a ação do mito da beleza é consequência da necessidade cultural, política e econômica do poder contemporâneo de criar uma contra-ofensiva às mulheres, de forma a conservar os privilégios institucionais aos homens. Confirmando as intenções econômicas e conservadoras do mito, Wolf afirma:

A beleza é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com o padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram.

(Wolf, 1992, p.15)

Apesar de se manifestar como uma regulação de ordem estética e sexual, o mito da beleza, na verdade, atua sobre o comportamento das mulheres e não apenas sobre sua aparência. É nesse aspecto que reside a disciplinarização e a regulamentação no sentido foucaultiano, conforme defendemos desde o início deste capítulo. Uma vez que a economia, a educação e a cultura foram forçadas a abrir um espaço mais igualitário para

as mulheres, uma realidade da esfera íntima veio colonizar a consciência feminina: os padrões de beleza (Wolf, 1992). O mito da beleza é um desdobramento do temor político, por parte das instituições dominadas por homens e explora a culpa e apreensão das mulheres quanto à própria libertação, alimentando o medo latente de que talvez as conquistas femininas estejam indo “longe demais”, como costuma defender o senso comum. Na tentativa de isolar as conquistas sociais femininas, é comum que se tente reduzir a importância e o significado das mulheres a algumas “belas imagens”, reforçando sua função decorativa, de acompanhante. Dessa forma, após longas reivindicações militantes feministas, o valor social da mulher desloca-se da encarnação da domesticidade virtuosa para a encarnação da beleza virtuosa, mais uma vez subordinando-a aos interesses sociais hegemônicos e reforçando seu lugar estabelecido como “o Outro” em relação ao homem, conforme Beauvoir (2016) demonstrou tão bem em *O Segundo Sexo*.

Levando em conta o aprofundamento teórico feito até aqui, é pertinente tomar o objeto de estudo desta dissertação à luz dessas conclusões. A identificação das categorias “sexualidade” e “padrão de beleza” não foi feita à toa, mas coincide com uma regulação tão comum sobre os corpos femininos e que também se aplicou a ex presidenta Dilma Rousseff, principalmente ao longo de seu processo de impeachment, com a impopularidade em níveis recordes.

Em agosto de 2015, uma coluna da revista Época causou repercussão bastante negativa com a publicação de um texto, no site da revista, intitulado “Dilma e o Sexo”¹³. O texto levantava questionamentos sobre a vida sexual da ex presidenta, insinuando que sua falta de êxito na administração do país certamente estava ligada à inexistência de sua vida sexual. Nas palavras do jornalista João Luiz Vieira, que assinou a coluna, “não a conheço pessoalmente, nem sei de alguém que a viu nua, mas é bem provável que sua sexualidade tenha sido subtraída há mais de uma década (...)”¹⁴ e ainda “será que Dilma devaneia, sente falta de alguém para preencher a solidão que o poder provoca em noite insones?”. Em linhas gerais, essa especulação a respeito da sexualidade da primeira mulher a ocupar o cargo de presidência do Brasil já é bastante

¹³ A coluna foi retirada do ar e um pedido de desculpas foi publicado em seu lugar.
<http://epoca.globo.com/vida/romance-urbano/joao-luiz-vieira/noticia/2015/08/dilma-e-o-sexo.html>.
 Acesso em 11/10/2016.

¹⁴ O texto foi retirado do ar no site oficial da revista, mas ainda pode ser lido na íntegra em
<http://naofo.de/6quf> . Acesso em 11/10/2016.

reveladora. A despeito do contexto de crise econômica enfrentada pelo país, questionamentos a respeito do exercício da sexualidade de políticos homens, principalmente heterossexuais, não são priorizados pela imprensa. No entanto, enquanto Dilma Rousseff ocupou a presidência, o jornalista de uma grande revista de circulação nacional sentiu-se suficientemente à vontade para afirmar que a sexualidade da presidenta deveria ter sido subtraída há mais de uma década. Além disso, o texto trabalha aspectos relacionados à solidão e à falta de companhia de maneira atrelada ao exercício da sexualidade feminina, reforçando a figura da mulher como incompleta em sua independência, necessitada de um parceiro que a complemente e recolhida em sua passividade.

Outra manifestação ainda mais agressiva dos ataques à Dilma por meio da temática da sexualidade foi o uso de adesivos de carros representando-a de pernas abertas, colados sobre o acesso à bomba de combustível dos veículos. No momento do abastecimento, a imagem insinuava uma penetração sexual forçada, ou seja, um estupro. A banalização desse fenômeno caracteriza a chamada cultura do estupro, que será examinada detalhadamente em capítulos seguintes deste trabalho. Novamente, a sexualidade feminina é tratada como um mero atributo biológico, à disposição dos homens, inclusive admitindo o caráter punitivo que o ato sexual pode assumir e ignorando o consentimento da mulher.



Figura 5: Adesivo de carro em alusão ao estupro

Quanto aos ataques sofridos com suporte dos ideais de padrão de beleza, imagens em tons humorísticos ganharam força nas redes sociais, ressaltando de forma agressiva a inadequação da ex presidenta aos padrões de beleza vigentes e confirmando a operacionalização do mito da beleza (Wolf, 1992) por meio de imagens que impõem um ideal de beleza a ser perseguido e ignora quaisquer outras representações sociais da

mulher, limitando-a a um adorno, que por isso deve corresponder a tais ideais. Destacamos algumas imagens publicadas no *Twitter* e acompanhadas da *hashtag* Dilma Feia (#dilmafeia).



Figura 6: Comparação pejorativa entre Dilma Rousseff e Kolinda Grabar



Figura 7 – Cartaz em manifestação pró-impeachment



Figura 8 – Ataque pejorativo aos gastos com salão de beleza

Os exemplos trazidos aqui confirmam a sexualidade e a estética feminina como vias de ataque à ex-presidenta Dilma Rousseff na imprensa e nas redes sociais. A discussão e a reflexão propostas neste estudo preocupam-se com o conteúdo das críticas e ofensas dirigidas à primeira mulher que ocupou o mais alto cargo político do Brasil, muito além do teor de suas decisões políticas. Levantar questionamentos sobre a regularidade das relações sexuais, propagar imagens de apologia ao estupro e utilizar atributos físicos como bandeiras de protesto são atitudes que trazem ao debate político provas de machismo e misoginia, mostrando o quanto a mulher ainda sofre dificuldade na ocupação protagonista do espaço público. A ausência de um homem como seu companheiro amoroso também levantou alguns questionamentos, desde o desfile de posse da ex-presidenta, com a companhia da filha, enquanto a tradição histórica era de presidentes homens acompanhados por suas esposas. O papel da mulher como a responsável pela harmonia do lar também emergiu nas manifestações pró-impeachment de Dilma, muitas vezes disfarçados sob o aspecto de preocupação, insinuando que era hora de “curtir os netos”. Essas cobranças demonstram que o corpo feminino constituiu-se, ao longo da história ocidental, como um corpo docilizado, assujeitado às normas e regulações mesmo em contextos profissionais ou políticos, nos quais os homens conseguem circular sem sofrer ataques desse tipo.

Capítulo 3 – Lugar de mulher...

Ao propor a construção de uma Arqueologia do Saber, Michel Foucault determinou que o modelo de investigação arqueológica é uma modalidade da análise do discurso. Assim, o autor trata o discurso por meio de um viés metodológico, a saber: a definição de regras da descrição arqueológica. Nas palavras do autor, o discurso é:

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2007, p. 136-137)

O procedimento da Análise de Discurso foucaultiana segue, portanto, os moldes da arqueologia. Tal definição é de suma importância para a construção deste trabalho dissertativo, visto que o autor explicita a arqueologia enquanto análise de discurso como uma análise das condições históricas das possibilidades que tornam alguns enunciados possíveis e outros não (Foucault, 2007). É por esse motivo que optamos por utilizar o método foucaultiano, apesar de tantas contribuições valiosas de diversos autores para os estudos de Análise do Discurso. Interessa-nos, tal qual Foucault esquadrinhou em seu conceito de formação discursiva, investigar o conjunto de regras anônimas, históricas, que definem em dada época e espaço as condições de exercício da função enunciativa. No caso desta dissertação e mais especificamente deste capítulo, interessa-nos analisar as marcas narrativas da cultura do estupro – anteriormente conceituada – na manifestação de internautas contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, no Facebook.

Entendemos que a análise dessa formação discursiva deve ser feita, impreterivelmente, de modo historicizado, levando em conta o arcabouço teórico que expusemos até aqui, seguindo o recorte da situação das mulheres no Ocidente e a luta pela igualdade de gênero, principalmente em espaços predominantemente masculinos. No caso de Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, percebemos alguns discursos carregados de estereótipos de gênero e ofensas de cunho sexual, estético e de questionamento à sanidade – remetendo à histeria. Observando as recorrências desse discurso e sua forte carga preconceituosa, carregada de senso comum, consideramos fundamental optar por um método de análise que compreenda o

discurso como uma construção histórica que viabiliza e legitima alguns enunciados, enquanto contribui para o silenciamento de outros.

Para Foucault, as práticas discursivas vão muito além dos modos de fabricação do discurso: elas tomam corpo no conjunto de técnicas, instituições e esquemas de comportamento que as mantêm, até mesmo com caráter pedagógico (Foucault, 2013). Como sublinhado pelo próprio autor, seus estudos no campo discursivo não se ocupam do sujeito falante e sim das diferentes maneiras como o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o sistema está implicado e pelo qual o poder funciona. Essa conceituação corrobora o percurso teórico que fizemos até aqui, especialmente no primeiro capítulo, quando recorremos ao autor Pierre Bourdieu para pensar na violência simbólica e seu efeito de naturalizar práticas socialmente construídas – tal como a dominação masculina.

Foucault encaminha suas indagações no sentido de compreender as formas pelas quais os poderes ligam-se a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade. No entendimento do autor, a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída (Foucault, 1999) por meio de alguns procedimentos determinados. O autor divide esses procedimentos em duas categorias: procedimentos de exclusão – controlam e delimitam o discurso em âmbito externo – e os procedimentos de classificação, ordenação e distribuição – que controlam e delimitam o discurso internamente. Um terceiro grupo de procedimentos também atua na regulação dos discursos, de modo a controlá-los: são os procedimentos de rarefação, que funcionam no sentido de impedir que qualquer indivíduo tenha acesso a todos os discursos, ou seja: ninguém entra na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências que o qualifiquem para fazê-lo.

Uma das propostas de Foucault para a análise do discurso é a regra da exterioridade (Foucault, 1999). Por meio dela, o autor propõe que o pesquisador se afaste do caminho entre o discurso e seu suposto âmago escondido, como um segredo contínuo e intocado, para examinar as condições externas de possibilidade, que fixam as fronteiras desses discursos. Ou seja: neste capítulo dissertativo, analisamos as condições de emergência de um discurso que consideramos machista e misógino, apontando as razões históricas que constituem tais marcas narrativas. Por isso:

A análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da

rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação.
(FOUCAULT, 1999, p. 70)

Ao aprofundar a imbricação entre discurso e poder, Foucault entende que o discurso não é apenas um lugar de expressão do poder, no sentido instrumental, mas sim um meio de exercício desse poder. Se algo aparece como verdadeiro em um discurso é porque obedece às regras que possibilitam sua constituição em saberes de uma determinada época. Por isso, a preocupação do autor não é com o discurso enquanto expressão de uma ideia ou linguagem, mas sim quanto às condições de seu aparecimento e aceitação enquanto um discurso verdadeiro. A regra de exterioridade, proposta por Foucault para confrontar as condições externas de formação discursiva pertence ao método genealógico: se coloca como uma forma de resistência e de luta contra os discursos legitimados em uma determinada sociedade (Vandressen, 2010). Ao propor o desvelamento das marcas narrativas da cultura do estupro e apontar a violência simbólica presente no discurso do senso comum sobre a mulher – nesse caso, especificamente sobre Dilma Rousseff enquanto a primeira mulher a ocupar o cargo de presidência no Brasil – empreendemos uma genealogia de alinhamento feminista.

Conforme apontado por Franceschini, Fernandes e Narciso (2016) os discursos de violência contra a mulher revelam muito mais que os signos superficialmente vistos: é possível identificar uma historicidade, uma memória discursiva que os constitui. É essa memória discursiva que nos interessa na análise desta dissertação e motivou perguntas sobre a aparente naturalidade de alguns xingamentos direcionados exclusivamente às mulheres. A partir dessa memória discursiva, há um campo de possibilidades para discutirmos a respeito de outros objetos que compõem essa mesma formação discursiva – neste caso, a respeito da objetificação da mulher e dos ataques simbólicos sofridos por mulheres que ocupam cargos de poder – sob uma ótica afirmativa da igualdade de gênero.

Para afirmar esse posicionamento de forma explícita, sem pretender em instante algum encarar o estudo das marcas narrativas da cultura do estupro como uma empreitada metodologicamente neutra, apontamos algumas características com as quais nos preocupamos em toda a pesquisa, especialmente neste capítulo empírico. As mulheres são o ativo central deste trabalho dissertativo; existe uma reconhecida necessidade de superação do *status quo* – de modo que entendemos a suposta

neutralidade atual como um princípio androcêntrico- ; questões que afetam as mulheres são identificadas e estratégias para a ação são desenvolvidas (Linton, 1985)

3.1 – A invisibilização das mulheres na política brasileira

Até esta altura da dissertação, ao utilizar o termo “minoría”, nossa preocupação era contemplar as minorias conforme conceituadas por Gilles Deleuze, quando o autor afirma que:

As minorias e as maiorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo, o europeu médio adulto macho habitante das cidades... ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo. (DELEUZE, Gilles; 1992, p.214)

Entretanto, ao falar da representação feminina nas esferas do poder público brasileiro, passamos a tratar também de uma minoria quantitativa, numérica, além da minoria deleuziana, caracterizada pelo devir.

Antes mesmo de examinar as esferas mais altas e expressivas dos cargos públicos, uma análise geral das desigualdades de gênero e raça no Brasil traz dados fundamentais para a compreensão ampla e historicizada da falta de representação feminina – e de outros grupos minoritários – nos espaços de poder. Dados publicados em 2017 com última atualização em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹⁵ mostram alguns pontos graves na invisibilização das mulheres na sociedade. No espaço urbano, 40% dos lares brasileiros são consideradas chefes da família, percentual que era de apenas 23% no início da série histórica, em 1995. No campo educacional, levando em conta os índices de instrução formal, as mulheres encontram-se, em geral, em melhor posição que os homens. No entanto, essa vantagem não se reflete no mercado de trabalho, onde a maior parte dos indicadores mostra uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado por homens brancos e a base por mulheres negras.

O Ipea reservou um tópico da pesquisa para analisar o uso do tempo entre os gêneros e raças, com o objetivo de desvelar essas desigualdades em suas dimensões

¹⁵ Informações disponíveis no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça do Ipea – 1995 a 2015.

Disponibilizado em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raça.pdf . Acesso em 03/01/2018.

cotidianas, considerando o trabalho no mercado e também o trabalho doméstico não remunerado. Em 2015, 91% das mulheres declararam realizar alguma atividade doméstica; entre os homens, o índice é de 53%. Vale ressaltar que o exercício das atividades domésticas não remuneradas não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres nas atividades domésticas, o que culmina na chamada “dupla jornada”, ou seja, a soma do tempo de trabalho no mercado e em casa. No ano de 2015, a jornada total média das mulheres superava em 7,5 horas a jornada total média dos homens.

Apesar da diferença de 7,5 horas trabalhadas, a desigualdade de remuneração permaneceu com poucas alterações nas duas décadas entre 1995 e 2015. Os números apontam para a manutenção da ordem, em renda decrescente: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Esses números evidenciam a necessidade de pensarmos as desigualdades de gênero sempre a partir de uma perspectiva interseccional, por isso o fortalecimento de movimentos como o Feminismo Negro, por exemplo, é indispensável na luta por igualdade que pretenda contemplar todas as mulheres e não apenas os grupos femininos mais privilegiados nos aspectos de raça e classe.

Nos espaços de poder institucionalizados, a desigualdade de gênero segue em graus alarmantes. Em 1975, quando a ONU promoveu a I Conferência Mundial da Mulher, o legislativo federal brasileiro contava com apenas uma mulher, o que na época representava 0,31% de participação. Na mesma ocasião, a soma de deputadas estaduais no país era de onze mulheres eleitas, representando 1,2% do total. Cinco anos mais tarde, na II Conferência Mundial da Mulher, quatro mulheres ocupavam o posto de deputadas federais na Câmara (0,95%), enquanto a soma de deputadas estaduais chegou a vinte (2,2%). Em 1985, na III Conferência, havia oito deputadas federais (1,67%) e 28 deputadas estaduais (2,96%). Dez anos depois, na IV Conferência Mundial de Mulheres, em Beijing, 32 mulheres ocupavam a Câmara Federal (6,3%) e 82 mulheres eram deputadas estaduais (7,9%). Nesse período, o Brasil se aproximou da média mundial de participação política feminina, após longos períodos em desvantagem.

A Conferência de Beijing foi um marco histórico para o tema: diante das profundas desigualdades de gênero na representação política, nessa ocasião foram propostas ações afirmativas ou política de cotas que viabilizassem a maior participação da mulher no cenário político partidário. O Brasil conta com legislação de cotas que

incentivam a participação feminina na política, por meio de três ações: estabelece um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo (artigo 10, § 3º, da Lei 9.504, de 1997); Impõe a aplicação de, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (artigo 44, V, da Lei 9.906, de 1995, com redação dada pela Lei 12.034, de 2009); determina que, no mínimo, 10% do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão seja destinado à promoção e difusão da participação política feminina (artigo 45, IV, da Lei 9.906, de 1995, com redação dada pela Lei 12.034, de 2009). Essas exigências legais muitas vezes se limitam à teoria, uma vez que não há sanção prevista para os partidos que descumprirem as cotas. Assim, a representatividade feminina segue prejudicada.

Os ganhos do Brasil nos últimos 20 anos foram muito modestos, passando de 6,3% em 1995 para 9,9% em 2015 (na média mundial, o crescimento foi de 11,6% para 22,2%). Ou seja: no Brasil, os 20 anos pré-Beijing foram melhores do que os vinte anos pós-Beijing. No ranking da Inter-Parliamentary Union (IPU) de 2015, o Brasil aparece em 151º lugar entre os países com maior representatividade parlamentar feminina, abaixo de países árabes que também estão no ranking.¹⁶ Em 2014, o número de mulheres eleitas para a Câmara Federal, em 2014, bateu o recorde histórico de 51 deputadas em 513 cadeiras, o que representa um pouco menos de 10% de representação feminina no legislativo federal. Por sua vez, as Assembleias Legislativas registraram redução no número de deputadas estaduais: de 138, em 2010, para 120, em 2014. Nas últimas eleições municipais, em 2016, apenas 32,5% das candidaturas era de mulheres (Biroli; Miguel, 2014). Assim, o país se confirma como uma das nações com maior desigualdade de gênero na política parlamentar do mundo.

De acordo com o estudo Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com Cotas, a principal razão do problema está numa política de cotas que mantém o controle da candidatura os políticos tradicionais do partido, homens que controlam a distribuição de fundos e o tempo de propaganda eleitoral, por exemplo, de maneira misógina. Essa máquina partidária mina a candidatura de mulheres antes mesmo do lançamento de suas campanhas.

¹⁶ Dados disponíveis em: <https://pt.scribd.com/document/289065476/Women-in-politics-2015>. Acesso em 06/01/2018.

A ideia de que as mulheres são avessas à política está enraizada no discurso do senso comum e revelam o aparelhamento de uma lógica machista que rege o Brasil em diversos aspectos. Entre as razões apontadas como culturais para que as mulheres não exerçam participação política, fala-se muito do temor masculino em ver espaços tradicionalmente seus sendo “tomados” e o medo de que se tornem subjugados às figuras femininas, o tão popularmente conhecido jargão “mulher não manda em mim” (Grossi, Miguel, 2001). A repetição e enraizamento desses discursos não é feita sem razão. Como mostra Foucault (1970), em todas as sociedades a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e distribuída obedecendo alguns procedimentos que conjuram os poderes e perigos do discurso. Essa lógica reforça o *status quo* e assim torna mais legítimo o discurso político masculino, enquanto afasta dessa legitimidade o discurso político feminino.

Até 1932, antes que a mulher conquistasse o direito ao voto, ela simplesmente não existia no espaço público, estando confinada ao espaço do lar. Simplesmente não se reconhecia a mulher como um ser que pudesse participar da vida em sociedade e das discussões em âmbito público. A partir de 1932, a inclusão da mulher ainda era feita por mecanismos discursivos que a inseriam em determinados espaços e as excluía de outros (Pinto, 2010) o que reforça o estereótipo e senso comum de “coisas de mulher” e “coisas de homem”, em operações que servem ao poder hegemônico e conjugam muito bem como o discurso transparece e se serve ao poder, conforme defendido por Foucault (1970). Entre todos os espaços a serem conquistados pela mulher, a esfera política parece ser a mais hostil, justamente pela dificuldade de uma sociedade machista em admitir a associação de poder à figura feminina.

Além do senso comum, é possível constatar que os desafios impostos às mulheres que se propõe a viver uma territorialidade política no Brasil esbarram também em questões de linguagem, ambas abarcadas pelo aspecto simbólico do território. Depoimentos trazidos no artigo *Transformando a Diferença: as mulheres na política*, de Míriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel(2001) mostram como a utilização de artigos e pronomes masculinos para se referir às mulheres na ocupação de cargos públicos são uma amostra da falta de representatividade. É uma questão que pode parecer mero preciosismo, mas que revela a exclusividade da ocupação masculina no território político até recentemente. A falta de traquejo e adequação na linguagem mostra, sobretudo, a hostilidade do território político à plena vivência identitária

feminina. Quem esteve no Brasil nos últimos quatro anos, certamente se recorda da polêmica em torno do desejo da presidente eleita Dilma Rousseff ser tratada como presidenta. O grande rebuliço em torno da questão e a total inadmissibilidade do uso da palavra por grandes veículos de imprensa parece ignorar que o termo “presidenta” aparece nos dicionários desde 1925.¹⁷ Negar o uso de uma linguagem inclusiva, mesmo que amparada pelo registro-formal da língua, delimita claramente o protagonismo masculino do território político.

Outro aspecto da hostilidade imposta às mulheres tem a ver com o constante requerimento de provas da sua competência, o que se reflete com questionamentos a respeito da qualificação formal, das habilidades domésticas e da escolha de vestimentas. As mulheres se sentem pressionadas a fazer o dobro dos homens, na metade do tempo e sem mérito, como se estivessem correspondendo às suas obrigações naturais femininas (Grossi; Miguel, 2001). As competências intelectuais são colocadas como o mínimo exigido para a ocupação de um cargo. Feito isso, surgem as cobranças para que a mulher se apresente de acordo com padrões estéticos estereotipados e falaciosamente associados ao papel social que desempenham. Essa questão foi tratada com maestria por Naomi Wolf, em *O Mito da Beleza* (1992). O ponto que norteia a obra é justamente a importância das conquistas políticas e sociais femininas em diálogo com a pressão covarde e desumana que as mulheres sofrem para estar de acordo com as imposições estéticas padronizadas em nossa sociedade. Voltando ao noticiário brasileiro, recordamos a ideia da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) de criar um “código de vestimenta” que proibiria mulheres de usar roupas acima do joelho ou decotes acentuados no ambiente legislativo. A medida ocasionou protestos com as frases de ordem “mais ética, menos estética” e “cuide do seu decoro que eu cuido do meu decote” o que deixa bastante clara a constatação de que a mulher sofre uma pressão de provar, além da sua competência intelectual, a adequação às normas. A cobrança por adequação feminina, inclusive àquelas mulheres que ocupam cargos públicos, não deixa de recair sobre atributos físicos e estéticos padronizados, além da construção heteronormativa sustentada por formações discursivas que colocam a mulher no lugar de primeira dama

¹⁷ Estudo das lexicógrafas Marina Baird Ferreira e Renata de Cássia Menezes da Silva, da equipe do Dicionário Aurélio, à serviço do Portal IG. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presidenta-existe-na-lingua-portuguesa-desde-1872/n1597210547562.html>. Acesso em 26/06/2016.

e não de presidenta, como discutimos com exemplos de notícias mostradas no capítulo anterior.

Todos os dados numéricos que trazemos neste subcapítulo demonstram em vias práticas a invisibilização das mulheres nos espaços de poder, o que certamente não está descolado do alijamento feminino simbólico e discursivo. A dominação masculina, com seus enunciados machistas e misóginos, parecem naturais em nossa sociedade – quando, na verdade, refletem a manutenção de poder daqueles que detêm a formação do discurso. É por esse motivo que optamos pelo termo “invisibilização” no lugar de “invisibilidade”: as mulheres não se escondem da política, apesar de muitas vezes o senso comum apontar para tal conclusão. Na verdade, as mulheres que se lançam a ocupar espaços de poder esbarram em uma estrutura machista, carregada de linguagem preconceituosa e discursos misóginos no intuito de mostrar que aquele espaço pertence aos homens. Assim, conforme demonstrado por Foucault, os discursos se formam por meio dos saberes, dos poderes e da história que os constituem (Foucault, 1999).

3.2 – Manifestações das marcas narrativas da cultura do estupro em ataques à Dilma Rousseff

Neste subcapítulo partimos para as análises finais de nosso objeto de pesquisa, após a exposição de nosso arcabouço teórico e o traço das relações entre os ataques sofridos pela ex-presidenta Dilma Rousseff no contexto social marcado por violências contra as mulheres, inclusive no campo simbólico e narrativo.

O objeto de estudo desta dissertação tem seu marco inicial na imagem de um adesivo automotivo que mostra Dilma Rousseff de pernas abertas sobre a entrada do tanque de combustível do veículo. O intuito era remeter à penetração sexual forçada, ou seja: mostrar Dilma sendo estuprada. O produto foi disponibilizado para venda por meio do site Mercado Livre, em julho de 2015. Na época, cerca de seis meses após a reeleição de Dilma em um cenário de campanha presidencial conturbada, a alta no preço da gasolina despertou a ira dos brasileiros. Dessa forma, a sugestão ao estupro aparece como uma forma de punição socialmente aceitável, imposta a uma mulher que por algum motivo se comportou de forma “desagradável”.



Figura 9: adesivo de carro em alusão ao estupro

É crucial perceber que a violência sexual contra a mulher é reproduzida de forma naturalizada, em especial nos casos que é pensada como uma espécie de punição. A violência sexual aparece como uma espécie de vingança e de dominação sobre a mulher, por algum comportamento politicamente questionável. Desse modo, nota-se que a lógica de “essa mulher merece ser estuprada” ultrapassa aspectos ligados às vestimentas ou comportamentos chamados “provocantes”. O estupro aparece, também, como uma forma de castigar as mulheres na esfera da disputa de poder. Essa lógica da justificativa aponta que, ao debater o estupro, a questão central gira em torno dos envolvidos, muito mais que da violência propriamente dita. Por isso, apesar de muitas vezes ser tratado pela sociedade como um crime repulsivo e chocante, é frequentemente endossado por meio da violência simbólica que leva à cultura do estupro, corroborando a concepção bourdieusiana de que os crimes sexuais contra a mulher são demonstrativos da lógica de dominação masculina.

Nesse sentido, recordando algumas pontuações da autora que cunhou o conceito de cultura do estupro, compreendemos que o ato é constituído como um mecanismo eficaz de manter as mulheres acuadas, temerosas quanto à preservação dos próprios corpos – e também de suas vidas – quando ocupam espaços públicos, por isso funciona como um castigo imposto àquelas que rompem com os papéis de gênero rigidamente fixados, reservando às mulheres os limites do espaço doméstico (Brownmiller, 1975).

Aprofundar discussões sobre a cultura do estupro e a forma que essa manifestação da violência simbólica é ciclicamente reforçada pela sociedade também é difícil pelo modo aparentemente contraditório como o crime do estupro é tratado. Assim, enquanto vivemos em uma cultura que repudia criminalmente o estupro – sugerindo, muitas vezes, a pena de morte para tal crime – a objetificação da mulher é incentivada, aceita e consumida sem filtros de senso crítico e as microagressões são

justificadas sob a famosa frase “a moça estava provocando”; recaindo na culpabilização da vítima.

A revolta popular em torno do estupro costuma ser condicionada a quem constrói o enunciado do caso. Mulheres embriagadas, frequentadoras de boates e casas noturnas, jovens que aceitam dormir no mesmo quarto ou na mesma cama que um homem têm seu relato posto em dúvida e são atacadas quanto a credibilidade do que falam, como se seus comportamentos eliminassem a necessidade do consentimento para o ato sexual. Até o ano de 2005, a lei brasileira garantia que os agressores sexuais que se casassem com suas vítimas estariam automaticamente livrados da acusação, conforme previsto pela Lei 11.106 do Código Penal, que estava em vigor desde 1940, nos chamados “crimes contra os costumes”. Também em 2005, o termo “mulher honesta” foi retirado da legislação.¹⁸ Nas palavras de Nelson Hungria, presidente da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal, eis a definição de “mulher honesta”:

(...) como tal se entende, não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o mínimo de decência exigida pelos bons costumes. Só deixa de ser honesta (sob o prisma jurídico-penal) a mulher francamente desregrada, aquela que inescrupulosamente, ainda não tenha descido à condição de autêntica prostituta. Desonesta é a mulher fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação (cum velsine pecúnia accepta). (HUNGRIA; LACERDA, 1980, P.150)

Se o discurso construído em torno dos relatos de estupro depende muito mais de quem o faz e muito menos da gravidade do ato, em si, é possível perceber um contexto de objetificação da mulher, que é desvalorizada enquanto sujeito autônomo, vítima de uma violência que a afeta diretamente, para ser tratada como um objeto passível de punições e adequações a regras que atentem contra seu valor em relação a outro sujeito. Perceber a mulher como um complemento para o homem, criada por Deus a partir da costela de Adão para fazer companhia aos homens, determina a dimensão da violência contra a mulher em relação ao homem, colocando-a como uma propriedade. Em debates

¹⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/484154-FAZ-DEZ-ANOS-QUE-EXPRESSAO-MULHER-HONESTA-FOI-RETIRADA-DO-CODIGO-PENAL.html> . Acesso em 11/01/2018.

sobre assédio contra as mulheres, é comum ouvir frases do tipo “imagina se fosse sua irmã” ou “poderia ser a sua filha”. Ou seja: por si só, enquanto sujeito autônomo, a mulher não é digna de respeito, mas sim em relação ao homem, que não merece ter sua irmã ou sua filha sendo assediada, por exemplo. Em suas reflexões sobre a cultura do estupro como a formação de um contexto em que o estupro funciona para a manutenção do poder masculino, Brownmiller argumenta que a castidade e a monogamia são os preços históricos da proteção feminina por parte dos homens. Desse modo, por meio do casamento que impunha à mulher guardar a castidade ao marido e manter-se monogâmica, os crimes que atentassem contra o corpo das mulheres seriam tratados como crimes contra o marido, nos aspectos de sua masculinidade (Brownmiller, 1975). Além disso, a autora pontua que os casamentos arranjados entre as famílias colocavam a mulher na posição de primeira propriedade adquirida pelo marido: a partir dela se iniciaria o acúmulo de outros bens e a construção da vida em família.

O aparelhamento discursivo de incompletude e solidão da mulher que vive sem a companhia de um homem também foi um motivador nas demonstrações de machismo contra Dilma Rousseff, inclusive por parte da imprensa tradicional. Os próximos três exemplos que analisaremos – e são os constituintes do objeto desta dissertação – vêm de publicações de veículos midiáticos tradicionais no Brasil, a revista *Época* e a revista *IstoÉ*. Ao analisar o viés machista com qual a imprensa tratou a cobertura do processo de impeachment de Dilma, os pesquisadores Yasmin Cardoso e Rafael de Souza destacam a realidade de controle hegemônico da mídia brasileira: algumas famílias são donas de grandes grupos de comunicação, com afiliadas por todo o Brasil, o que concentra uma grande quantidade de veículos midiáticos nas mãos de um pequeno grupo (Tambelli *apud* Cardoso; Souza, 2016). Esses veículos tradicionais foram os principais responsáveis pela difusão de informações a respeito do processo de impeachment, geralmente de maneira homogênea. Em momento algum consideramos a audiência como uma grande massa amorfa e passiva, mas desconsiderar a capacidade de influência dos grandes grupos midiáticos, ainda que no contexto do ciberterritório, seria ingenuidade. Afinal:

Por mais que haja escolhas, respostas e reações diferenciadas aos conteúdos recebidos pela audiência, sabemos que são os meios massivos que, na essência, definem os enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que

devem ser destacadas ou ignoradas no que poderíamos chamar de gestão midiática da realidade (MORAES, 2016, p.112).

Em agosto de 2015, uma coluna publicada pela revista Época com o título “Dilma e o Sexo” e assinada por um dos editores da revista, o jornalista João Luiz Vieira, atribuiu os problemas enfrentados pelo Brasil “à falta de erotismo da presidente”, alegando que “sexo tem a ver com poder”. Além disso, o texto alega que Dilma é de uma geração em que as mulheres acreditavam que “a sexualidade termina antes dos 60 anos, por isso criou uma personagem para lidar com a rudeza do seu ofício, usando conjunto blazer com manga três quartos, todos com cortes idênticos, calça sempre de acordo com o tom de escolha para cobrir todo o tronco, sapatos sempre baixos e joias semi-invisíveis”. Ao final, o artigo afirma que o Brasil precisa de “menos preliminares e mais gozo”. Os dois casamentos vividos pela ex-presidenta também são mencionados, em uma insinuação à falta de práticas sexuais no matrimônio. Após repercussão bastante negativa, o texto foi retirado do ar e em seu lugar foi publicado um pedido de desculpas.

As especulações sobre a vida sexual das mulheres acontecem nos mais diversos níveis e costumam impor uma dicotomia baseada, grosso modo, em dois estereótipos: mulheres adequadas aos padrões de beleza, com parceiros fixos e vida sexual estável *versus* mulheres que fogem aos tais padrões, solteiras, cuja vida sexual é assumida como inexistente, como um privilégio inalcançável a elas, visto que homem algum se interessaria por uma mulher que fugisse aos padrões. Nas análises desta dissertação, concluímos com boa margem empírica que Dilma Rousseff se enquadra na segunda descrição. Esse enquadramento advém diretamente do rompimento com os papéis de gênero tradicionais: ao associarmos o masculino à força, ao controle, à racionalidade e aos ímpetos sexuais incontroláveis e o feminino à docilidade, à fragilidade, à emoção e à espera, o domínio sexual masculino é naturalizado, bem como o papel de recolhimento da mulher. Dessa forma, é comum entender a vida sexual da mulher como um dever para a satisfação do homem, enquanto o homem presta um favor à incompletude feminina. Na visão de Heilborn, a dinâmica heteronormativa dos primeiros relacionamentos vividos pelos jovens já se desenrola na ratificação dessa desigualdade de gênero: aos rapazes cabe pedir, enquanto as moças respondem de maneiras diversas quanto a ceder, recusar ou temporizar, mas não como se isso fosse

uma escolha (Heilborn *et. al.*, 2006). Ainda na visão da autora, esse cenário comprova como a sexualidade feminina é alienada sempre ao interesse do outro – no caso do contexto heteronormativo, dos homens – de modo que a sexualidade feminina é modelada em torno da castidade, da maternidade e da satisfação do parceiro, sendo ela mesma a última interessada. É justamente isso que comprovamos nas análises dessa dissertação: Dilma Rousseff estava na mira das mais diversas especulações sobre sua sexualidade, inclusive da imprensa tradicional, com vistas a explicar seu comportamento no mais alto cargo executivo do país, a presidência da República.

Casos como a publicação dessa matéria vêm sendo um impositivo de discussão entre o movimento feminista contemporâneo, que busca tratar a sexualidade feminina como um meio de satisfação e vivências plenas para as próprias mulheres e não como uma resposta aos interesses externos. Nas palavras de Catherine MacKinnon, “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que mais é nosso e, todavia, o que mais nos tiram” (MacKinnon, 1982 *apud* Rubin, 1989).

Tanto o adesivo automotivo quanto a publicação da revista Época, ambas fortes demonstrações da misoginia sofrida por Dilma Rousseff se desdobraram de modo expressivo no ciberterritório, mais especificamente no espaço das redes sociais na internet. A grande mobilização desenrolada nesse espaço chamou nossa atenção – conforme mostrado no primeiro capítulo desta dissertação – de modo que optamos por concentrar nossas análises empíricas no discurso que emergia desse espaço, no formato da autocomunicação de massa (Castells, 2015). Nas palavras desse mesmo autor, é possível ratificar o objetivo motivador e norteador deste estudo dissertativo: pensar a construção de significado na contemporaneidade, em uma rede que é ao mesmo tempo global e local, genérica e personalizada, em constante mudança (Castells, 2013). Desse modo, acreditamos que:

O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as

normas de construção de significado e, portanto, a produção das relações de poder. (CASTELLS, Manuel, 2013, p.15).

Para corresponder aos nossos objetivos nesse sentido, analisamos duzentos comentários publicados na fanpage da revista IstoÉ no Facebook, em duas postagens distintas: a primeira traz um pequeno vídeo, em *stopmotion*, divulgando a capa da edição impressa da semana, com a manchete “Uma presidente fora de si”, referindo-se aos supostos surtos e episódios de total descontrole emocional da então presidenta Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. Deste post coletamos, em ordem cronológica e na íntegra, cem comentários de internautas diversos.

O segundo post refere-se à notícia do depoimento de Dilma ao senado, último recurso antes da decisão definitiva por seu impeachment. Neste, também coletamos, em ordem cronológica e na íntegra, cem comentários de internautas diversos.

Escolhemos analisar os comentários da fanpage da IstoÉ, especificamente, levando em conta a diversidade da audiência dos grandes veículos, sem cair na pecha de uma página com alinhamento político explicitamente declarado, que costuma reunir uma audiência com mais semelhanças entre si. Por meio da conversação assíncrona estabelecida a partir dos comentários do post determinamos sete categorias de análise, levando em conta nossa percepção sobre as ofensas mais comumente sofridas por Dilma Rousseff – e por outras mulheres que ocupam espaços de poder, conforme expusemos anteriormente. Todos os duzentos comentários foram analisados, em aspecto qualitativo, de acordo com sua temática central, visto que alguns comentários certamente se enquadrariam em mais de uma categoria.

Por uma questão de transparência metodológica, optamos por exibir no corpo do texto as tabelas que correspondem à categorização dos comentários com seus textos integrais, sempre preservando a identidade dos autores. Entretanto, informamos o gênero do internauta – masculino ou feminino – porque consideramos importante levar em conta a reprodução do discurso misógino por parte das mulheres, muitas vezes sem se darem conta do precedente de ódio e preconceito que endossam contra si mesmas.



Figura 10: Post na fanpage da Revista IstoÉ, “As explosões nervosas da presidente”



Figura 11: Post na fanpage da Revista IstoÉ, “Senado recebe Dilma em clima de tensão”

Associamos à categoria “Histeria” todos os comentários que questionam a sanidade mental da ex-presidenta Dilma ou sua capacidade de raciocínio lógico e coerente, muitas vezes em nível básico, simplesmente por ser mulher. No capítulo anterior, expusemos o arcabouço teórico da autora Susan Bordo no sentido de perceber a histeria como uma consequência da docilização dos corpos femininos: as mulheres

que não correspondem aos padrões de feminilidade, expressam suas frustrações e desordens por meio da textualidade. Assim, a autora acredita que a bulimia e anorexia poderiam ser consideradas as “histerias contemporâneas” – uma vez que impõem às mulheres a adequação ao ideal de feminilidade associado ao padrão de beleza da magreza (Bordo, 1997).

É recorrente no discurso do senso comum a utilização do termo “histórica” para falar das mulheres como pessoas emocionalmente desequilibradas, incapazes de controlar suas próprias emoções. Não por acaso, levando o contexto machista de emergência desses discursos, essa foi a principal ofensa sofrida por Dilma Rousseff em seu processo de impeachment. A Revista IstoÉ não poupou especulações detalhadas sobre o descontrole emocional da ex-presidenta, em sua matéria de capa da edição número 2.417, publicada em 06 de abril de 2016.

A vinculação entre distúrbios mentais e a mulher remonta à história da histeria: a palavra é derivada do grego *hysterá*, que significa útero (Rangel, 2008). Na Antiguidade, estudos de Hipócrates faziam referência à histeria como uma doença provocada pelo deslocamento do útero, causando o sufocamento da mulher. A falta de atividade sexual era apontada como um agravante para o quadro, visto que deixava o útero mais leve e mais propenso a se deslocar pelo corpo da mulher. Nessa mesma época, Platão argumentava que o útero servia para gerar filhos e, se isso não acontecesse, o útero desenvolveria uma irritação que poderia acarretar diversos sintomas, culminando na histeria (Rangel, 2008). Com a ascensão do Cristianismo, manifestações de histeria foram associadas às manifestações demoníacas, como demonstrações de possessão, levando em conta que o prazer sexual era inseparável do pecado. Foi somente no século XIX que a histeria passou a ser aceita como uma doença que acometia ambos os sexos, mas era preponderante nas mulheres. A partir de estudos pioneiros, Sigmund Freud começou a ouvir mulheres históricas – que eram tratadas como degeneradas em hospitais psiquiátricos – e descreveu a origem de seus sintomas como “a insatisfação cotidiana de quem não se conformava com as amarras das obrigações familiares e com a monotonia da vida entre quatro paredes” (ARÁN, 2009). Por esse motivo, a histeria aparece como a desordem manifestada pelas mulheres que recusam sua feminilidade. Levando em conta a construção da feminilidade e a naturalização dos papéis de gênero, parece óbvio que chamar uma mulher de “histórica”

atualmente significa dizer algo como “você ultrapassa os limites socialmente aceitos dos espaços reservados para as mulheres”.

Por isso, é muito compreensível que esse xingamento tenha sido largamente atribuído à primeira presidenta do Brasil. Em alguns comentários que analisamos e também no texto da reportagem “As explosões nervosas da presidente”, percebemos a construção do estereótipo histérico como se a mulher fosse incapaz de lidar com as contingências de um cargo de chefia e a partir daí passasse a sofrer de um terrível descontrole emocional; ou seja: ser “histérica” na contemporaneidade tem a ver com “não dar conta” e fracassar em seus desafios.

A espetacularização da dor feminina chama a atenção do autor Georges Didi-Huberman. Ao analisar a iconografia fotográfica de Charcot no asilo da Salpêtrière, que abrigava mulheres histéricas, Didi-Huberman levanta o questionamento sobre o lugar da dor no espetáculo (Didi-Huberman, 2015). Pensando especialmente na trajetória histórica das mulheres, é verificável o quanto isso toma dimensões bastante precisas: as dores dos procedimentos estéticos, as cólicas menstruais e até mesmo as dores do parto têm seu valor na construção da feminilidade. As especulações midiáticas e as conversações de internautas sobre a histeria de Dilma Rousseff também demonstram como o sofrimento feminino é valorado como um espetáculo. Essa espetacularização do sofrimento feminino se liga diretamente ao conceito de cultura do estupro, reafirmando por vias simbólicas a ideia de punição à mulher transgressora.

O coletivo feminista *Think Olga* atentou para essa forma de violência e expôs, por meio de uma fotomontagem, episódios em que a imprensa retratou outras mulheres em cargos políticos da mesma forma: como malucas, histéricas, loucas e desequilibradas.



Figura 12: Fotomontagem comparativa de *Gaslighting*

O termo “*gaslighting*” foi apropriado pelo movimento feminista, em referência à peça *Gas Light*, de 1938, cujo enredo consiste na tentativa de um personagem masculino em enlouquecer sua esposa diminuindo toda a iluminação da casa e afirmando que a luz continuava igual, portanto, a mulher deveria estar enlouquecendo. Dessa forma, o *gaslighting* é uma poderosa ferramenta de violência simbólica contra a mulher, por meio de um abuso psicológico que alega sua insanidade e desequilíbrio a ponto de convencê-la disso.

Abaixo, a tabela de comentários correspondentes à categoria “Histeria”:

Internauta do gênero feminino	Uma louca megalomaníaca
Internauta do gênero feminino	Qro q ela comece a jogar pedras e a bater a cabeça nas paredes, vejamos...
Internauta do gênero masculino	Q merda DE mulher! !!
Internauta do gênero feminino	Não dá para acreditar em ninguém. Esse é a mais pura e realidade que os brasileiros enfrentam. Políticos mentiroso e imprensa com maketing para vender. Se for verdade, era o que se esperava tamanha displicência com a nação. Se não for a imprensa ganha destaque em suas publicações e vende, vende..... □ □ □ □ □ Mas poderá ser mais um golpe de nossa presidente alegando insanidade quando for afastada e talvez investigada e presa. O mesmo ocorre ao Sr. Lula.
Internauta do gênero feminino	Bravos ISTOÉ...!!!!
Internauta do gênero feminino	Muitos estão se sentindo acuados com a Força da Mulher, com a competência e flexibilidade que elas apresentam, mulher é coração e cabeça ao passo que os homens são só cabeça, a mulher consegue fazer a ligação da inteligência com os sentimentos e administram essa capacidade, e devemos respeitar para sermos respeitados,...é melhor as vezes dar umas xingadas do que fazer terrorismo e incentivarem a discórdia !
Internauta do gênero feminino	Amei!
Internauta do gênero masculino	Ospício nela já!
Internauta do gênero masculino	Dona Dilma está pirando o cabeção
Internauta do gênero masculino	É LOUCA MESMO. VACA BRABA. SE FOSSE HOMEM SERIA LOUCO E DESTEMPERADO.
Internauta do gênero feminino	Larga o ossamísera, saia com dignidade e de cabeça erguida criatura.
Internauta do gênero masculino	sensacional a matéria vale a pena ler...essa mulher em um país sério estaria em um manicômio junto com seus eleitores e o PT...

Internauta do gênero masculino	Inacreditável como as pessoas se deixam levar pelo joguinho machismo versus feminismo. Não há qualquer referência machista na matéria. O que há é a constatação de uma doença psiquiátrica desta Senhora, associada ao seu mau caráter. O que não seria do interesse de ninguém a não ser pelo fato de que ela (des)manda no país e está nos levando a todos ao fundo do buraco.
Internauta do gênero feminino	Louca mesmo Dilma vai para cuba descansar lá e seu lugar
Internauta do gênero feminino	Fuckher!!
Internauta do gênero masculino	Janaína Pascoal pra isto é normal. Não é descontrole.
Internauta do gênero feminino	Não é show de machismo não, É MOSTRAR A VERDADE.
Internauta do gênero masculino	Então senhoras ela não deveria estar lá, não acham?
Internauta do gênero feminino	Dilma está louca sim e fora de controle. Qual o problema em falar?
Internauta do gênero feminino	Porque agora crucificar a IstoÉ pela bela reportagem?
Internauta do gênero feminino	toaq imaginando ela quebrando os móveis rsrrs
Internauta do gênero feminino	A culpa condena
Internauta do gênero masculino	Ótima essa Revista ISTOÉ, gostei demais da reportagem, néh Eliana Melo
Internauta do gênero masculino	Estes são os efeitos colaterais da sua arrogância e petulância. São reações emocionais típicas de uma psicopata emocionalmente descontrolada
Internauta do gênero masculino	Nojenta, aproveitadora dos cofres brasileiros,exterrorista,ex assaltante de bancos, guerrilheira e mais não sei quantas ela aprontou! Hoje anda de bicicleta, pelas noites claras de Brasília, acompanhada por seguranças, àquela q um dia fugira das balas dos policiais!
Internauta do gênero feminino	ARROGÂNCIA E A PREPOTÊNCIA IDEOLÓGICA LEVAM A ISSO A QUERER OBRIGAR AS PESSOAS ACEITA O ERRADO E QUE É CRIMINOSO NO USO DO DINHEIRO PÚBLICO PARABÉNS A CAPA DA REVISTA...FAZ GRANDE JORNALISMO...
Internauta do gênero feminino	NÃO SEI COMO AINDA NÃO INFARTOU. ESTA É DURA QUE NEM UMA PEDRA!
Internauta do gênero feminino	Vão dormir, bando de corruPTos. Porque a Isto É está mentindo?? PT morre de medo, e inclusive admitiu isso nas gravações feitas por grampos pelo Moro! Bote quente, Isto É!! Divulgue mesmo. O País precisa saber de tudo o que está acontecendo. Ah! E descontrolada

	essa Dilma sempre foi, vamos combinar né rs #piradevezerenunciadilma
Internauta do gênero masculino	Uma presidente sem nenhuma condição de governar. Deixando de lado "machismos e outros 'ismos", Dilma Rousseff nunca teve condições de governar NADA! Só a conhecendo pessoalmente era evidente que Dilma nunca passou de uma MARIONETE do Lula e do PT.
Internauta do gênero masculino	Se ela quebra móveis e grita com subordinados, é claro que são explosões nervosas. Qualquer pessoa alfabetizada sabe que ela não tem condições intelectuais de governar o Brasil. A matéria mostra que condições emocionais para isso ela também não tem. Em resumo, é burra e louca. Esse discursinho feminista em favor de Dilma não tem o menor fundamento. O fato de ela ser mulher não a torna imune à crítica.
Internauta do gênero masculino	As mulheres estão bravas! Mas, se isso realmente proceder, estamos nos referindo a um líder, q toma medicamento tarja preta, (controlado). Isso é realmente sério)! Já pensou c todos os empresários, presidentes de grandes empresas agissem assim? Provavelmente, todos os funcionários sairiam correndo, pois ninguém consegue conviver com psicopatas, pessoas com transtorno de humor, q ã consegue administrar os prós e contra da vida! E olha q a reportagem refere-se ao Líder de uma nação! Segundo os entendidos doenças psicossomáticas devem ser tratadas.
Internauta do gênero masculino	os críticos da capa deveriam estar mais preocupados com a condução de um país por uma pessoa totalmente desqualificada, por outro lado, as feministas que estão desqualificando a capa, deveriam voltar o olhar para o humanitário e ver como esta senhora trata os que lhe servem, a camareira que apanhou com um cabide, o motorista que é constantemente xingado, o piloto do avião, os assessores...
Internauta do gênero masculino	Esta mulher tem pânico, medo, terror. Há algum motivo muito forte para isso. Medo de perder a imunidade, medo de ser presa, medo de ter que pagar pelos crimes cometidos ou por alguma outra coisa que nós nem sabemos ainda. Mas uma pessoa digna, com amor próprio normal, não se submeteria ao vexame a que ela se submete. Que dirá aos netos no futuro? A pior presidente do país (e recém eleita a pior do mundo) é uma avó, uma louca, uma bandida? Tem algum angú de carço por trás disso e

	não é coisa boa. O que seria eu não sei, mas que tem alguma coisa estranha aí, tem.
Internauta do gênero feminino	Dilma nunca foi um exemplo de elegância, simpatia e educação. Imagino que os últimos dias vivendo sob o risco eminente da perda de pode tenha realmente caído em total descontrole. Acredito na Lei do Retorno, e a demonstração dela esta muito clara. Não sinto pena é nem compaixão dessa senhora, pois em variadas oportunidades se recusou a optar pelos caminhos da dignidade. Resumindo "foda-se" Dilma!
Internauta do gênero feminino	Nossa, povo reclamando da capa... mas reclamar do que ela tá fazendo com o Brasil nada??? Quem convive com a Dilma afirma que ela sempre foi assim é só piorou. A semeadura é livre, mas a colheita obrigatória, Dilma!!!
Internauta do gênero masculino	Petralhada reclamando da capa... Vão a merda!!! Se ela ta descontrolada isso tem q ser mostrado sim!! O país não pode ficar nas mãos de uma louca!!
Internauta do gênero masculino	Hahah...Constatação tardia de sua parte, em especial como eleitora...Essa mulher é completamente desequilibrada. Seus defensores? Estão no mesmo ritmo...ou engajados em tirar proveito da farra do dinheiro público...
Internauta do gênero masculino	O bom é que diariamente, mais e mais mulheres estão se juntando para dar um basta neste atual movimento feminista pela "igualdade".
Internauta do gênero feminino	Um dia, algum psiquiatra deveria traçar o perfil psicológico de Dilma e Lula. Acredito que estamos há catorze anos nas mãos de gente com sérios problemas e que no mínimo, psicopatia seria um diagnóstico possível
Internauta do gênero feminino	Isso ã tem nada cm feminismo ou machismo... essa louca ã fala coisa com coisa, ela é completamente desequilibrada e digo ++++ mulher quando ã presta é pior que homem e vamos parar de falar de machismo já está um nojo isso
Internauta do gênero feminino	Ela precisa de uma camisa de forca! E uma doida, nunca deveria ter chegado ao poder. Lula precisava de alguém p ocupar a cadeira p ele, alguém q ele pudesse controlar, no entanto, Dilma na presidencia foi um tiro no pe dele!
Internauta do gênero feminino	Impressionante, essa mulher faliu o país e tem pessoas que acham que as criticas são por machismo. Eu sou mulher e tenho vergonha de ter essa incompetente com presidente, odeio todos os ptralhas.

Internauta do gênero masculino	Gente, quanto petista na página! Não pode falar dela porque é mulher? Se é louca e terrorista, mas MULHER, vamos denunciar o discurso misógino... ? É a única defesa que vcs sabem fazer?
Internauta do gênero masculino	Caraca..parece o Brasil ficou louco. Tem tanta merda acontecendo que não vou estranhar se os políticos começarem a correr pelados e jogar coco um no outro lá em Brasília.
Internauta do gênero feminino	ela vem ao longo dos anos apresentando falas incoerentes e desconexas, indícios de desequilíbrio nas áreas emocional e mental. Para um psicólogo e psiquiatra isto denota algum distúrbio.

Na categoria “Estética” incluímos os comentários que fazem referência à aparência física de Dilma Rousseff, bem como as impressões sobre suas vestimentas. Desde já, lembramos que a obviedade dos trajes masculinos em situações formais – terno e gravata – já elimina a maior parte das especulações sobre trajes adequados para o presidente do país. Dilma, por sua vez, encontrou mais esse obstáculo: no dia de seu depoimento no Senado, já ao final do processo de impeachment, muitos internautas compararam sua roupa a uma “capa de sofá”, usando tal comparação como um ponto de partida para ofendê-la, como uma prova do atestado de sua incapacidade e até mesmo de seu suposto desequilíbrio emocional. Em um dos comentários que coletamos, um internauta alega que o tom sóbrio das vestes de Dilma Rousseff mostra como ela já se conformou com “a derrota”. Parece no mínimo curioso que homens poderosos estejam quase sempre vestidos em tons sóbrios de preto e cinza e tal associação com o derrotismo sequer tenha algum sentido.

No capítulo anterior traçamos um histórico do padrão de beleza feminino e partimos das contribuições teóricas da autora Naomi Wolf (1992) para pensar no padrão de beleza como uma ferramenta de manter as mulheres acuadas, intimidadas pela relação com os próprios corpos enquanto continuam a sofrer com a desigualdade de gênero. Em certa medida, a tese proposta por Wolf serve como uma resposta ao discurso de senso comum que nega a desigualdade de gênero alegando que as mulheres “podem até ser presidentes”, por exemplo. Para além da invisibilização das mulheres nos espaços de poder e da necessidade de uma política de cotas para tentar aumentar a representatividade política feminina, Naomi Wolf alega que o grande abismo das

mulheres para a igualdade de gênero é o chamado mito da beleza (Wolf, 1992). Bem como o *backlash*, do qual já tratamos no capítulo anterior e que ainda será retomado neste capítulo, o mito da beleza também se configura como uma reação violenta às conquistas femininas, principalmente àquelas mais associadas aos ideais do Movimento Feminista. Assim, nas palavras da autora:

De imediato, as indústrias da dieta e dos cosméticos passaram a ser os novos censores culturais dos espaços intelectuais das mulheres. Em consequência das suas pressões, a modelo jovem e esquelética tomou o lugar da feliz dona de casa como parâmetro da feminilidade bem sucedida (WOLF, Naomi. 1992, p. 13)

Seja como dona de casa ou como uma *sexy simbol*, a mulher permanece em seu lugar de “o Outro”, como defende Simone de Beauvoir. A construção de sua subjetividade em relação ao homem é regulada por concessões masculinas acarreta fatores limitantes que se expressam por meio dos padrões de beleza e comportamento sexual, por exemplo. Desse modo:

Tesouro, presa, jogo e risco, musa, guia, juiz, mediadora, espelho, a mulher é o Outro em que o sujeito se supera sem ser limitado, que a ele se opõe sem o negar. Ela é o Outro que se deixa anexar sem se deixar de ser o Outro. E, desse modo, ela é tão necessária à alegria do homem e ai seu triunfo, que pode se dizer que, se ela não existisse, os homens a teriam inventado. Eles inventaram-na. (...) Isso significa que a mulher é necessária na medida em que permanece uma ideia em que o homem projeta sua própria transcendência; mas que é nefasta enquanto realidade objetiva, existindo por si e limitada por si. (BEAUVOIR, Simone, 2016, p.120).

Desse modo, o discurso que identificamos e classificamos por meio da categoria “Estética” funciona para a objetificação da mulher, lutando até o último grau para reduzi-la em suas capacidades cognitivas e profissionais quando já obtiveram conquistas civis suficientes para ocupar o mercado de trabalho e disputar cargos políticos, por exemplo. O mito da beleza não diz respeito às mulheres, apesar de frequentemente ouvirmos que as mulheres disputam entre si por razões estéticas. Pelo contrário: o mito da beleza atende às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens (Wolf, 1992). Em nossas análises, notamos que grande parte das ofensas de cunho estético sofridas por Dilma Rousseff estavam ligadas também ao que analisamos na categoria “Sexualidade”: o não pertencimento ao padrão de beleza implicaria em não

ser escolhida por nenhum homem, o que resultaria na ausência de práticas sexuais. Esse raciocínio, inclusive, ficou bastante explícito em nossa análise da coluna “Dilma e o sexo”, em que a aparência da ex-presidenta é utilizada como um argumento chulo de especulação sobre sua inatividade sexual.

A seguir, a tabela de comentários classificados na categoria “Estética”:

Internauta do gênero feminino	Que horror, vai ser feia assim lá no inferno
Internauta do gênero feminino	Não recomendo depois do almoço!
Internauta do gênero masculino	Deem voz de Prisão a esta mocréia ...
Internauta do gênero feminino	Leia-se Esta Dilma é ardilosa mesmo ... Vestiu este blazer de capa de sofá ...pra confundir as vistas dos parlamentares da oposição
Internauta do gênero masculino	GRAÇAS A DEUS nunca mais teremos que ver a cara dessa pinta.
Internauta do gênero feminino	Ela se veste muito mal , para uma presidente de república tem mal gosto e não é bem assessorada . o penteado dela de cabeça de formiga atômica é a sua maior marca kkkkkkkkkkkkkkkkkk
Internauta do gênero feminino	Foi o discurso mais chocho que já ouvi dela. Um discurso mentiroso que não convenceu nem a ela. Ensaiou o choro se vitimizand, mas não conseguiu manter. Sua postura baixa, suas vestes sóbria....demonstra a derrota já assumida
Internauta do gênero masculino	Esta Dilma é triste mesmo ... Vestiu este blazer de capa de sofá ...pra confundir as visões dos parlamentares de oposição, e continua a mentir. Dilma já começou: 1) elogiando a Constituição de 88 que o seu partido votou contra; 2) elogiando Getúlio Vargas, um ditador assassino. Tá indo muito bem.
Internauta do gênero masculino	Bandida corrupta O Brasil não merece vc sua demonia

Na análise do discurso que consideramos pertinente à categoria “Sexualidade”, deparamo-nos com questões que rodeiam a imagem pública de Dilma Rousseff desde sua primeira eleição, em outubro de 2010. Em sua cerimônia de posse, onde desfilou acompanhada por sua filha, era visível o mal estar de diversos brasileiros diante da ruptura do tradicional casal formado pelo presidente e sua esposa, na figura de primeira-dama, como uma acompanhante. Desde então, comentários machistas e também homofóbicos levantam especulações sobre a orientação sexual de Dilma, muitas vezes

acusando-a de não ser mulher, sob a alegação de seus trejeitos masculinizados – o que equivale a dizer que Dilma não corresponde aos ideais delicados e passivos da feminilidade enquanto construção heteronormativa, que atualmente corresponde ao que Naomi Wolf caracterizou como o mito da beleza.

Termos como “piranha”, “vadia” e “vaca” são utilizados de forma banalizada para ofender mulheres, de modo que desrespeitam as fronteiras da intimidade e impõem contradições acerca dos tabus nas discussões sobre sexualidade. Na concepção de Naomi Wolf, as mulheres sofrem diretamente com as consequências do imaginário sexual criado por meio da indústria pornográfica: o corpo feminino passa a ser objetificado e violentado sob a alcunha de busca do prazer (Wolf, 1992). Isso é comum em diversas produções audiovisuais que pretendem demonstrar uma atmosfera “sensual”: a exibição dos corpos femininos parecem simular manequins vivas, forçadas e mobilizadas, no aguardo da consumação do desejo masculino. Desse modo, até mesmo a luta feminista por liberdade sexual muitas vezes é ridicularizada e apropriada com viés de objetificação. Essa linha de pensamento também corrobora o elucidado pelo conceito de cultura do estupro, que tem como um de seus argumentos centrais a naturalização da dominação masculina sobre os corpos femininos, confirmando a construção dos estereótipos de gênero. Assim, ao mesmo tempo em que os setores mais conservadores da sociedade defendem severas punições aos estupradores, o estereótipo de “homem pegador” e de “mulher subserviente” não é questionado.

A esta categoria, consideramos pertinentes os seguintes comentários:

Internauta do gênero masculino	asvakas e kabrassao recebidas sempre em clima de tensao-esssaéincompetente-e pistoleira-sequestradora
Internauta do gênero feminino	A cada 2 frases uma bobagem, é um coitada, vadia safada.
Internauta do gênero masculino	Tchau !SAFADA !
Internauta do gênero masculino	Terrorista pederasta !
Internauta do gênero masculino	Que "mulher"PODRE! Essa BANDIDA se diz assombrada pelos ataques da população. Agradece aos MILITONTOS,VAGABUNDOS e VAGABUNDAS,e fala em misoginia. Melhor se não tivesse ido! PRESIDENTA kkkkkkkkkk Xô cadelinha do lula!
Internauta do gênero masculino	A vaca vai cair e pra fechar com chave de ouro o vagabundo cachaceiro tinha que sair

	algemado !!!
Internauta do gênero masculino	O discurso dessa "mulher" é uma pura perda de tempo e paciência, que o digam os quase 14 milhões de desempregados, a queda brutal das vendas dos comerciantes, os doentes jogados nas filas dos corredores do SUS aguardando atendimento, isso sem falar que a "gestão" dela e do lulla, quebrou a Petrobras, o Correio, a Caixa Econômica.....aposentados ferrados..... Ela ainda deixa de falar que seu governo, quando eleito, tinha legitimidade, QUE FOI PERDIDA POR TODA A M.....QUE FEZ. O POVO FAZ QUESTÃO DE NÃO TE OLHAR, E, FAZ QUESTÃO QUE VOCÊ SAIA JÁ. SEU DISCURSO É HILARIANTE. ADEUS "QUERIDA"!
Internauta do gênero masculino	Vagabunda..piranha.ladra.mentirosa

Na categoria “Primavera Feminista” enquadrámos os comentários que mostram o discurso da militância feminista em resposta aos ataques misóginos sofridos por Dilma Rousseff. O termo “primavera feminista” faz referência à explosão da apropriação feminista ao ambiente do ciberterritório, impondo discussões frequentes sobre questões de gênero. O ano de 2015 é considerado pelo coletivo feminista *Think Olga* como “o ano do feminismo na internet”¹⁹. Por meio da *hashtag* Meu Primeiro Assédio (#MeuPrimeiroAssédio) mais de cem mil mulheres compartilharam, no Twitter, breves relatos sobre o primeiro episódio de assédio sexual que sofreram na vida. Desde então, outras manifestações do tipo ganharam força e o feminismo tornou-se uma pauta constante nas redes sociais. Bem como outras causas que ganham espaço no ciberterritório, surgiram críticas em tom de desdém ao “feminismo de internet”, como se o discurso da igualdade de gênero fosse um conjunto de falácias para chamar atenção e acentuar rivalidades. De acordo com o Não Me Kahlo, um dos principais coletivos feministas atuantes no ciberterritório, as redes sociais são o espaço ideal para alguém que nunca tenha tido contato com o feminismo e de repente possa compreender melhor a agenda do movimento. O mérito de transpor os muros da Academia é geralmente lembrado quando pensamos no ativismo online. A adesão maciça de

¹⁹ Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>. Acesso em: 27/01/2018.

mulheres oriundas de vivências diferentes, que encontram um ambiente para o diálogo e a empatia, vem mantendo aceso o debate sobre a igualdade de gênero no Brasil.

O post da IstoÉ divulgando a reportagem “As explosões nervosas da presidente” tornou-se um ponto de encontro da militância feminista online. Rapidamente emergiu a #IstoEMachismo, convocando as mulheres a expressarem seu posicionamento crítico diante da publicação. Muitos internautas utilizaram o termo “misoginia” para qualificar o conteúdo, mostrando certa aproximação com as reivindicações feministas contemporâneas. Desse modo, conforme abordamos no primeiro capítulo desta dissertação, o ciberterritório tem seu processo de construção a partir da apropriação por grupos sociais com objetivos e práticas bem definidos, dispostos a estabelecer novos vínculos – e a construção de novas territorialidades – no ciberespaço.

Dizem respeito a esta categoria os seguintes comentários:

Internauta do gênero feminino	Nossa, que bosta de revista, até um neandertal conseguiria perceber o sensacionalismo e o desespero de uma massa fadada a falência, que é a revista impressa, para vender. Migos, melhorem, tá feio já! Não é preciso nem fazer esforço para perceber que esta revistinha tem uma equipe, uma mente por trás, sensacionalista, despreparada, estressada (PRECISAMOS VENDERRRRR) e medíocre, melhoremmmm! MACHISTAS!!!!
Internauta do gênero feminino	Aqui jaz o jornalismo. Um show de machismo e misoginia estampado em letras garrafais, porque, é claro, uma mulher não é capaz de manter o controle emocional em uma situação de estresse em seu cargo decisão. Um apelo barato, que jamais seria direcionado a um homem. Enojada. E isso que nem mencionei a possibilidade de ser apenas especulação. Melhor ler uma revista de fofoca.
Internauta do gênero feminino	capa ridícula, jornalismo de quinta com carne de pato: machismo, misoginia, violência. Lamentável
Internauta do gênero feminino	Isto é MISÓGINA!!!!Se fosse o Temer,o Aécio vcs não ia por que eles estavam histéricos!!!! Chamar uma mulher de louca é o fim do jornalismo!!!!Só faltaram justificar a loucura da Dilma porque ela estaria de TPM....Me senti enojada com esta capa machista...esgoto do jornalismo!!!!
Internauta do gênero feminino	Jornalismo porco. Quer apoiar o impeachment, de motivos sólidos (se houver), agora essa capa ta vergonhosa!!! Assim como o jornalismo

	brasileiro tem sido ultimamente. Nojento. Vergonhoso. Misógino. Podre!!!!!!!
Internauta do gênero feminino	Como é possível tamanha baixez e desrespeito com a presidente do seu país. Misoginia da mais repulsiva, incitando ao ódio como só vocês da mídia golpista sabem fazer. A Veja do B conseguiu superar o seu modelo torpe. Triste profissão a dos jornalistas brasileiros, que dia a dia se veem assim aviltados por colegas de profissão tão baixos e desqualificados.
Internauta do gênero feminino	Jornalismo que incentiva discurso de ódio não é livre expressão, é jornalismo terrorista.
Internauta do gênero feminino	Quero ver retratarem um político homem da mesma forma que fizeram com a Dilma. Não estão fazendo críticas ao governo e sim a mulher que ela é. Isso não é política, é machismo, é misoginia. Vcs desrespeitaram todas as mulheres, inclusive as leitoras desse lixo de revista misógina e desonesta. Jornalismo barato, de quinta categoria!! Não passarão seu lixo. Ainda dão margem pros manipulados cheios de ódio propagar mentiras e mais machismo. Que merda de jornalismo. Lixo. Repúdio a vcs
Internauta do gênero feminino	Tão constrangedor quanto rever um momento político brasileiro desta natureza daqui a alguns anos nos livros de história, será perceber que o grosso do jornalismo brasileiro sempre serviu e continua servindo de meio de discurso elitista e golpista, com requintes misóginos! EU TENHO VERGONHA DE VOCÊS! #IstoÉUmaMerda PRIMAVERA FEMINISTA
Internauta do gênero feminino	Capa misógina e vergonhosa, apelando para a imagem de mulher histérica. Tentativa furada de convencer que Dilma está louca. Pior que revista de fofoca barata
Internauta do gênero feminino	Não dá pra acreditar no grau de misoginia e escrotice de vocês, parabéns pela merda de capa
Internauta do gênero feminino	Vocês são uns misóginos, nojentos. Isso não é jornalismo. O jornalismo brasileiro acabou e tudo o que vocês conseguem fazer são factóides, criar falsas polêmicas. A própria ONU já fez uma nota contra a violência dos ataques misóginos que Dilma enfrenta e vocês chama esse papel que nem serve pra casinha do cachorro de jornalismo. Pena de vocês. Jornalismo do pato da Fiesp. Quá.
Internauta do gênero feminino	Além de mais uma integrante da máfia golpista, a IstoÉ resolveu dar publicidade ao machismo. Dilma é "louca", tem "surto" e "descontrole".

	<p>Dilma é mãe, avó, e tem 70 anos. Dilma está cansada, é pressionada, é coagida, é acusada, e, ainda assim, Dilma resiste. Uma mulher resiste. Em meio a tanto homem, e a tanto machismo.</p> <p>Dilma não é louca. Dilma é admirável. E vocês são um LIXO editorial</p>
Internauta do gênero feminino	Eu estou enojada, não que eu usasse essa revista para me informar né (até porque nem serviria para tal).
Internauta do gênero masculino	ISTO É MACHISMO
Internauta do gênero feminino	Lixo !!!!não entra na minha casa.Nojentos.Somosmulheres,temos poder de compra .Não gastarei meu dinheiro com LIXO.
Internauta do gênero feminino	Misoginia é pouco para falar desta "reportagem"!!!parece que aqui se aplica o conceito gaslighting - violência emocional por meio de manipulação psicológica (no caso aqui jornalística) que leva a mulher e todos ao seu redor acharem que ela ENLOUQUECEU ou é INCAPAZ. Isso ilustra bem nosso cotidiano mulheres o que esta capa só reforçou, deu voz e legitimou!!!!!!
Internauta do gênero masculino	Vocês dessa revistinha mequetrefe e fascista, que devem ser discípulos de Goebels, usam a mentira como instrumento de propaganda política. Usam uma foto da presidente comemorando um gol do Brasil durante um jogo, como fosse uma explosão nervosa, quando na verdade foi uma explosão de alegria. Assim como o Ministro da propaganda nazista, o destino de vocês será a lata de lixo da História.
Internauta do gênero feminino	IstoÉcrime. IstoÉmachismo. Revista lixo!
Internauta do gênero masculino	Que coisa vergonhosa e misógina,a imprensa brasileira novamente mostra do que é capaz!
Internauta do gênero feminino	Revista misógina. Passaram dos limites.
Internauta do gênero masculino	Ridículos e misóginos. Deveriam se envergonhar de chamar isso de jornalismo. Matéria com ilações, disse-me-disses e uma capa tosca para sugerir que, por ser mulher, logo a presidenta é histérica e, portanto, não tem "condições emocionais" pra presidir o país. Em sendo verdade, Aloysio Nunes e José Serra, que têm reconhecidamente descontroles verbais, deveriam ser cassados do Senado da República, casa de lordes, como todos sabemos.
Internauta do gênero feminino	E de novo o estereótipo da mulher histérica... procurando o jornalismo brasileiro, que deve estar escondido em algum canto em posição

	fetal.
--	--------

Incluimos na categoria “*Backlash*” os comentários que acusam Dilma Rousseff de simular um papel de vítima, bem como os argumentos de comentários com assumido posicionamento feminista. O fenômeno *backlash*, conforme apontamos no capítulo anterior, é uma estratégia discursiva de contra-ataque às conquistas femininas, por meio de duas premissas básicas: atribuir à independência alcançada pelas mulheres os sentimentos de angústia e insatisfação, ao mesmo tempo em que busca minar – em tom de desdém – os gradativos avanços femininos em diversos campos (Faludi, 2001). No caso específico de Dilma Rousseff, o *backlash* se manifesta por meio de reações que consideram já esperado o “descontrole emocional” da ex-presidenta, por isso a capa da revista IstoÉ com a reportagem “As explosões nervosas da presidente” seria perfeitamente plausível e todo o contra-argumento levantado por outros internautas poderia ser encarado como um discurso de vítima. Nesse sentido, também é comum desmerecer a luta por desigualdade de gênero sob a alegação de um constante exagero por parte das militantes feministas: é comum surgirem enunciados como “nem tudo se resume ao machismo *versus* feminismo” ou “agora tudo é machismo”, em tom de deboche. Essas falas funcionam como um mecanismo de contra-ataque, visto que buscam afastar os ideais da igualdade de gênero a ponto de questionar a histórica busca das mulheres pela equidade de direitos. Por fim, vale destacar que o *backlash* funciona de modo tão perverso que muitas vezes seu discurso é reproduzido por aqueles que dizem apoiar a mulher alvo de críticas. No caso do impeachment de Dilma Rousseff, por exemplo, emergiram algumas falas do tipo “ela merece descansar, cuidar da família, brincar com o neto” – como se a ocupação de um cargo presidencial a mantivesse isolada de seu “real papel como mulher” e fosse a causa de seu suposto descontrole emocional e esgotamento.

É também nessa categoria que podemos enquadrar a percepção de senso comum – muitas vezes até glamourizada – sobre a mulher multitarefas: aquela que optou por abraçar os sonhos profissionais sem abrir mão do papel de cuidadora doméstica – escolha esta que não aparece como um dilema para a vida dos homens. No entanto, a aclamada figura da mulher multitarefas impõe uma sobrecarga de trabalho às mulheres, que desempenham a dupla jornada e chegam a trabalhar até 7,5 horas semanais a mais

que os homens. Dessa forma, por meio da ação do *backlash*, o que é consequência da desigualdade de gênero ganha a roupagem de uma consequência das lutas feministas, que lutaram por “igualdade demais” e agora pagam o preço exaustivo das duplas jornadas.

Para estabelecer essa análise, tomamos os seguintes comentários:

Internauta do gênero masculino	Vi aqui varias respostas defendendo a Dilma (Ó coitadinha, injustiçada), falando em máfia golpista e em Democracia . Povo faminto de Democracia e pago com pão com mortadela, tirem seus antolhos e olhem para os lados... olhem para o povo feliz da Venezuela, em Caracas, nas filas para comprar papel higiênico, depois venham falar bem desta criatura que quer levar este País pelo mesmo caminho.
Internauta do gênero masculino	vitimismotípico chora na cama q o choro é livre
Internauta do gênero masculino	O mundo não gira em torno de feminismo X machismo
Internauta do gênero masculino	Os MAV's petistas, os robozinhos e as FEMINAZIS de GRELO DURO estão P da vida hein? #CholaMaisesquerdosos FILHOS DA PUTA. #ForaPT, #CaiDilma, #ImpeachmentJa, #BolsonaroPresidente.
Internauta do gênero masculino	Dilma lê um texto escrito por assessores recheado por auto-vitimização, mentiras e afrontas a quem vai julgá-la, aos que foram às ruas pedir impeachment nas maiores manifestações da história do país e a instituições brasileiras que revelaram os crimes reiterados do governo petista. Antes de sair do poder, Dilma resolve afrontar mais uma vez o país que deixou, um país roubado durante 13 anos de um projeto criminoso de poder, com 12 milhões de desempregados, dois anos consecutivos de PIB negativo, volta da inflação, déficit bilionário nas contas públicas e rebaixamento do Brasil nas principais agências de classificação de risco do mundo. Essa é a herança maldita do PT
Internauta do gênero masculino	Tudo dentro do esperado, vitimização e auto elogio, fez tudo certo , foi o país que se auto destruiu . E , pior, continua mentindo
Internauta do gênero masculino	O diabo não sabe nem chorar e nem fazer drama xau capeta
Internauta do gênero feminino	Coitada ela não tem nada de novo para se defender , só sabe dizer as mesmas coisas .

Finalmente, as categorias “Política” e “Ataques ao PT” não são centrais na compreensão de nosso objeto de estudo, mas também são indispensáveis para o entendimento adequado das tantas demonstrações iradas e agressivas contra Dilma Rousseff – principalmente levando em conta a importância do contexto para a Análise do Discurso foucaultiana: é de acordo com o contexto que a emergência de certos discursos prevalece em relação a outros (Foucault, 1999). Por isso, é importante lembrar que a cultura do estupro não é um fenômeno novo e a ex-presidenta Dilma Rousseff não foi a primeira brasileira a sofrer essa forma de violência simbólica, mas a situação política do país à altura de seu impeachment abriu brechas para uma intensa perseguição pessoal e política. Assim, as categorias “Política” e “Ataques ao PT” buscam dar conta de analisar o que um ex-presidente da mesma filiação partidária poderia ter ouvido, com menor relação direta ao gênero feminino.

A reeleição da petista Dilma Rousseff em 2014, sobre o candidato Aécio Neves (PSDB), trouxe à tona um cenário de enfrentamento entre políticas neoliberais, com apoio da alta classe média – concentrado na figura de Aécio – e um eleitorado herdado pelo lulismo em 2002, composto em sua maior parte por trabalhadores do campo e das cidades (Boito Jr, 2016). Dilma foi eleita com 51,6% dos votos, apoiada principalmente por simpatizantes das políticas culturais e sociais voltadas para a população LGBT, mulheres e negros.

Entretanto, a drástica redução da base aliada no Congresso desenhou um cenário complicado para a governabilidade da petista: uma certa passividade no governo Dilma, em decisões como a manutenção da alta taxa de juros e o engavetamento da auditoria da dívida pública suscitaram descontentamento até mesmo entre seus eleitores. Os ajustes fiscais e as notícias dos escândalos de corrupção envolvendo membros do PT – com a priorização política dada pela Operação Lava Jato – criaram o cenário propício para a insatisfação popular (Boito Jr., 2016) Nesse contexto, movimentos de jovens liberais, com forte atuação direitista nas redes sociais, como o Movimento Brasil Livre (MBL) passaram a convocar seus simpatizantes para ocuparem as ruas e clamar pelo impeachment de Dilma Rousseff, além da prisão do ex-presidente Lula.

O processo de impeachment impõe novamente a oposição entre a hegemonia burguesa e os eleitores simpáticos às políticas sociais. Já em seu governo interino, antes da conclusão do processo que decidiu pelo impedimento de Dilma Rousseff, o então

vice-presidente Michel Temer (PMDB) adotou uma cartilha neoliberal: corte de gastos públicos, congelamento salarial do funcionalismo público, flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), privatização na educação e internacionalização da Petrobras (Martins, 2016). Desse modo, é bastante nítido que o afastamento de Dilma foi articulado pelo interesse das classes dominantes brasileiras, com o apoio do judiciário e da opinião pública (Cardoso; Souza, 2016).

O embasamento para a análise desta categoria partiu dos seguintes comentários:

Internauta do gênero masculino	<p>Não tem volta. Militares editarão nova Constituição. O projeto de democracia falhou e a reconstrução será efetivada.</p> <p>Com o avanço da Lava-Jato, fica claro que o o sistema inteiro se corrompeu.</p> <p>O PT anuncia que não aceitará sair na paz. Ameças de líderes comunistas a ordem pública se tornam frequentes. Após a queda do PT, o eleito dominó derrubará também os falsos opositores. O Brasil se tornará em um caos.</p> <p>O artigo 142 da Constituição será seguido a risca. A desordem em época de olimpíadas não terá outra solução que não seja a Intervenção Constitucional.</p> <p>Preparem-se comunistas: O tranco vai ser forte.</p> <p>Que Deus abençoe a Pátria Brasil.</p>
Internauta do gênero masculino	Revista ISTOÉ e VEJA disputam para ver qual é a pior revista do Brasil e colocam os brasileiros em uma grande dúvida
Internauta do gênero masculino	Quem estão descontrolados são a IstoÉ, a Veja, A Globo, O Estadão e a Folha de São Paulo, pois o golpe paraguaio não vai acontecer. A oposição não tem e nem terá 342 votos.
Internauta do gênero feminino	Sério, vocês não têm mais nada sensacionalista para publicar? Algo do tipo: "Tudo pelo golpe: Istoé apela de vez para a baixaria". Vergonha. Fechem as portas, por favor.
Internauta do gênero feminino	Surto de descontrole é o dessa mídia golpista. Vocês deveriam ter vergonha de fazer esse pseudo jornalismo barato. Que nojo. É de se imaginar o quanto de negócios está em jogo, o quanto de mamata se vai perder se não conseguirem logo tirar os "impecilhos" do caminho. Desespero de mimimi de perdedor. Coisa feia. Coisa triste. ISTO É A ESCÓRIA
Internauta do gênero feminino	#IstoÉ está me lembrando muito a #Veja, aproveitando o 1o de abril pra sair distribuindo mentiras a qualquer custo e tentando enfraquecer a opinião de quem é contra o impeachment !!

	Lamentável e deprimente o desespero dos editores!! Aceita que dói menos!!Hahaha
Internauta do gênero feminino	Mentirosos
Internauta do gênero feminino	IstoÉ ou Veja? Qual mais te agrada?
Internauta do gênero masculino	Anunciou na isto é... Não compro.
Internauta do gênero masculino	<p>Quando a Presidente da República, Dilma Rousseff, afirma que houve "maquiagem fiscal e contábil" em todos os Governos anteriores; ela não está mentindo, é verdade!</p> <p>Nos Governos Sarney, Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique 1 e 2; Lula 1 e 2. Isto é fato inegável!</p> <p>Como podemos facilmente observar, "Maquiagem fiscal e contábil", não é uma engenharia do Governo Petista...</p> <p>Mas, no governo da Presidente Dilma Rousseff, não estamos simplesmente falando de "maquiagem fiscal e contábil"... se fosse assim, não seria objeto de reprovação do Tribunal de Contas da União, não ficaria em evidência, e não ganharia tanta notoriedade!</p> <p>Desde Julho de 2013, Técnicos do Tesouro Nacional, já alertavam o Governo, que tais práticas, levariam o país a situação de caos econômico e social! Isto foi em Julho de 2013...</p> <p>O que foi praticado no Governo da Presidente Dilma Rousseff, não foi "maquiagem fiscal e contábil", foi isto sim, "Orgia Fiscal e Contábil"!</p> <p>Foi uma Manipulação Pornográfica de Números e Dados!</p> <p>O resultado, nós estamos vendo e sentindo na pele</p>
Internauta do gênero masculino	Uma revista que envergonha o jornalismo brasileiro
Internauta do gênero feminino	<p>Deputados cobram do STF que se posicione sobre Eduardo Cunha</p> <p>Em discurso no Plenário, Silvío Costa disse não entender por que Supremo não se pronuncia sobre caso do presidente da Casa, já que ele é réu, e Paulo Pimenta afirmou que tribunal não pode mais silenciar</p>
Internauta do gênero masculino	Panfleto tucano de merda
Internauta do gênero masculino	Luto nas alas tetraderrotadas - Povão já enterrou o golpe da "pátria branca". #NãoVaiTerGolpe
Internauta do gênero masculino	Panfleto tucano de merda
Internauta do gênero feminino	Que feio einIstoÉ...
Internauta do gênero feminino	E a célebre Operação Satiagraha
Internauta do gênero feminino	Não vai ser assim que a isto é vai conseguir votos para o psdb. acabamos ficando com raiva deles e votamos em outros partidos...
Internauta do gênero masculino	<p>Íntegra do relatório das movimentações bancárias de Antonio Palocci (PT)</p> <p>http://blogdopaulinho.com.br/.../integra-do-relatorio...</p>
Internauta do gênero masculino	Este desgoverno ...vai pagar todo mal que fêz, ao povo brasileiro, só para se manter no poder e poder

	manipular os recursos á sua maneira
Internauta do gênero masculino	FORA DILMA E LEVE O PT DANE-SE.
Internauta do gênero masculino	Julgar é fácil, jogar pedra também, queria ver se os julgadores estivessem no lugar da presidenta. Ou achariam melhor que o país tivesse nas mãos de Aécio? Graças a Deus que não. Imaginem aí em meio a esta crise mundial.....
Internauta do gênero feminino	<p>Relator diz que Senado pode produzir provas contra a acusada e que os fatos do anterior mandato podem ser julgados como crime de responsabilidade no atual mandato e com base na jurisprudencia do STF . O fato de Cunha ser adversario de Dilma nao macula juridicamente sua decisao de acolher o pedido porque sua apreciação foi tecnica, juridica, formal baseada na lei e em uma instituição politica nao se pode pedir que os parlamentares sejam neutros em termos politicosidelogicos, porque isso é impossivel</p> <p>Dilma afrontou a Constituição, o Congresso, a lei orçamentaria,a cidadania, a saude financeira do pais, nao se trata de questão memor e tecnica mas de ações lesivas ao tesouro e ao pais, gravíssimas</p>
Internauta do gênero masculino	Realmente, essa porcaria de mídia só faz atacar a Dilma. Essa tal de Isto é não mostra os dois lados, só ataca o governo. Está igual a rede globo, devem estar ganhando muito para tentar derrubar a presidenta jogando sujo. Deveriam se envergonhar e deixar a justiça resolver. ..
Internauta do gênero masculino	<p>O Brasil não tem solução - Intervenção militar já - Segundo a mídia brasileira: Mais de 80 mil lojas fecharam ano passado, mais de 9 milhões foram demitidos, falências em cima de falências, demissões e concordatas em queda livre dia após dia. Enquanto os políticos brincam de impeachment, de parlamentarismo, diretas já, foro privilegiado, bolsa impeachment, de bandido ser ministro, lavagem de dinheiro, é legal ou ilegal grampo telefônico, Lula é ou não formador de quadrilha, de quem é o triplex, quem mandou matar o prefeito, quem roubou e quebrou Petrobras, fazer do palácio do planalto palanque partidário. Enquanto isso a fila dos miseráveis cresce todos os dias com trabalhadores sendo massacrados com o desemprego... Inocentes morrendo nas filas dos hospitais deteriorados e sucateados. Qual é o papel do Estado? - Você não vê na mídia nenhuma manchete polêmica deputados criando e aprovando projeto de lei para os políticos e suas famílias serem obrigados a usarem SUS... Os políticos só sabem aplicar a equação da tributação na população pra corrigir suas falhas de gestão pública... Os banqueiros estão rindo à toa, estão tomando a riqueza do povo com taxas de juros altíssimos, em troca o povo terá que entregar os seus bens para pagar as taxas abusivas dos bancos. Outra coisa q você não</p>

	<p>vê é deputados, senadores defendendo o povo desse assalto criminoso é abusivo praticado pelos banqueiros. Pqserá ?Ontem eram mais 30% da nação, ou seja, 60 milhões de brasileiros endividados com nome na SERASA... Os políticos estão transformando a nação brasileira num grande barril de pólvora de desempregados, famintos e miseráveis... Isso vai da merda... A nação brasileira caminha para uma convulsão social... Inocentes vão morrer... Cadê o povo para pedir intervenção militar já.... Acorde nação brasileira, estamos sendo manipulados por uma conspiração política de caos e extermínio... Precisamos sair desse laço maligno... Por muito menos, por muito menos os presídios brasileiros estão cheios de pessoas pobres presas aguardando condenação ou cumprindo pena, quando 52% dos Deputados Federais com processos na lava-jato, estão em liberdade e pior decidindo o fim de uma nação... Sim, Pq a moral da nossa nação brasileira tanto interna como internacionalmente está a 7 palmos abaixo da terra, credibilidade acabou... Vamos pedir intervenção militar já - antes q o PT e os partidos políticos toquem fogo no nosso país... Se uma guerra civil explodir hoje, muitos desses e suas famílias vão fugir e assistir de camarote, comendo e bebendo as nossas custas, vendo a distância o povo brasileiro morrerem numa guerra sangrenta sem dimensões. É isso q a nação quer? Pergunto, diante dessa miséria política, em quem podemos confiar a nossa pátria, nas mãos da direita ou da esquerda? - conforme circula no face: "Não basta mandar matar, tem q velar". Deus livre a nação brasileira dessa convulsão</p>
Internauta do gênero masculino	<p>A MIDIDIA MANIPULADORA JUNTO COM O EDUARDO CUNHA E OS TRAIADORES DO BRASIL, SERÃO DERROTADOS IMPIEDOSAMENTE DILMA GOVERNARÁ EM PAZ.</p> <p>VOCÊS TEM O VERGONHOSO CUNHA E NÓS TEMOS A HONESTA DILMA</p>
Internauta do gênero masculino	quanta gente adora mafiosos
Internauta do gênero masculino	<p>Aí gente, vamos ajudar essa causa! Se não ´puder contribuir, compartilhe e ajude a tirar a Dilmanta e o Luladrão da República das Cobras!</p> <p>Faça parte da criação do maior boneco inflável já construído no mundo, o Lularaca, o boneco de 112 metros será levado para Brasília no dia da votação do impeachment de Dilma!</p>
Internauta do gênero feminino	<p>Pessoal, precisamos intensificar nossa posição a favor de um país limpo e digno do nosso povo. Vamos mandar email para todos deputados que estão se vendendo e TB para os indecisos que tem medo do PT, vamos lutar, agir e fazer nossa parte, pq o país urge pela mudança.</p>

	<p>Copiei aqui a lista de todos deputados e deputadas que estão votando contra a saída da Dilma e indecisos, pq estão sendo chantageados por essa corja podre.</p> <p>Emailneles...pressão... Somos fortes e essa batalha está vencida...o povo vai ganhar...</p>
Internauta do gênero masculino	<p>José Dirceu, 70 anos, quadro de cefaleia incessante, hipertensão arterial, hipercolesterolemia e distúrbio de ansiedade há mais de 20 dias. Preso há oito meses, sem provas que legitimem a sua condenação. Um absurdo isso. Enquanto Eduardo Cunha, Aécio Neves, estão soltos sem nenhuma condenação. Vamos compartilhar a hashtag #LibertemZeDirceuJá</p>
Internauta do gênero feminino	<p>SE DILMA CAÍ, A CORRUPÇÃO FICA! E FICA NA CERTEZA DA IMPUNIDADE. ESSA É A PROPOSTA DO ACORDÃO POR JOSE SERRA NO CONGRESSO NACIONAL.</p>
Internauta do gênero masculino	<p>Revista ISTOÉ</p> <p>O relatório final da CPI da internet quer censurar definitivamente nossa internet.</p> <p>Estão utilizando como fim o combate a criminalidade, mas como meio a censura. Será votado até quinta-feira.</p> <p>Vamos nos mobilizar. No link um abaixo-assinado contra essa censura!</p>
Internauta do gênero feminino	<p>Estranho.....quando o molusco barbudo falou em "MULHER DO GRELO DURO" ninguém ficou escandalizado, as feministas de plantão ficaram caladas</p>
Internauta do gênero feminino	<p>a idade nao é motivo ser mulher também nao ela peça pra sair...mas louca ela nao é .mas foi só usada nesse mundo de homens loucos e o louco é lula k até agora nao foi assim diagnosticado..por se r homem.</p>
Internauta do gênero feminino	<p>ESSA CORJAS DE LADRÕES SÃO UMA VERGONHA PARA O BRASIL . FORA PT</p>
Internauta do gênero masculino	<p>Dilma e Lula realmente são muito parecidos, descontrolados, grosseiros, chega é a dar nojo, além do dom de enganar, mentir e roubar os cofres publicos. !!! Piada esse desgoverno !!</p>
Internauta do gênero masculino	<p>O Antagonista fez uma análise que concordo em gênero, número e grau,se o lulopetismo conseguir os 172 votos o Brasil vai quebrar mesmo, de fato, futuras gerações serão perdidas pela ganância de uma parcela de deputados vendidos, é bom lembrar que estes mesmos deputados serão perseguidos nas ruas, pelo povo brasileiro que não suporta mais o desgoverno Lula/Dilma e o PT !</p> <p>E realmente não vai adiantar absolutamente nada eles se venderem,perderão os cargos porque independente do resultado do impeachment Dilma vai cair e Lula será preso.</p> <p>Estamos de olho !</p>

	Pela Liberdade, Justiça e Democracia ! FORA DILMA/LULA E O PT
Internauta do gênero feminino	Essa revista é um lixo ! Fez uma montagem ridícula pra enganar a população !mas só engana aqueles que não querem ver o verdadeiro lixo que é essa revista enganosa !
Internauta do gênero masculino	ESTA CHEGANDO A HORA DA VERDADE,,, VAMOS COBRAR I DEPUTADOS E SENADORES... VAMOS MARCAR E EXPOR NA S REDES SOCIAIS OS NOMES DOS VENDILHÕES PARA CASSA-LOS NA PROXIMA ELEIÇÃO... (COMPARTILHAR)
Internauta do gênero feminino	Ela esta sendo pressionada pelo PT, para se manter até que Lula consiga ser ministro, daí seu descontrole
Internauta do gênero feminino	#Foradilma
Internauta do gênero masculino	#Impeachment #JovemPan #JovemPanAM #TchauQuerida #ForaPT #LulaNaCadeia
Internauta do gênero masculino	discurso de Dilma foi tão forte e esclarecedor sobre as tramas e conspirações que levaram ao golpe que os fez calar. Os senadores saíram pela retórica, coisa que eles estão acostumados a fazer, mas, num julgamento apenas a retórica não vale. A defesa dela foi impecável. Senadoras e senadores como Ana Amélia, Aloysio Nunes, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima e outros desceram da tribuna de rabo entre as pernas.
Internauta do gênero masculino	Porque tanta tensão da se ela já esta afastada e é só vocês confirmarem e está tudo acabado
Internauta do gênero masculino	Senado recebe Dima do Pt, com tensão, por que?. Tá devendo alguma coisa, ou tem rabo preso. Prega o pé na traseira dela logo, é vamos começar a partir de 01/09/2016, com um novo reinício na vida do País. Cadeia nos envolvidos nas corrupções, Juiz Moro. Kkkkk
Internauta do gênero feminino	Esta corja me dá nojo.
Internauta do gênero masculino	JOGA A FIA AI LÁ EM CURITIBA
Internauta do gênero masculino	O Brasil quer não só a saída da Dilma, mas também a prisão dela, do Lula e suas quadrilhas!!! Quem votar contra o impeachment ou se ausentar deve ser considerado como traidor da nação!!! Queremos o Lula, a Dilma e toda as quadrilhas do desgoverno presa!!! Parabéns a PF, ao MPF, ao Juiz Sérgio Moro, a toda Equipe da Lava Jato, etc!!!
Internauta do gênero masculino	#TCHAUQUERIDA
Internauta do gênero masculino	Dilma fala no aumento do salario minimo que cresceu

	no governo dela ela ta pensando que esse salario de fome e salario o salario minimo era pra ta dois mil e quientos e nao esse 880 se os politicoganhase esse salario eles ia ver o quanto e porco o salario minimo mais eles ganham mais de cinquenta salario ai pra eles ta bom ne e nem tenhe crise e nem pode aumentar o salario mínimo
Internauta do gênero masculino	Não esqueçam que vamos ver um roteiro bem marketado e planejado para o filme do PT passar para a massa de manobra e ressuscitar o partido. Tem muita apresentação cênica por vir durante o dia inteiro.
Internauta do gênero masculino	FORA PT
Internauta do gênero masculino	Julgamento do senado é igual a concretização final do golpe!
Internauta do gênero masculino	Cadê o uniforme vermelhinho? Ladra, canalha, terrorista, assassina, bando de mentirosos, abrace o diabo barbudo e vão pro inferno.....
Internauta do gênero masculino	Clima de Tensão porque ??? Bandido tem que ser tratado como bandido !!!
Internauta do gênero masculino	cadê o vermelho???#vermelhosumiudosptistas
Internauta do gênero masculino	FORA DILMA FORA DILMA FORA DILMA
Internauta do gênero feminino	Reta final!!! Estou ansiosa para a Janaína pegar esta mentirosa de jeito!!!! Chora jumentada!!!!Kkkkkkkkkk
Internauta do gênero feminino	Percebam que a presidenta afastada Dilma Rousseff está insistindo em dizer queDilma Rousseff continua a dizer que o processo de impeachment é golpe. Sendo que há previsão legal na CF-88, e o que faz o min Ricardo Lewandowski? Nada! Isto por si só confirma que o STF é um poder que está de quatro ao Lulopetismo! E aí?! Você acredita que há justiça no Brasil?
Internauta do gênero masculino	putzzzz.....ela continua a mentir.....conta a averdadedoimeno
Internauta do gênero masculino	#DilmaNaCadeia
Internauta do gênero masculino	Defensores do corruptos e bandidos não adianta ; OS CRIMES FORAM COMETIDOS ,AGORA PÉ NA BUNDA E TCHAU !!!
Internauta do gênero feminino	Utilizando nosso dinheiro, montam um espetáculo medíocre! #DilmaNuncaMais
Internauta do gênero masculino	a presidenta afastada pede aos senadores que votem contra o impeachment e no entanto chamou a todos eles de golpistas. Observem que ela, quando os senadores a favor do impeachment falam fica ouvindo, provavelmente as orientações do JEC! se o JEC sair do lado dela, creiam que ela se borra toda....kkkk
Internauta do gênero masculino	ten que ser olho no olho quem fez tem que olhar direto e assumir
Internauta do gênero masculino	Mentiu para se eleger e ainda diz que não é crime
Internauta do gênero masculino	Tio Temer está garantindo o Eleitorado do Futuro. Dele. doMichelzinho e da quadrilha que o cerca. Temer suspende programa nacional de combate ao

	analfabetismo Depois de suspender contratações do Minha Casa Minha Vida e suspender novas vagas para Pronatec e Fies, o governo interino bloqueou o sistema de cadastro para o sistema que ensinaria 13 milhões de pessoas a ler e escrever pelo programa Brasil Alfabetizado, criado por Lula em 2003.
Internauta do gênero masculino	Me obrigue!!!
Internauta do gênero feminino	Dilma Rousseff presidente do Brasil eleita no voto popular!
Internauta do gênero masculino	Se não fosse corrupta, não sofreria impeachment. Agora lhe resta a narrativa da mentira, enquanto uma equipe de cinema contratada pelo PT registra a encenação.
Internauta do gênero feminino	Eu apoio novas eleições.
Internauta do gênero masculino	PRESIDENTA CORAJOSA! VALENTE! DE CABEÇA ERGUIDA ENFRENTANDO ESSES GOLPISTAS, INCLUSIVE O PRESIDENTE DO JUDICIÁRIO QUE DÁ AURA DE LEGITIMIDADE AO GOLPE! ENTRARÁ JUNTO COM OS OUTROS GOLPISTAS PARA HISTÓRIA! LEGADO INJUSTO A ALGUÉM QUE DEVERIA ESTAR AO LADO DAS LEIS E GUARDA DA CONSTITUIÇÃO! LAMENTÁVEL!
Internauta do gênero masculino	o PT de Dilma sempre com mentiras pra engana mais uma vez como foi nas eleições que afundo país
Internauta do gênero feminino	Ladra
Internauta do gênero masculino	DILMA, LULA, PT MENTE.....MENTE.....MENTE.....MENTE....MENTE
Internauta do gênero feminino	Fora GOLPISTAS
Internauta do gênero masculinoBrasil prestes a se livrar do "TERROR"
Internauta do gênero feminino	Filminho para Inglês ver..... Continua ARROGANTE como sempre foi... Não fez um mea culpa e sim um discurso Político. .. #ForaDilma Falta pouco para nos livrarmos dessa Pessoa que DesGovernou o País... Que junto e coniventemente com seus COMPARSAS CORRUPTOS E LADRÕES colocaram mais de 14.000.000 de trabalhadores honestos sem seus empregos para sustentarem suas famílias... Que Limpam os Cofres Públicos dessa Nação... Esses Comunistas que nos deixaram sem o pão na mesa, SEM SAÚDE E SEM SEGURANÇA... Limpam nosso Maior Patrimônio Mundial : A Petrobrás e outros... Faliram nosso Brasil e desonraram nossa Bandeira do Brasil... Tirando as nossas Esperanças ...
Internauta do gênero masculino	# não a golpe sim a democracia...
Internauta do gênero masculino	Tchau querida...
Internauta do gênero masculino	TCHAU QUERIDA
Internauta do gênero masculino	QUASE VOMITANDO Sério! Alguém acredita no que isso aí fala??? Diz ser honesta e ter pena de pobre?!?!? Roubou e quebrou o Brasil, afugentou investidores e com eles os empregos. Se você está desempregado ou o seu

	empreendimento esta sem consumidores, pode ter certeza que essa senhora chamada Dilma Rousseff tem responsabilidade! #ForaDilma #ForaPt #ForaForoDeSp #TchauQueridos.....
Internauta do gênero masculino	"(...) Como pôde o Brasil eleger e reeleger um poste fabricado pelo farsante que oficializou a celebração da ignorância? E como conseguiu o país sobreviver a figuras assim?"
Internauta do gênero masculino	Vítima de golpe!!!
Internauta do gênero feminino	Mentirosa
Internauta do gênero masculino	Conselho para Dilma hoje: jogue merda no ventilador. Até no PT se for necessário!!! Não seja o "boi de piranha" ou "bode expiatório" da história... "Ela disse que ia entrar para história como a presidenta que acabou com a corrupção" (Delcídio)
Internauta do gênero masculino	E ainda tem trouxa que dá crédito a petistas...
Internauta do gênero feminino	Que golpe é esse que permite roteiro, câmeras em ação, artistas para documentário.... Todos se borrando com a possibilidade do ostracismo. Que mico do Chico hein.. Hora errada, pessoa errada, argumentos errados...Uma pena.
Internauta do gênero feminino	Cala a boca istoé!!!
Internauta do gênero masculino	Esse roteiro está ótimo, só a atriz que não está sabendo atuar de forma correta. Mas tem mortadelas que cairão nesse papo pra boi dormir.
Internauta do gênero feminino	O teatro tá de dar náusea...O filminho para a manipulação da massa esquerdopata alienada ainda vai ser feito com nosso dinheiro da Teta Rouanet... Nojenta, comunista, saqueadora , ordinária
Internauta do gênero feminino	Bandida

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nossas análises, percebemos que a maior parte do discurso violento contra Dilma parte do pressuposto de seu suposto desequilíbrio emocional, que seria comum a muitas mulheres em situações de pressão profissional e ocupação de cargos de poder. Como é possível checar nas tabelas do capítulo anterior, pouco mais da metade dos comentários dos internautas em posts sobre Dilma Rousseff no Facebook tem ligação direta com o fato da ex-presidenta ser uma mulher. E desses, a maior parte dos comentários ofensivos recorre ao estereótipo de “histérica”.

A escolha pela ambiência do ciberterritório não foi despropositada, mas a análise também confirma a hipótese de que o discurso de ódio às mulheres não foi inventado recentemente, ainda que o contexto da autocomunicação de massa (Castells, 2015) facilite a visibilidade de enunciados misóginos, o que pode levar à impressão de que esses se formam no ciberespaço, quando na verdade trazem raízes históricas da violência simbólica contra a mulher. Conforme as discussões sobre o tema se desenrolam nas redes sociais na internet, é perceptível a construção das ciberterritorialidades numa interessante disputa narrativa entre a chamada Primavera Feminista e o tradicional discurso machista de senso comum, já praticado no espaço *off-line*. Assim, confirmamos nossa hipótese sobre o vínculo de nossas experiências *on* e *off-line*, desmistificando certa visão até mesmo romantizada do ciberterritório como um espaço de conexões inovadoras por si só. Conforme definido por Recuero (2014) a conversação em rede ressignifica nossa cultura por meio da apropriação do espaço das redes sociais na internet. Não há uma nova subjetividade pronta e definida, de pensamento mais progressista e menos preconceituoso, intocada a ser descoberta no ciberespaço: a partir da apropriação desse espaço, nós construímos diariamente a nossa ciberterritorialidade, que até agora segue impregnada por discursos de violência contra a mulher, endossando a desigualdade de gênero.

Ao mesmo tempo em que o *gaslighting* apareceu como a forma mais frequente de violência simbólica contra Dilma Rousseff, refutando nossa hipótese da prevalência do discurso em alusão à sexualidade, comprovamos que a lógica da cultura do estupro está presente nas mais diversas formas de violência simbólica contra a mulher, visto que o senso comum demonstra esperar alguma forma de punição às mulheres que desafiam o

estereótipo de gênero: seja por meio do estupro, da classificação como “louca”, dos ataques à aparência “pouco feminina” – que remetem também a um discurso homofóbico – ou da cobrança pelo cumprimento aos padrões de beleza, que parece ser o estágio final e impossível de uma meta de sucesso impossível de ser alcançada – por isso, adotamos aqui a concepção de mito da beleza (Wolf, 1992).

Por isso, ao final de nossos estudos investigativos desta dissertação, concluímos que a dominação masculina (Bourdieu, 2002) mantém seu vigor como uma poderosa demonstração de violência simbólica, como um “poder quase mágico” (Bourdieu, 1989) que contribui para a naturalização da violência contra a mulher. Assim, a sutileza da dominação a ponto de despertar sensações do tipo “é só uma piada, não é para tanto” diante de agressões cotidianas contra as mulheres confirmam o êxito da violência simbólica como uma ferramenta de manutenção do poder, garantindo a desigualdade de gênero.

É sob essa perspectiva que acreditamos na pertinência do conceito de cultura do estupro – em que a violência sexual aparece como uma ferramenta por meio da qual todos os homens são capazes de causar medo a todas as mulheres (Brownmiller, 1975) como um conceito essencial para compreender a violência sofrida pela ex-presidenta Dilma Rousseff, por parte da imprensa e de cidadãos que se manifestaram nas redes sociais na internet. A violência sexual, apesar de ser frequente e usualmente tratada como o último grau de atentado físico contra a mulher, é a demonstração cabal da dominação masculina, refletindo a dominação ratificada, em seu estado mais puro, do homem sobre a mulher (Bourdieu, 2002).

A educação da mulher, em conformidade com os estereótipos de gênero, já aponta para a consolidação da cultura do estupro desde a infância das meninas. “Comporte-se como uma mocinha” costuma ser a frase que orienta as jovens mulheres ao recato, às pernas cruzadas, a evitar brincadeiras de vigor físico e contato próximo com meninos – sempre temendo alguma tentativa de cunho sexual por parte deles. Ora, não seria mais coerente educar os meninos para que se comportassem? Essa simples vivência, amplamente experimentada pelas mulheres a alguma altura da vida, pode ser o suficiente para confirmar a vigência da cultura do estupro em nossa sociedade, como uma sombra à espreita, a qual às mulheres devem sempre prestar atenção – ainda que isso signifique o controle sobre os corpos e sobre a psique feminina. Dessa forma, a

cultura do estupro se encaixa como mecanismo perfeito para uma sociedade que tem interesse no “encasulamento” feminino, buscando manter as mulheres alijadas dos espaços de decisão política e dos cargos de alto escalão.

A despeito do alinhamento político pró ou contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, nossa pesquisa entende como um importante demonstrativo de cultura do estupro a manchete “Bela, recatada e do lar”, que faz referência à atual primeira-dama Marcela Temer. A síntese da mulher ideal aparece nessas três características, num contexto de comparação a fim de desmerecer a ex-presidenta Dilma e apontar Marcela Temer como um exemplar da “mulher de verdade”. Ora, se o recato e a recusa à vida pública aparecem como qualidades para uma mulher brasileira em pleno século XXI, é certamente compreensível que Dilma Rousseff tenha sido alvo de tantos ataques machistas e misóginos.

Desse modo, chegamos ao final desta dissertação certos do peso da desigualdade de gênero para a culminância do afastamento de Dilma Rousseff, certamente sem desconsiderar o complexo cenário político e social na ocasião do *impeachment*, conforme detalhamos no terceiro capítulo deste estudo, em nossa última categoria de análise discursiva. De nossas sete categorias de análise, apenas duas não tinham relação com a questão de gênero, ou seja: um presidente, homem, do mesmo partido e com o mesmo perfil de Dilma Rousseff, teria encarado apenas dois dos seis tipos de ataque que identificamos – sendo uma categoria exclusiva para demonstrar o apoio à violência misógina sofrida por Dilma.

Por essa razão, conforme já pontuado na Introdução deste estudo, nosso percurso teórico até aqui, para além dos parâmetros acadêmicos, tem um propósito além: a única pretensão íntima e pessoal desta pesquisa é oferecer algum embasamento, algumas reflexões, sobre o longo caminho para a representatividade feminina efetiva, que viabilize a luta pela igualdade de gênero em proporções mais justas.

Referências Bibliográficas

ABDO, Carmita H. N. "História da sexologia". **Revista Psiqué, especial Ciência & Vida**, São Paulo, n.9, ano. III, 2008.

ABUD, CRISTIANE DE C. RAMOS. 'E Deus criou homem e mulher a sua imagem e semelhança': representações de gênero em imagens sacras como fontes do presente. In: Wlaumir Doniset de Souza. (Org.). **Sociedade, História e Relações de Gênero**. 1ed.São Paulo: Paco Editorial, 2016, v. 8, p. 55-72

Ávila, L. A. & Terra, J. R. (2010). Histeria e somatização: o que mudou? **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**; 59(4), 333-340.

BEAUVOIR, Simone. 1949. **O Segundo Sexo: Volume 1, Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOITO Jr, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana: Doria, Kim, Cleto, Murilo (orgs.) **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. A génese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORDO, Susan ; JAGGAR, Alison. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. New York: Open Road Integrated Media, 1975.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências de gênero na Internet: diagnóstico, soluções e desafios**. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.

DIMEN, Muriel. "Poder, sexualidade e intimidade". In: BORDO, Susan; JAGGAR, Alisson M. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Invenção da Histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada às mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FILHO, Benjamim Julião. **Foucault e a (bio)política: possibilidades e metamorfoses de um conceito**. Natal: repositório online de dissertações e teses da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: editora Vozes, 1987, 288 p.

_____. **Microfísica do poder**. 6 ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____, 1926 – 1984. **Ditos e Escritos, v. 5: ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 325 p.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GARCIA, J. L. 1996. **Antropologia del Territorio**. Madri: Taller de Ediciones

GRIFIN, Susan. **Rape: The All-American Crime**. New York: Ramparts, 1977.

HAESBAERT, Rogério, 1958 – **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 6ª ed. 396 p.

HERMAN, Dianne. **Women: a Feminist Perspective**. Mayfield: Jo Freeman, 1984.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; BOZON, Michel; KKNAUTH, Daniela (Orgs.) **Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetória sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2006.

HUNGRIA, Nelson e LACERDA, Romão Côrtes de. **Comentários ao Código Penal**. Vol. VIII. Arts. 197 a 249. Rio de Janeiro: Forense

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOURO, Guacira. Gênero: questões para a educação. In. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 225-242.

MARTINUZZO, José Antônio. Territorialidade: o que é isso? In. MARTINUZZO, José Antônio; TESSAROLO, Marcela (Orgs.). **Comunicação e territorialidades: as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós Graduação em Comunicação do Espírito Santo**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

MARTINUZZO, J.A; RIBEIRO, R.R. **A opinião na rede: influência e dinâmica no Facebook**. Revista Famecos, Porto Alegre, v.22, n.1, janeiro-março 2015, p.120-144.

MACKINNON, Catherine A. "Feminism, Marxism, Method and the State". In: KEOHANNÉ, Nannerl; ROSALDO, Michelle; GELPI, Barbara (Orgs.). **Feminist Theory: A Critique of Ideology**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

MATOS, M. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas de transformaram em um campo novo para as ciências**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.16, n.2, ago. 2008, p.333-357.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PHILIPS, Nickie D. **Beyond Blurred Lines: Rape Culture in Popular Media**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, Alex. **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. A Conversação em Rede. Comunicação Mediada pelo Computador e Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. **Social Media and Symbolic Violence**. Social Media + Society. Sage, 2015.

REZENDE, Renata. **A catarse cotidiana: performances dramáticas no Facebook**. Revista Cultura Midiática, João Pessoa, n.13, jul-dez 2014, p.142-150.

SIBILIA, Paula. **A máquina de guerra chamada Barbie**. Trópico, São Paulo, 2007. Disponível em <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2891,1.shl>

_____. **O corpo como máquina: da normalização à otimização**. ComCiência, Unicamp, Campinas, n.175, 2016.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.

SODRÉ, Muniz. **Reiventando a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VANDRESSEN, Daniel Salésio. O discurso na arqueologia e na genealogia de Michel Foucault. 2010.

VICINUS, Martha. *Sufferand Be Still*. Bloomington: Indiana University Press, 1972.

WOLF, Naomi , 1992. **O mito da beleza** . São Paulo: Rocco, 1992. 439p.

